



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**



ANDRÉ LAURENT SOUZA LOPES SOUSA

O DINHEIRO DO POVO EM CAMPO:
a política pública de financiamento do futebol profissional masculino do Pará

**BELÉM – PA
2021**

ANDRÉ LAURENT SOUZA LOPES SOUSA

O DINHEIRO DO POVO EM CAMPO:
a política pública de financiamento do futebol profissional masculino do Pará

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.
Área de concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mirleide Chaar Bahia

BELÉM – PA
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

L382d Laurent Souza Lopes Sousa, André.
O DINHEIRO DO POVO EM CAMPO : a política pública
de financiamento do futebol profissional masculino do Pará /
André Laurent Souza Lopes Sousa. — 2021.
142 f.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Mirleide Chaar Bahia
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico
Úmido, Belém, 2021.

1. Políticas Públicas. 2. Financiamento. 3. Esporte.
4. TV Pública. 5. Mídia. I. Título.

CDD 320.6098115

ANDRÉ LAURENT SOUZA LOPES SOUSA

O DINHEIRO DO POVO EM CAMPO:

a política pública de financiamento do futebol profissional masculino do Pará

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Área de concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mirleide Char Bahia

Aprovado em 16 de dezembro de 2021

Banca examinadora:

Profa. Dr.^a Mirleide Char Bahia – Orientadora

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA),
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo – Examinador interno

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA),
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr.^a Ana Lúcia Prado – Examinadora externa

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM), Faculdade de Comunicação (FACOM), Universidade Federal do Pará (UFPA).

A você, filho: meus
ouvidos, minha voz, meu corpo
e minha alma por inteiros.

AGRADECIMENTOS

Por estar vivo, empregado e pesquisando, a Deus. A pandemia do novo Coronavírus tirou a vida de mais de 615 mil pessoas no Brasil; O desemprego passou de 14%, de acordo com a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua divulgada, em agosto, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Em outubro, o Governo Federal retirou 600 milhões de reais que seriam destinados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), segundo a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

A contextualização é importante para justificar minha gratidão a todos e todas que me acompanharam nesta jornada.

À minha orientadora, professora Dr.^a Mirleide Chaar Bahia, que compreendeu e conduziu com sabedoria as dificuldades do fazer científico, trabalho, paternidade e pandemia, ratificando as virtudes famigeradas no ambiente acadêmico;

À banca examinadora, composta pela professora Dr.^a Ana Prado e pelo professor Dr. Silvio Figueiredo, que fizeram apontamentos para que esta pesquisa alcançasse os objetivos propostos com o rigor científico exigido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA);

Aos entrevistados e às entrevistadas que contribuíram com este trabalho, compreendendo a necessidade da ciência crítica para o desenvolvimento do esporte paraense;

À Rose, Jorge e Andrezinho pelo amor, carinho e ajuda para que este estudo fosse concluído;

À Lia pelo companheirismo e incentivo nos momentos mais difíceis; aos amigos e amigas que também me deram apoio nesta caminhada: Emanuel, Jessyca, Kadu, Kenny e Paulo;

À Thiellen, que soube compreender minhas ausências na corrida rotina do Andrezinho;

Aos colegas e às colegas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Faculdade de Comunicação (FACOM) e do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da UFPA, que proporcionaram trocas interdisciplinares de conhecimento e vivências que ajudaram a construir esta dissertação, em especial, Elissandra, Fabrício, Flávio, Iran, Juliana, Kelvin, Keila, Raquel e Tatiana;

Aos professores e professoras do NAEA, da FACOM e do ICJ que se dedicam a estimular o senso crítico em temas como Desenvolvimento, Planejamento e Amazônia, aos servidores do NAEA e à Simone, da Lima & Cia, pelo suporte desde a especialização do FIPAM.

É parte do meu entendimento que quando eu ganho uma certa compreensão sociológica do futebol praticado no Brasil, aumento simultaneamente minhas possibilidades de melhor interpretar a sociedade brasileira.

(DAMATTA, 1982, p. 21).

SOUSA, André Laurent Souza Lopes. **O dinheiro do povo em campo**: a política pública de financiamento do futebol profissional masculino do Pará. 2021. 141 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

RESUMO

Esta pesquisa qualitativa tem como objetivo a analisar a política pública de financiamento do futebol profissional masculino do Pará a partir das relações entre instituições públicas (Estado) e a mídia pública (TV Cultura/FUNTELPA), no período de 2005 a 2021. Para isso, foi necessário descrever as relações históricas entre Estado e Esporte e as políticas públicas de financiamento do esporte no Brasil e no Pará, caracterizar o papel da TV pública no Brasil e a atuação da TV Cultura/FUNTELPA no financiamento do futebol profissional masculino no Pará e identificar as formas de financiamento e as desigualdades de capitais no financiamento do futebol profissional masculino do Pará. Com abordagem interdisciplinar (JAPIASSU, 1976) e procedimentos metodológicos alicerçados na praxiologia proposta por Bourdieu (1989) como método de interpretação do campo do futebol, a partir das relações entre os agentes e a acumulação de poder simbólico, este trabalho utilizou como ferramentas de investigação a análise documental, entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo sobre os dados coletados. Como resultados, pôde-se observar que a política adotada pelo Governo do Pará reproduz desigualdades e não contribuiu para o desenvolvimento do futebol paraense. Após as análises, propõe-se investimento progressivo e mais visibilidade às categorias de base e a consolidação de uma política pública para o esporte no estado.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Financiamento. Esporte. Tv Pública. Mídia.

SOUSA, André Laurent Souza Lopes. **People's money on the field:** public financing policy of men's professional soccer in Pará. 2021. 141 f. Dissertation (Master in Development Planning) – Postgraduate Program in Sustainable Development of the Humid Tropic, Center for High Amazon Studies, Federal University of Pará, Belém, 2021.

ABSTRACT

This qualitative research aims to analyze the public policy for financing professional male soccer in Pará from the relationship between public institutions (State) and the public media (TV Cultura/FUNTELPA), from 2005 to 2021. It was necessary to describe the historical relations between State and Sport and the public policies for financing sport in Brazil and Pará, to characterize the role of public TV in Brazil and the role of TV Cultura/FUNTELPA in financing professional male soccer in Pará and to identify the forms of financing and the inequalities of capital in the financing of professional male soccer in Pará. With an interdisciplinary approach (JAPIASSU, 1976) and methodological procedures based on the praxeology proposed by Bourdieu (1989) as a method of interpreting the soccer field, based on relations between agents and the accumulation of symbolic power, this work used as research tools document analysis, semi-structured interviews and content analysis of the collected data. As a result, it can be observed that the policy adopted by the Government of Pará reproduces inequalities and has not contributed to the development of football in Pará. After the analyses, progressive investment and more visibility to the base categories and the consolidation of a public policy for sport in the state are proposed.

Keywords: Public Policy. Financing. Sport. Public Tv. Media.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACERP	Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto
Arena	Aliança Renovadora Nacional
BANPARÁ	Banco do Estado do Pará
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CBT	Código Brasileiro de Telecomunicações
CBV	Confederação Brasileira de Voleibol
CEEL	Conselho Estadual de Esporte e Lazer
CEJU	Centro Esportivo da Juventude
CF	Constituição Federal
CGU	Controladoria Geral da União
CNE	Conselho Nacional do Esporte
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
CSLL	Contribuição Social Sobre Lucro Líquido
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DETRAN	Departamento de Trânsito do Estado
DOP	Oficial de Propaganda
EAR	Esporte de Alto Rendimento
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EIRELI	Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada
ESAMAZ	Escola Superior da Amazônia
ESMAC	Escola Superior Madre Celeste
FACOM	Faculdade de Comunicação
FDA	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FEEL	Fundo Estadual de Esporte e Lazer
FIFA	<i>Federacion International Football Association</i>

FIPAM	Programa Internacional de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FPF	Federação Paraense de Futebol
FUNTELPA	Fundação Paraense de Radiodifusão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICJ	Instituto de Ciências Jurídicas
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFIRPJ	Incentivos Fiscais sobre Imposto de Renda Pessoa Jurídica
IR	Imposto de Renda
IRPJ	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
IRPJ	Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIE	Lei Incentivo ao Esporte
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LTDA	Sociedades Limitadas
MCD	Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade
MCTI	Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Ministério do Esporte
MG	Minas Gerais
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NUMAC	Núcleo de <i>Marketing</i> e Comunicação Institucional
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PA	Pará
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PELC	Programa Esporte e Lazer na Cidade
PIB	Produto Interno Bruto
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PPA	Plano Plurianual
PPGCOM	Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

PPGDSTU	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PST	Programa Segundo Tempo
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido do Trabalhista Brasileiro
RBA	Rede Brasil Amazônia de Comunicação
Re x PA	Remo <i>versus</i> Paysandu
RI	Região de Integração
RJ	Rio de Janeiro
RMB	Região Metropolitana de Belém
S. A.	Sociedades Anônimas
SAF	Sociedade Anônima do Futebol
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SC	Santa Catarina
SECOM	Secretaria de Estado de Comunicação
SEDUC	Secretaria Executiva de Educação
SEEL	Secretaria Executiva de Esporte e Lazer
SEJEL	Secretaria Executiva de Esporte, Juventude e Lazer
SNE	Sistema Nacional de Esporte
SP	São Paulo
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCM-PA	Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará
TEF	Tributação Específica do Futebol
TJD	Tribunal de Justiça Desportiva
TV	Teve
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
2.1	Definindo o campo do futebol paraense.....	28
2.2	Técnicas de pesquisa.....	36
3	ESTADO, DESENVOLVIMENTO E AMAZÔNIA: REFLEXÕES PÓS-COLONIAIS.....	41
4	ESPORTE E POLÍTICA PÚBLICA.....	54
5	MÍDIA, FUTEBOL E TV PÚBLICA	69
5.1	A midiaticização	69
5.2	Escalando o futebol.....	70
5.3	O jornalismo esportivo em campo	72
5.4	Revisão da TV Pública	76
5.5	A TV Pública no Pará.....	81
6	A FEDERAÇÃO E OS CLUBES JOGANDO COM O DINHEIRO DO POVO	86
6.1	O futebol paraense na pandemia do novo Coronavírus	86
6.2	A Federação Paraense de Futebol no “colo do governo”	88
6.3	A FPF no “colo do Governo”	98
6.4	A TV Pública que investe milhões para ter audiência de emissora comercial.....	101
6.5	BANPARÁ chega à “melhor idade” patrocinando o futebol paraense ..	105
6.6	Clubes: desigualmente e desiguais	111
6.7	Reflexões sobre o atual modelo de financiamento e o desenvolvimento do futebol paraense.....	118
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS.....	134

1 INTRODUÇÃO

A expansão do esporte moderno atingiu escala global com o avanço do neoliberalismo. Eventos esportivos de engajamentos mundiais ultrapassam as fronteiras dos Estados-Nação e causaram, historicamente, profundas mudanças socioeconômicas e ambientais. Ao mesmo tempo, megaeventos esportivos, como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo, alcançam audiência que ultrapassa a marca de três bilhões de espectadores e movimentam cifras que alteram o Produto Interno Bruto (PIB) de um país.

A edição da Copa do Mundo da Rússia, em 2018, contribuiu com 12,5 bilhões de euros à economia russa entre 2013 e 2018, de acordo com o comitê organizador do evento¹. Os custos dos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 estão calculados, segundo o comitê organizador, em 15,4 bilhões de dólares, ou seja, 12 bilhões a mais do que o previsto inicialmente. Os custos adicionais foram provocados pelo adiamento do evento em função da pandemia do novo Coronavírus.

O Brasil esteve na rota dos megaeventos e, desde que foi escolhido, em julho de 2007, como sede da Copa do Mundo de 2014 e o Rio de Janeiro/RJ, em outubro de 2009, como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, destacaram-se no centro do debate esportivo mundial, ao se tornar a primeira nação a sediar os dois maiores eventos esportivos do mundo em um mesmo ciclo, adquirindo *status* de primeiro país a sediar os Jogos Olímpicos na América do Sul.

Ao mesmo tempo em que o esporte passou a atrair o mercado, despertou o interesse para o direito de participação do público e envolveu os Estados na regulação, promoção e arrecadação de receitas. Em países de economias centrais, o cenário não é novidade e, desde os anos 1960, foram constituídos ministérios e secretarias, destinados ao desenvolvimento do esporte e de suas subdivisões.

No Brasil, o início da história institucional do esporte começou em 1937, com a criação da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. Em 1974, quando o país vivia o período da Ditadura Militar (1964-1985), a divisão foi transformada em Departamento de Educação Física e Desportos. Além do exacerbado nacionalismo, a mudança do governo tinha pretensões tanto políticas

¹ No Brasil, em 2014, segundo o Ministério do Esporte (2014) foi gerado cerca de um milhão de empregos. Os dados vêm de um estudo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), a pedido do Ministério do Turismo. Do total de vagas de emprego relacionadas à Copa, 710 mil são fixas e 200 mil são temporárias (todas com carteira assinada).

quanto econômicas. Um novo Campeonato Brasileiro de futebol foi incluído no Plano de Integração Nacional. Era frequente a realização de competições que homenageavam ditadores, como Garrastazu Médici. Em 1971, o Jornal do Brasil publicou uma reportagem que mostra o então presidente entregando uma taça de prata que levava o nome dele ao capitão do Corinthians, campeão do Torneio do Povo. As realizações de competições como essas contavam com o apoio de presidentes de clubes a época.

A reboque da conquista do tricampeonato da seleção brasileira no México, em 1970, nasceu o “Brasileirão” um ano depois com objetivo de integrar clubes e colocar, na competição, equipes de estados em que o partido político de apoio do governo, denominado Arena², estava enfraquecido politicamente. Nas ruas, o povo ironizava: “aonde a Arena vai mal, um time no Nacional”.

E assim, o campeonato brasileiro chegou a ter 94 clubes (de 21 dos então 22 estados) na edição de 1979, época em que a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) era comandada pelo Almirante Heleno Nunes e o país era presidido pelo ditador João Figueiredo. Além disso, foi frequente a construção de grandiosos estádios de futebol em regiões em que o esporte não era popular ou o partido do governo estava em baixa.

O debate sobre o esporte como direito de todos foi fortalecido após o fim da Ditadura Militar. Com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, praticar esporte tornou-se um direito social dos brasileiros e das brasileiras. De acordo com a Carta Magna, tornou-se dever do Estado fomentar as práticas esportivas, tanto formais quanto informais. É o que determina o art. 217 da CF 88, observando:

- I - Autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto à sua organização e funcionamento;
- II - Destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento;
- III - Tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;
- IV - Proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional (BRASIL, 1988, p. 68).

² O Brasil tinha apenas dois partidos legais, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), de apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição consentida. O bipartidarismo perdurou de 1966 e 1979. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), assim como outros, existia na clandestinidade. Já nos últimos anos da ditadura, o governo fez uma reforma partidária, para dividir a oposição, ao mesmo tempo em que tentava manter unido o partido do regime (BERNARDES, 2006).

Além disso, as entidades e associações esportivas passaram a ter autonomia, marcando o rompimento da tradição de meio século da tutela do Estado sobre o esporte brasileiro. Com as discussões realizadas entre agentes do setor no campo político, novas leis foram aprovadas.

A Lei Zico (Lei nº 8.672/1993 e Decreto nº 981/1993) instituiu desde os princípios fundamentais, conceituações e finalidades do esporte e constituição do Sistema Nacional do Desporto, até a profissionalização do esporte. A lei, entretanto, foi substituída pela Lei Pelé ou Lei do Passe Livre (Lei nº 9.615/1998 e Decreto nº 2.574/1998). Ainda que haja discussão no campo jurídico sobre os avanços que proporcionou, a lei teve como objetivo principal garantir mais segurança jurídica ao tratar dos contratos de trabalho de atletas profissionais.

Dessa forma, a participação de atletas em competições ficou condicionada a um contrato formal de trabalho com um clube. Vigente há mais de vinte anos, a lei passou por diversas revisões. A Lei nº 9.981/2000 trouxe novas redações ao texto e, entre as principais alterações, o artigo 27, que facultou a entidade de prática desportiva participante de competições profissionais de se transformar em empresa, o que era obrigatório na Lei Pelé.

Essas leis promoveram grandes mudanças, em especial, no futebol, mas avanços também puderam ser observados em outras modalidades esportivas. Em 2001, foi dado um passo importante em direção à proposta de formulação da Política Nacional de Esporte, com a criação da Câmara Setorial do Esporte.

Além disso, entraram em vigor leis que ampliaram garantias para outras modalidades esportivas, como a Lei nº 10.264/2001 (doravante Lei Agnelo/Piva), que destina 2% das loterias federais aos comitês Olímpico e Paraolímpico. Vale destacar, ainda, a Lei nº 10.671/2003, conhecida como Estatuto do Torcedor, que dá ao torcedor a condição de consumidor e estabelece regras para o procedimento dos clubes, de donos de estádios, de dirigentes e dos próprios torcedores; e a Lei nº 10.672/2003 (Moralização dos Clubes), que fixa regras de transparência aos clubes e dirigentes.

Ao longo desses anos, o Executivo também utilizou instrumentos voltados para o desenvolvimento da política de esportes. Em 1998, dez anos após a promulgação da Constituição de 1988, no mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o esporte ganhou *status* de Ministério, ainda que junto com a pasta do turismo.

No governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, houve a separação das pastas do turismo e do esporte e o Ministério passou a se chamar Ministério do Esporte (ME). A missão do ME era “[...] formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano” (QUEIROZ, 2015, s. p.).

Nesse período, houve a realização da I Conferência Nacional do Esporte, em 2004. Segundo dados coletados no *site* do governo, cerca de 83 mil pessoas se envolveram no processo e foram realizadas 60 Conferências Municipais e 116 Regionais, alcançando 873 municípios brasileiros. Também foi possível a criação do Conselho Nacional do Esporte (CNE) e a Política Nacional do Esporte, em 2005. O objetivo não era apenas consolidar o esporte e o lazer como direito social, mas democratizar a prática esportiva, estabelecendo uma rede de cooperação entre governo e sociedade, diversificando o financiamento, otimizando recursos, capacitando pessoas, introduzindo tecnologia e garantindo transparência às ações governamentais (BRASIL, 2005).

O Governo Federal ainda realizou mais duas Conferências Nacionais do Esporte (2006 e 2010). Os diálogos foram conduzidos para a construção do Sistema Nacional de Esporte (SNE), definindo os princípios, as diretrizes e os quatro eixos estruturantes do SNE. Um deles trata do financiamento, foco do debate dessa pesquisa, descrito abaixo:

- a) recursos públicos da administração direta e indireta da União, dos Estados e Municípios;
- b) recursos provenientes da vinculação de parte das receitas de impostos e taxas nas três esferas: municípios, estados e união;
- c) recursos provenientes de medidas de incentivos fiscais;
- d) recursos provenientes de vinculação de parte das receitas de concursos prognósticos, loterias e outras modalidades de apostas;
- e) recursos provenientes de fundos e outras medidas de fomento ao esporte e lazer;
- f) recursos provenientes de linhas de créditos e incentivos a toda cadeia produtiva vinculada ao segmento (CNE, 2004, p.17)

Apesar de ser um marco para a formulação de políticas públicas no setor, o Brasil não consumou o Sistema Nacional de Esporte. Ferreira (2007) analisou sistemas esportivos de seis países desenvolvidos (Alemanha, Austrália, China, Estados Unidos, França e Rússia) e quatro ibero-americanos (Brasil, Cuba, Espanha e Portugal), a fim de apontar recomendações para o desenvolvimento do sistema

esportivo brasileiro. Em resumo, são: a) aumentar a participação do estado no esporte de alto rendimento; b) desenvolver a participação da ciência do esporte; c) aumentar a participação do sistema educacional; d) aperfeiçoar o sistema de apoios públicos e privados; e) melhorar as infraestruturas e os recursos materiais (FERREIRA, 2007).

Apesar do avanço nas discussões, o país deu uma guinada aos megaeventos esportivos nos anos 2010. Com a realização da Copa do Mundo, em 2014, e dos Jogos Olímpicos do Rio, em 2016, o governo realizou aportes milionários em infraestrutura para receber as competições, priorizando o esporte de alto rendimento.

Mesmo no período dos megaeventos, o Estado do Pará não recebeu nenhuma equipe, partida ou prova. Na periferia da economia, o Estado teve como alento, ou “legado” da Copa do Mundo, recursos para uma reforma na infraestrutura do Centro Esportivo da Juventude (CEJU), sediado em Belém, mantido pela Federação Paraense de Futebol (FPF).

O espaço, segundo a Confederação Brasileira de Futebol (CBF, 2014), recebeu recursos do Fundo de Legado da Copa do Mundo (2014) da *Federacion International Football Association* (FIFA) para a construção de quatro campos de tamanhos oficiais - três de grama artificial, um natural – que são destinados às categorias de base e futebol feminino. A ação foi uma compensação aos 15 estados brasileiros que não sediaram partidas da Copa do Mundo, em 2014.

Os campos foram entregues, mas o espaço ainda carece de infraestrutura para receber atletas, torcedores e profissionais da imprensa. Como noticiado pelo O Liberal (CINEGRAFISTA..., 2020), em outubro, um repórter cinematográfico da Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA) caiu de uma marquise quando trabalhava em uma partida entre Remo e Paysandu pelo campeonato paraense de futebol feminino.

Historicamente, o futebol paraense é reconhecido nacionalmente pela paixão dos torcedores dos centenários e mais tradicionais clubes do Pará, o Remo e o Paysandu. O estádio “Jornalista Edgar Augusto Proença”, chamado de “Mangueirão”, já recebeu público de 65 mil pessoas. Um dos mais memoráveis foi em 1979, em uma partida do clássico “Re x Pa” que teve a presença dos jogadores Dadá e Bira. Foram mais de 64 mil torcedores (BERWANGER; PRIOR, 2008).

São vários os recordes quebrados pelos torcedores na história do futebol paraense. Entretanto, os clubes estão longe da principal divisão do Campeonato Brasileiro há mais de 15 anos. O Paysandu disputou a Série A, pela última vez, em 2005, o Remo, em 1994, e a Tuna Luso, em 1986.

No *ranking*³ divulgado pela Confederação Brasileira de Futebol, em 2021, o clube paraense melhor posicionado é o Paysandu, na 39ª posição. O Remo está em 50ª. Na sequência, aparece o Bragantino, de Bragança, entre os 90 melhores clubes do Brasil. Atualmente, dos 10 clubes que figuram na lista dos primeiros lugares do *ranking*, sete são do Sudeste e três do Sul.

É notória a desigualdade existente entre os clubes brasileiros. Isto é evidenciado pela distribuição dos recursos pagos pelas emissoras comerciais ao adquirirem direitos de transmissão. O Grupo Globo e a empresa Turner⁴ adotaram um novo modelo de distribuição de cotas previstas em contratos até 2024.

O modelo adotado pela Globo foi inspirado na *Premier League*, a liga de futebol da Inglaterra (40% são divididos igualmente entre todos os clubes; 30% são divididos conforme número de jogos transmitidos; 30% são divididos de acordo com colocação na tabela). Dessa forma, a TV aberta (Globo) distribuiria R\$ 600 milhões no total, e a TV fechada (*SporTV*) distribuiria R\$ 500 milhões, em 2019.

Na Turner, companhia americana que comprou o canal “Esporte Interativo” e adquiriu apenas direitos para a TV fechada (TNT), a quantia inicial seria de R\$ 520 milhões. Distribuídos conforme o seguinte critério: 50% são divididos igualmente entre todos os clubes; 25% são divididos conforme a audiência dos jogos; 25% são divididos de acordo com colocação na tabela.

Além disso, a Globo ainda gastaria R\$ 650 milhões com a compra dos direitos de transmissão no *pay-per-view do Premiere*⁵, em 2019. Os valores seriam repartidos conforme uma pesquisa encomendada pela emissora a um instituto de pesquisas em cima da base de assinantes. Também foi firmado um compromisso para que a Globo avançasse na criação de um cadastro dos assinantes de cada time no *Premiere*, a partir de 2020, quando o valor global passaria a R\$ 700 milhões.

³ O *Ranking* Nacional de Clubes estabelece uma classificação técnica entre 236 clubes do futebol brasileiro, com base no recente desempenho das equipes nas competições nacionais e internacionais (CBF, 2021).

⁴ A Turner é uma empresa de mídia e entretenimento pertencente à *WarnerMedia* (empresa da AT&T).

⁵ É o canal por assinatura do Grupo Globo em que é possível assistir às transmissões de partidas de dos clubes que cederam direitos à emissora.

Dessa forma, os dois conglomerados investiram 1,032 bilhão de reais em 2019. O Flamengo/RJ foi o que ficou com a maior parte: R\$ 66.705.392,00 (além dos 17 milhões que recebeu no campeonato estadual). A Chapecoense/SC ficou com quase metade, o equivalente a R\$ 36.209.350,00.

As cifras também são vultosas na Confederação Brasileira de Futebol. De acordo com as demonstrações financeiras de 2020 divulgadas pela CBF no portal da transparência da instituição, as receitas provenientes de “programas de desenvolvimento”, que não trazem notas explicativas evidenciando se são recursos públicos ou privados, foram de 43.657,00 milhões de reais - mais que o dobro que a Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) recebeu de repasses do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Esta não é a única fonte de receita e, nem de longe, a maior.

Nesse período, a CBF movimentou um total de R\$ 630.055.000,00 sendo, majoritariamente, recursos oriundos do mercado, como patrocínios e direitos de transmissão e comerciais. Desse modo, o superávit acumulado da instituição chegou à marca de R\$ 884.818.000,00.

A realidade no Pará é completamente diferente. Longe da principal divisão do futebol brasileiro, desde 2005, clubes paraenses dependem de recursos provenientes da venda de ingressos nas bilheterias, patrocínios de empresas locais e recursos públicos.

Em 2009, a TV Cultura passou a adquirir os direitos de transmissão do Campeonato Paraense e, desde então, é a emissora oficial da competição. É uma TV Pública que transmite partidas de esporte profissional de alto rendimento. Inicialmente, surgiu como um "socorro" financeiro aos clubes. Porém, vem se perpetuando como política pública.

Em mais de uma década, três partidos políticos estiveram na administração do Estado do Pará: de 2007 a 2010, o PT de Ana Júlia Carepa; de 2011 a 2018, o PSBD de Simão Jatene; de 2019 a 2022, o MDB de Helder Barbalho. Todos mantiveram essa política.

Em 2021, o Campeonato Paraense, mesmo durante a pandemia do novo Coronavírus, teve o aporte de R\$ 8,327 milhões que serão destinados para a organização da competição, clubes e pagamento de premiações. O patrocínio é do Banco do Estado do Pará (BANPARÁ), o banco estatal de economia mista do Pará. A Fundação Paraense de Radiodifusão (FUNTELPA) afirmou ter transmitido (pela

TV e internet), pela primeira vez na história, as 37 partidas da competição, ao mesmo tempo em que comemora números de audiência.

De acordo com a FUNTELPA, na edição do Parazão de 2020, a TV Cultura alcançou em média 17,4 pontos de audiência em uma cobertura que alcança 118 municípios paraenses. A estimativa é que três milhões de pessoas tenham acompanhado a transmissão pela TV. Ainda de acordo com a FUNTELPA, no jogo final do campeonato, a emissora alcançou mais de 60% do *share* de audiência (NUNES, 2021, s. p.).

A partir desse contexto, é possível elencar alguns questionamentos sobre as características da política em questão. É esperado de uma TV Pública transmitir, por mais de uma década, partidas de esporte de alto rendimento, priorizando clubes tradicionais da capital para conquistar bons números de audiência? Que campeonato é esse que o dinheiro do povo garante majoritariamente sua realização? Por que clubes do interior chegam a receber até cinco vezes menos que os clubes da capital? O governo vem desenvolvendo ações efetivas para o desenvolvimento do futebol? E do esporte? A partir destas questões, este trabalho tem como problema a seguinte questão: Como tem se dado a política pública de financiamento do futebol profissional masculino do Pará e as relações entre instituições públicas (Estado) e a TV pública (Cultura/FUNTELPA) no período de 2009 a 2020?

Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo geral: **analisar a política pública de financiamento do futebol profissional masculino do Pará, a partir das relações entre instituições públicas (Estado) e a mídia pública (TV Cultura/FUNTELPA), no período de 2005 a 2021.** Foram delineados três objetivos específicos:

- a) descrever as relações históricas entre Estado e Esporte e as políticas públicas de financiamento do esporte no Brasil e no Pará;
- b) caracterizar o papel da TV pública no Brasil e a atuação da TV Cultura/FUNTELPA no financiamento do futebol profissional masculino no Pará;
- c) identificar as formas de financiamento e as desigualdades de capitais no financiamento do futebol profissional masculino do Pará.

O interesse em estudar o financiamento do esporte paraense, a partir de tais aproximações, deve-se a três razões interdependentes. A primeira está na minha trajetória como ex-atleta de futsal e futebol. De 1994 a 2005, disputei competições

das modalidades vestindo as camisas de Paysandu, Tuna Luso, Carajás e Ananindeua. Nesse período, tive a oportunidade de treinar por inesquecíveis duas semanas com a equipe profissional do Remo. Para seguir com os estudos, não assinei contrato com o clube. Fato é que, em todos estes clubes, observei escassez de recursos e infraestrutura, especialmente nas categorias de base.

A segunda razão está relacionada à minha carreira de jornalista profissional. Desde o meu primeiro emprego como repórter da TV Cultura/FUNTELPA, tenho atuado na editoria de esportes. Até hoje, agora como repórter e apresentador do Globo Esporte da TV Liberal, emissora afiliada da Rede Globo no Pará, tenho oportunidade não apenas contar histórias que vão de agentes sociais que tomam a iniciativa de conceder, mesmo sem recursos, esporte e lazer para crianças e adolescentes, seja na periferia da capital Belém, seja em cidades do interior do estado, mas também de conhecer atletas que buscam algum tipo de apoio ou patrocínio para treinar e competir, e ouvir presidentes de clubes de futebol relatando dificuldades financeiras na gestão e, ainda assim, contratam ao menos 15 jogadores na esperança de montarem equipes competitivas para a disputa de competições nacionais.

A terceira está na identidade. Assim como a cultura gastronômica, a cultura esportiva do Pará é representativa. O futebol, como afirma (TOLEDO, 2000), é mais do que um ritual em processo, é jogado e vivido em vários níveis em um jogo de demandas simbólicas. Para o paraense, é um campo de práticas sociais que resulta em uma identificação com um estádio lotado, um clássico entre Remo e Paysandu, um orgulho.

Dessa forma, esta pesquisa tem como relevância social contribuir com o debate sobre a política pública de financiamento do esporte paraense, disponibilizando a esportistas e instituições públicas algumas análises que possam acrescentar novas perspectivas sobre o uso dos recursos públicos e possibilidades de financiamento do esporte. Ademais, busca-se auxiliar novos estudos na Academia, ampliando debates para além da *performance*, frequentemente realizados nas ciências exatas e biológicas, aproximando o esporte das análises das ciências humanas e sociais, compreendendo melhor as relações políticas, econômicas e sociais em uma região historicamente marcada pela exploração do grande capital.

Esta dissertação apresenta, no segundo capítulo, os procedimentos metodológicos, que trazem a praxiologia proposta por (BOURDIEU, 1989) como método de interpretação do campo do futebol, a partir das relações entre os agentes e a acumulação de poder simbólico. Como ferramentas de investigação, estão sendo utilizadas a análise documental, as entrevistas semiestruturadas, bem como, a análise de conteúdo sobre os dados coletados.

No terceiro capítulo, inicia-se a fundamentação teórica sobre debates essenciais para a sustentação deste estudo. São reflexões que partem das teorias sobre Estado-Nação, relacionando-as com conceitos-chaves, como: Estado Moderno, Nação, Desenvolvimento e Capitalismo e as implicações que trazem para a América Latina, especialmente para a Amazônia, sob uma perspectiva decolonial.

O quarto capítulo traz as discussões sobre o esporte como direito para todos, introduz o conceito de política pública e estabelece relações com o campo do esporte, dando ênfase à política desenvolvida no Pará, a partir da criação da Secretaria Executiva de Esporte e Lazer (SEEL).

O quinto capítulo do trabalho amplia o debate para o campo midiático, fazendo conexões com o futebol e o jornalismo esportivo, além de fazer uma breve revisão da história da TV Pública brasileira, sem deixar de pontuar como se deu a trajetória da TV Cultura do Pará, emissora da Fundação Paraense de Radiodifusão (FUNTELPA).

Após as reflexões teóricas realizadas na pesquisa bibliográfica, o trabalho traz as análises dos dados coletados na pesquisa de campo. Lançando mão em dados e documentos divulgados em portais de transparência e entrevistas com agentes que compõem o campo do futebol paraense, foi possível compreender como se dá o financiamento do futebol paraense a partir dos investimentos feitos pelas instituições públicas, especialmente a partir de 2008, quando o Governo do Pará passou a disponibilizar recursos públicos à FPF e clubes.

Nas considerações finais, é possível formular sugestões para o desenvolvimento do esporte paraense, especialmente o futebol, como forma de contribuir para o debate sobre o financiamento público no Pará.

A partir das análises das entrevistas e dos dados acessados nesta pesquisa, observa-se que a realização do Campeonato Paraense depende das ações do Governo do Pará, a partir da compra de direitos de imagem pela FUNTELPA e patrocínio do BANPARÁ. Os clubes que historicamente acumulam dívidas, além das

isenções, recebem incentivos e benéfcias para quitar dívidas trabalhistas e/ou fiscais, quando não perdoadas, também tem “apoio” do governo, no Pará.

A ausência de agentes do mercado, seja do comércio, seja do serviço, como empresas de comunicação, evidenciam a dificuldade da Federação Paraense de Futebol em estabelecer relações com o setor terceiro setor. Por ser uma entidade privada, deveria buscar no mercado os recursos necessários para a realização das competições.

Não obstante, a distribuição dos recursos repassados pela FUNTELPA e pelo BANPARÁ não é equânime e contribui para a desigualdade entre os clubes que participam do campeonato, quase nada contribuindo para o desenvolvimento da modalidade no estado.

Na outra ponta, a midiáticação do esporte na TV Pública também é desigual, com concentração das partidas exibidas na grade da programação da emissora de Remo e Paysandu. Logo, os clubes que recebem menos recursos, tem menos visibilidade e, conseqüentemente, menos atratividade para o mercado e mais dificuldade para investir em equipes competitivas. A lógica de mercado vem definindo as ações da FUNTELPA.

Não à toa, Remo e Paysandu se consolidam como os clubes que mais vencem os campeonatos estaduais. A tradição e a rivalidade criadas a partir dos festivais esportivos e da mídia ajudam a justificar as desigualdades de capitais e de poderes, exemplificando o *habitus* dos agentes que seguem as regras estabelecidas no que Bourdieu chama de estruturas estruturadas e estruturantes no campo do futebol paraense.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As abordagens de pesquisa qualitativa, segundo Creswell (2014), são compostas pelo planejamento e pelos procedimentos de pesquisa que envolvam tomadas de decisões que vão dos pressupostos mais genéricos aos métodos mais específicos de coleta, análise e interpretação dos dados.

Em uma pesquisa “quali”, como também é denominada no meio Acadêmico, mais importante do que quantificar, é buscar uma interpretação (ou interpretações) de um fenômeno dentro de um contexto, ou seja, no caráter subjetivo do objeto analisado dentro de um contexto indissociável do meio ao qual pertence. “As medidas quantitativas respondem à pergunta ‘quanto’ e as qualitativas à questão ‘como’. Os dois tipos são importantes na investigação e se constituem no corpo do trabalho” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 140).

Logo, a pesquisa de abordagem qualitativa não tem como objetivo generalizar resultados, como se busca em pesquisas de abordagem quantitativa. Então, Creswell (2014) elenca pressupostos da pesquisa qualitativa, quais sejam as principais: a) pesquisa conduzida em contexto indissociável; b) pesquisador é peça-chave porque a experiência dele é fundamental para a análise; c) envolve o uso de múltiplos métodos, especialmente para a coleta de dados; d) foca na perspectiva e na vivência dos participantes da pesquisa.

Dessa forma, ao buscar compreender como se dá o financiamento do esporte no contexto do campeonato paraense de futebol masculino, é importante focar na experiência e na subjetividade dos agentes que formam o campo do futebol do Pará e buscar interpretações para o fenômeno, levando em consideração as vivências do pesquisador a partir da perspectiva teórico-metodológica da praxiologia de Bourdieu, detalhada mais adiante.

A partir dessa perspectiva, esta pesquisa pretende buscar compreender o esporte para além dos resultados e das disciplinas que tradicionalmente produzem conhecimento nos campos da educação física, medicina e ciências naturais. (JAPIASSU, 1976) os chamava de *experts*, detentores de suposto saber e do que os outros não sabem. A especialização, segundo o autor, consiste em saber tudo de nada, já que “[...] a parcela de saber do especialista perde-se no meio de um oceano de não-saber e de incompetência” (JAPIASSU, 1976, p. 6-7). Nessa lógica, os

especialistas buscam encontrar soluções para melhorar a *performance* de atletas e de equipes durante competições e para alcançarem os melhores resultados.

O financiamento público do futebol paraense exige aproximações com outras disciplinas. O que se observa nessa *práxis*, em relação ao campo do esporte, é uma *démarche* multidisciplinar que se sustenta em justaposição de trabalhos de disciplinas em que não há um acordo prévio sobre métodos ou conceitos a serem utilizados. Como afirma Japiassu (1976), se estabelece uma dissociação sempre crescente das disciplinas científicas, que findam em um desmembramento da realidade humana, dificultando a análise complexa das situações referentes à vida da sociedade, em conexão com assuntos específicos, como o esporte.

Japiassu (1976) propõe uma nova epistemologia com a restauração das significações humanas. A ciência cada vez mais fragmentada em disciplinas é uma verdade produzida para si mesma e não diz mais a ninguém, renunciando a vinculação do homem com o mundo em que vive.

A abordagem interdisciplinar, proposta nesta pesquisa se fundamenta no que defende Japiassu (1976), quando se justifica pela necessidade de o objeto de pesquisa ir ao encontro de uma demanda social que faz com que as instituições de ensino abordem temas de pesquisas complexos e que não podem ser encerrados em disciplinas compartimentadas. Dessa forma, se estabelece, como oposição sistemática do paradigma dominante de organização positivista do saber, a multiplicação desordenada das especialidades e das linguagens particulares nas ciências.

Assim, a interdisciplinaridade – a interação entre disciplinas – coloca-se como crítica interna do saber e pretende superar o obstáculo existente entre a universidade e a sociedade. Como explica Japiassu (1976), um trabalho interdisciplinar tem como características:

Incorporar os resultados de várias especialidades, que tomar de empréstimo a outras disciplinas certos instrumentos e técnica metodológicas, fazendo uso dos esquemas conceituais e das análises que se encontram nos diversos ramos do saber, a fim de fazê-los integrarem e convergirem, depois de terem o papel específico da atividade interdisciplinar consistente, primordialmente, em lançar uma ponte para religar fronteiras que haviam sido estabelecidas anteriormente entre as disciplinas com o objetivo preciso de assegurar a cada um seu caráter propriamente positivo, segurando modos particulares e com resultados específicos (JAPIASSÚ, 1976, p. 75).

Reforçando esse debate, percebe-se que Lacerda (2013) também defende a ideia e discorre sobre o assunto, esclarecendo que a interdisciplinaridade evoca um espaço comum, em que se exige real cooperação para o equacionamento de um problema, requerendo um concurso de vários saberes.

Uma pesquisa de natureza interdisciplinar exige o intercâmbio de conceituações, teorias e métodos de disciplinas, de modo a alcançar um elevado nível cooperativo, que induz à alteração das próprias gramáticas das disciplinas envolvidas e/ou à criação de um novo campo disciplinar com princípios, conceitos e métodos próprios (LACERDA, 2013, p. 84).

Seguindo a metodologia interdisciplinar, esta pesquisa propõe a cooperação de especialistas, favorecendo trocas, intercâmbios, confrontos e enriquecimento recíproco, como propõe Japiassu (1976), e estabelecendo conceitos-chaves e uma linguagem comum para, a partir disto, formular uma problemática, abordada do ponto de vista igualmente comum a todas as disciplinas. Nesse sentido, a pesquisa estabelece relações e interfaces com vários campos científicos e, neste caso, com o Esporte, a Sociologia e Comunicação.

O campo da Comunicação também pode contribuir com reflexões importantes na discussão deste trabalho, afinal, as relações entre Estado, Esporte e Políticas Públicas estão permeadas pelas lógicas de mercado e mídia. O financiamento do futebol paraense masculino conta com milionários investimentos públicos. A FUNTELPA, responsável pela TV Pública no Pará, adquire direitos de imagens para ter a exclusividade de transmissões de partidas de clubes principalmente no campeonato paraense. Mas, a lógica que norteia as partidas que serão transmitidas se apresenta semelhante à das emissoras comerciais.

Em uma região em que o processo de formação histórica evidencia profundas transformações no espaço, na dinâmica econômica, na apropriação da natureza e nas relações sociais, o acesso aos recursos, neste caso, o orçamento público, certamente apresentariam distinções.

No caso proposto, clubes do interior do estado que disputam o Campeonato Paraense enfrentam as dificuldades impostas pelo mercado, pela mídia e pelo Estado. Por outro lado, clubes da capital, Belém, e da Amazônia como um todo são, historicamente, marginalizados em relação ao mercado nacional e às instituições que organizam o futebol brasileiro.

2.1 Definindo o campo do futebol paraense

Bourdieu (1989) propõe um pensar relacionalmente – o real é relacional: construção do objeto, operação mais importante, porém ignorada da tradição dominante. O autor também discute o fazer científico ao propor reflexões sobre o objeto de pesquisa com o intuito de “ensinar um ofício”.

O objetivo proposto pelo referido autor é de inculcar, de forma realista, a pesquisa como uma atividade racional, voltada para maximização dos rendimentos e para melhor aproveitamento dos recursos e apresentar obras em estágio nascente, a partir do que denomina de seminários, em que se evidencia como se realmente se dão os processos de pesquisa, na intimidade do laboratório.

A maior contribuição do autor francês para este trabalho, porém, está na elaboração de conceitos importantes para a base lógica epistêmica de investigação alicerçada na praxiologia de Bourdieu (1989).

Ao pensar criticamente o estruturalismo e a fenomenologia, teorias hegemônicas, sendo esta subjetivista, ou seja, focada na percepção individual, e aquela objetivista, o qual assume as estruturas sociais como organizadoras da vida, sendo os sujeitos sociais não autônomos, Bourdieu (1989) propõe um terceiro caminho para acessar o conhecimento, a praxiologia. Ele busca compreender a subjetividades do agente e a objetividade da sociedade em uma relação dialética entre agente social e estrutura social.

O campo jornalístico constitui uma esfera com um relativo grau de especificidade e de autonomia no campo mediático, competindo-lhe, além do papel de mediação entre os diferentes campos sociais, da enunciação – construção informal da atualidade. Bourdieu entende-o como lugar de uma oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação: uma baseada em critérios internos e outra critérios externos (PINTO, 1999, p. 79).

Segundo Ortiz (1983), a problemática teórica dos escritos de Bourdieu está na mediação entre o agente social e a sociedade, considerando o problema dos métodos epistemológicos uma discussão dual entre objetivismo e a fenomenologia. A perspectiva fenomenológica parte da experiência primeira do indivíduo e o objetivismo constrói as relações objetivas que estruturam as práticas individuais, ou seja, o dilema está fundado entre subjetivismo e objetivismo.

Antes de discorrer sobre conceitos essenciais de Bourdieu, que serão trabalhados nessa pesquisa, como *habitus* e campo, é fundamental compreender categorias teóricas do autor, denominadas “poder simbólico” e “sistemas simbólicos”. Sobre o poder simbólico, o autor afirma:

Num estado do campo em que se vê poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que - sem nunca saber dele, numa outra maneira de dissolvê-lo, uma espécie de círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma - é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1989, p. 7-8).

Para o autor, os sistemas simbólicos, como arte, religião e linguagem, são estruturas estruturantes. Tal estruturação ocorre, então, a partir da função assumida pelos sistemas simbólicos na integração social e na formulação de um consenso do mundo social, contribuindo para a reprodução da ordem social. O consenso, apresentado por Bourdieu (1989), é sinônimo de hegemonia, de dominação.

Os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder de estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato de mundo, e em particular, do mundo social (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Bourdieu (1989) segue discorrendo sobre sistemas simbólicos em uma primeira síntese, como instrumentos de dominação. Para isto, reflete sobre ideologia e a categoriza como um produto coletivo e coletivamente apropriado. A função da ideologia é servir a interesses particulares que se apresentam como interesses universais ou comuns ao grupo.

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os membros e os distinguindo-os de outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, por tanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções. Este efeito ideológico, produzi-lo a cultura dominante dissimulando a função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo toda as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se por sua distância em relação à cultura dominante (BOURDIEU, 1989, p. 10-11).

Assim, as relações de comunicação são, de acordo com o autor supracitado, inseparavelmente relações de poder, relações estas dependentes, tanto na forma, quanto no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes ou instituições, que permitem a acumulação de poder simbólico. É por essa razão que sistemas simbólicos assumem a função política do que Bourdieu chama de “[...] imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra” (BOURDIEU, 1989, p. 11).

O poder simbólico tem que ser ignorado como arbitrário e alcançar as mesmas obtenções pela força, seja física ou econômica, graças ao poder de mobilização. Porém, como consequência, causa violência simbólica, todo e qualquer tipo de força, coerção, que não é dor de ordem física, tangível. É de ordem moral, emocional, psicológica.

Isso é possível porque estabelecem uma relação. E, por meio dessa relação, os agentes que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, encontram-se dentro da estrutura do campo, em que se produz e reproduz a crença. Ou seja: “[...] garante uma transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que eles encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente energia” (BOURDIEU, 1986, p. 15).

Tais fenômenos ocorrem em espaços sociais ou campo, de acordo com Bourdieu (1987). É nele que se internaliza no sujeito regras construídas no campo da socialização, afetando a maneira de ver e vivenciar as relações sociais. Dessa maneira, o que determina a existência de um campo e demarca os seus limites, segundo o autor, são:

Os interesses específicos, os investimentos econômicos e psicológicos que ele solicita a agentes dotados de um habitus e as instituições nele inseridas. O que determina a vida em um campo é a ação dos indivíduos e dos grupos, constituídos e constituintes das relações de força, que investem tempo, dinheiro e trabalho, cujo retorno é pago consoante à economia particular de cada campo (BOURDIEU, 1987 *apud* THIRY-CHERQUES, 2006, p. 36).

Dessa forma, um campo social é um espaço de lutas entre agentes sociais com interesses específicos, ou seja: “[...] um universo relativamente autônomo de relações específicas e objetivas entre as posições ocupadas pelos seus agentes que determinam a forma de tais relações” (BOURDIEU, 1989, p. 66).

Desse modo, as estruturas não são as determinantes gerais do comportamento do indivíduo, mas, sim, o *habitus*. O *habitus* é uma espécie de grade por onde o agente enxerga o mundo, é um modo de agir internalizado subjetivamente pelo sujeito a partir de um campo. É um norteador para que o agente possa transitar e conviver dentro de um campo social específico. São regras, conhecimentos, crenças adquiridas ao longo do tempo.

É na prática individual ou coletiva que são geradas as estruturas sociais – por exemplo, os campos sociais e as oposições segundo as quais eles se organizam – e que se constituem (por aprendizado) as estruturas cognitivas, os esquemas de pensamento, de percepção e de ação que orientam a prática (BOURDIEU *apud* (CEDRO, 2014, p. 13).

Nas palavras de Bourdieu (1989, p.191), o *habitus* é um “[...] sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”. O autor francês remete ainda que o campo é composto por agentes (em constante luta por posições e por espaços internos), a partir das relações de interdependência entre si, grupos e instituições. É nesse momento que ele fala em capital simbólico como forma de dominação e tomada de posições dentro do espaço social. Para ele, o capital simbólico “[...] é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital: físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor” (BOURDIEU, 1996, p. 107).

Na perspectiva do esporte, o aprendizado de técnicas, táticas e estratégias por atletas são incorporadas por meio dos treinamentos e ensinamentos de treinadores e experiências vividas na prática ou apreendidas na mídia, ou seja, *habitus*, determinante das ações que são executadas durante as partidas em formas de ações baseadas em valores, normas, regras, ou materializadas em senso prático (MONTEIRO, 2018).

Mas, como essas práticas são evidenciadas no jogo do futebol paraense? Como se dá a relação de poder entre Governo do Pará, FPF e clubes e as diferenças de capitais simbólicos? Como se comportam os agentes dentro da estrutura estruturada e estruturante a partir do um modo de agir internalizado subjetivamente pelo sujeito a partir de um campo?

Bourdieu (1984) analisou a prática do esporte e o consumo dele como ofertas para demandas. Ou seja, para o autor, o esporte moderno se tornou um conjunto de instituições, agentes e práticas de consumo. É um campo formado por: “Produtores e vendedores de equipamentos, instrumentos, vestimentas e de serviços necessários à prática do esporte como professores, instrutores, treinadores, médicos especialistas, jornalistas esportivos etc., como também os promotores dos eventos” (BOURDIEU, 1984, p. 137).

No futebol, para além dos jogadores e das comissões técnicas das equipas, participam do campo dirigentes dos clubes, das federações e das confederações; os integrantes de Tribunais de Justiça Desportiva (TJD); as comissões de arbitragem e advogados especializados; os torcedores e as torcidas organizadas; as empresas de produtos esportivos, patrocinadoras e de comunicação; os investidores e empresários de jogadores, jornalistas e cronistas esportivos; e as instituições estatais.

Para esta pesquisa, definiu-se o campo relacional do futebol paraense a partir dos agentes sistematizados no Quadro 1, classificados por setor da sociedade, características e funções, e instituições representativas. Outros agentes também fazem parte desse campo, como torcedores, por exemplo, porém, serão detalhados aqui por opção de recorte da pesquisa. É importante destacar ainda, que mesmo estando em grupos diferenciados de atuação e de interesses, todos os agentes presentes neste campo estão interligados por relações e efeitos que as ações influenciam na estrutura do campo.

Quadro 1 – Definição dos agentes que compõem o campo social do futebol paraense

Agenda do Campo	Descrição/Função	Instituições representativas do campo
Governo – Estado (Primeiro setor)	<p>Instituições públicas que executam políticas públicas por meio de diretrizes, programas, projetos ou ações em nível estadual.</p> <p><u>Abordagem específica deste campo:</u> instituições que atuam diretamente com políticas públicas do esporte e financiamento do futebol paraense.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Governo do Estado; - Casa Civil; - Secretaria Executiva de Esporte e Lazer (SEEL); - TV Cultura (FUNTELPA); - BANPARÁ.
Federação – Sociedade Civil (Terceiro Setor)	<p>Federação é uma associação pessoa jurídica sem fins lucrativos, de caráter desportivo e uma das 27 entidades regionais de administração do futebol filiadas à Confederação Brasileira de Futebol (CBF), reconhecidas como exclusivas entidades dirigentes do futebol com responsabilidade de organizar e supervisionar o futebol em todas as suas formas, nos respectivos territórios.</p> <p><u>Abordagem específica deste campo:</u> Instituição que atua diretamente na organização e supervisão do campeonato paraense de futebol masculino.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Federação Paraense de Futebol (FPF); - Confederação Brasileira de Futebol (CBF).
Clubes – Sociedade Civil (Terceiro Setor)	<p>Clubes são associações esportivas, ou seja, também pessoa jurídica sem fins lucrativos.</p> <p><u>Abordagem específica deste campo:</u> Gerenciam as equipes que disputam o campeonato paraense de futebol masculino.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Águia de Marabá Futebol Clube; - Bragantino Clube do Pará; - Carajás Esporte Clube; - Castanhal Esporte Clube; - Clube do Remo; - Gavião Kyikatejê Futebol Clube; - Independente Atlético Clube; - Paragominas Futebol Clube; - Paysandu <i>Sport Club</i>; - <i>Sport Club</i> Itupiranga; - Tapajós Futebol Clube; - Tuna Luso Brasileira.
Mídia – Mercado (Segundo Setor)	<p>Composta por empresas privadas que atendem as necessidades de consumo da sociedade e controlam emissoras de rádio e TV, jornais impressos e <i>sites</i> na <i>internet</i>.</p> <p><u>Abordagem específica do campo:</u> atuam na cobertura midiática das partidas de futebol.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Grupo Liberal; - Grupo Globo; - Rede <i>Record</i>; - Grupo Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA).

Fonte: Elaboração do autor (2021).

Pode-se considerar o terceiro setor um elo entre o mercado e o Estado. A CBF (2018) tem como principal objetivo liderar, promover e fomentar a prática esportiva do futebol no Brasil. Faz isso a partir da gestão das Seleções Brasileiras de futebol e da organização da estrutura do futebol brasileiro em competições nacionais, profissionais e de base, de ambos os gêneros.

No âmbito estadual, cabe à FPF organizar e supervisionar as atividades relativas ao futebol. Amparada no inciso I do art. 217 da Constituição Federal e nos termos da legislação desportiva federal, tem autonomia quanto à organização e funcionamento, e não está sujeita a ingerência ou interferência estatal, como previsto nos incisos XVII e XVIII do art. 5º da Constituição Federal. Dessa maneira, a FPF não exerce qualquer função delegada pelo Poder Público, nem se caracteriza como entidade ou autoridade pública, a teor do disposto no art. 82 da Lei nº 9615/1998 (FPF, 2019).

Os clubes paraenses participam de competições organizadas tanto pela FPF, quanto pela CBF. Neste caso, as associações esportivas disputam campeonatos estaduais, regionais e nacionais ao longo de uma temporada. Em consequência do histórico de gestões desastrosas, os clubes recorrem ao governo em busca de socorro financeiro.

Como o terceiro setor, aqui caracterizado pelas empresas comerciais de comunicação e o mercado local, tem pouca relação com o financiamento do campeonato paraense, na prática, a FPF acaba dependendo de recursos disponibilizados pelo Governo do Pará, por meio da FUNTELPA e do BANPARÁ, para a realização do campeonato estadual.

Estas instituições, que fazem parte do primeiro setor, são responsáveis pelos investimentos públicos necessários para a realização do Campeonato Paraense. O primeiro setor é o responsável pela execução de políticas públicas, planejamentos, programas, projetos e relatórios, bem como pela fala de gestores das instituições que atuam com as políticas públicas, e neste caso, do esporte no Pará.

Dessa forma, foi possível definir a relação de gestores que participaram das entrevistas semiestruturadas. Eles foram divididos em grupos de acordo com o Quadro 2 a seguir, com as informações dos agentes entrevistados, divididos em três grupos, a ver:

a) grupo 1: formado pelos presidentes e a presidente das associações esportivas cujas equipes disputaram as semifinais da competição ou foram rebaixadas para a 2ª Divisão;

b) grupo 2: além dos representantes dos clubes, foram adicionados à lista de entrevistados agentes que atuam em cargos estratégicos na FPF;

c) grupo 3: a FUNTELPA e o BANPARÁ são responsáveis pelo financiamento do evento, seja com o repasse de recursos públicos para aquisição de direitos de imagem, seja como forma de patrocínio (ou convênio) com a Federação Paraense de Futebol. Desse modo, foram entrevistados representantes das instituições que ocupam nível de presidência, mas que tem funções específicas, como coordenadores de esporte da TV Pública e a coordenadora do núcleo de *marketing* e comunicação institucional do banco.

Quadro 2 – Relação dos entrevistados(as) dividida por grupos

Grupo	Entrevistados (as)	Cargo
1	Fábio Bentes	Presidente do Remo
	Maurício Ettinger	Presidente do Paysandu
	Graciete Maués	Presidenta da Tuna
	Helinho Júnior	Presidente do Castanhal
	Lindomar de Jesus	Presidente do Carajás
	Zeca Gavião	Presidente do Gavião
2	Adelson Torres	Presidente da FPF
	Paulo Romano	Vice-presidente da FPF
	Maurício Bororó	Vice-presidente da FPF
3	Hilbert Nascimento	Presidente da FUNTELPA
	Valmir Rodrigues	Coord. de Esportes da FUNTELPA
	Paolla Costa	Coord. do NUMAC ⁶ BANPARÁ
	Braselino Assunção	Diretor-presidente do BANPARÁ

Fonte: Elaboração do autor (2021).

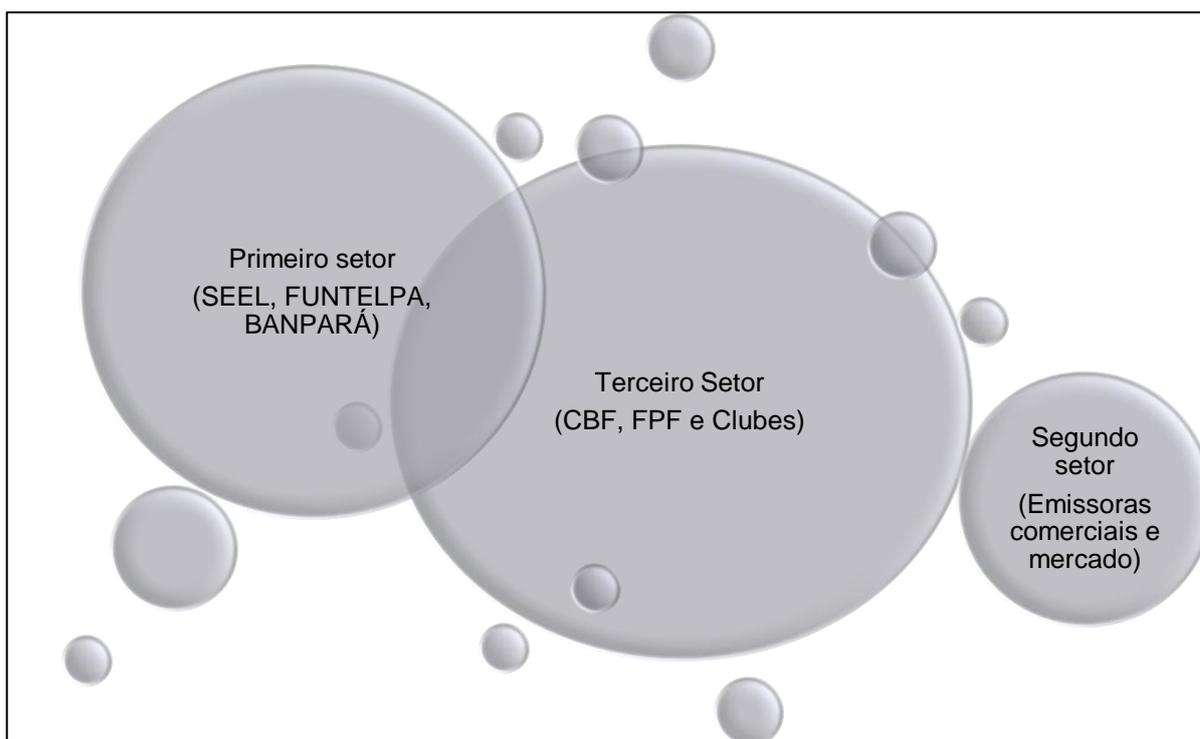
Dessa forma, foram entrevistados 13 agentes. Foram excluídos agentes do mercado, já que o objeto de estudo é o financiamento público. Mas, na pesquisa

⁶ Núcleo de *Marketing* e Comunicação Institucional, ligado à presidência do BANPARÁ.

bibliográfica, foi fundamental discutir a atuação do jornalismo esportivo dentro do contexto da mídia.

A partir da descrição dos agentes e análise sobre o campo relacional do futebol paraense, são demonstradas as relações em forma de representação gráfica, considerando que alguns agentes mantêm relações indiretas, quando não ou nenhuma interação com entre si. Outros agentes demonstram relações diretas e significativas. Na Figura 1 pode ser visualizada uma representação gráfica do campo de relações inicial entre os agentes.

Figura 1 – Esquema de representação gráfica do Campo relacional do futebol paraense e as interações dos agentes



Fonte: elaboração do autor.

2.2 Técnicas de pesquisa

A pesquisa de natureza teórica está estruturada em dois momentos em relação à análise de dados: a primeira parte, exploratória, orientou-se por (LAKATOS; MARCONI, 2003) e as oito fases da pesquisa bibliográfica. A partir da definição do tema, as etapas que culminaram com a elaboração do projeto de pesquisa, buscou-se realizar a crítica interna.

Para este estudo, a pesquisa bibliográfica está sendo realizada a partir do registro disponível decorrente de pesquisas anteriores realizadas por outros pesquisadores e devidamente registradas (SEVERINO, 2007). Portanto, está sendo realizado o levantamento de bibliografias relevantes na área do estudo, por meio do acesso a artigos, livros, dissertações, teses, dentre outros. Fez-se necessário acessar os acervos das bibliotecas da UFPA e do NAEA, catálogos digitais de teses e dissertações da Capes, *Scielo*, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e demais universidades públicas e privadas.

Assim, a presente pesquisa faz uma análise crítica, fundamentando-se em categorias teóricas e autores como: Estado, Desenvolvimento e Colonialidade a partir de Anderson (2008), Carnoy (1988), Castro (2015), Escobar (2012), Vazquez Barquero (2002), entre outros; na perspectiva do esporte, financiamento e políticas públicas Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015), Bueno (2008), Dunning e Elias (1992), Frey (2000), Frizzo (2019), Matias (2021), Souza (2003, 2006), Tubino (1993, 2003), e contribuições oferecidas pelo campo da Comunicação, como Santaella (2003) e Sodré (2006), incluindo reflexões sobre papel da TV Pública, com Bucci (2010, 2012), Castro (2012), Jambeiro (2008), Leal Filho (2008) e Otondo (2002).

A pesquisa documental teve como foco a utilização de dados primários e secundários, que ajudaram a caracterizar a política pública de financiamento do Campeonato Paraense. Cellard (2008) afirma que é preciso um olhar crítico em relação ao documento que se pretende analisar, equivalente a primeira etapa de toda a avaliação que é composta por cinco dimensões:

- a) o contexto social global em que foi produzido o documento, observando o autor e a quem foi destinado;
- b) o autor ou autores, é necessário saber a identidade, interesses e motivações da pessoa que se expressa;
- c) autenticidade e confiabilidade, assegurados pela qualidade da informação;
- d) a natureza do texto, levando em consideração as aberturas do autor, os subentendidos e a estrutura que podem variar de acordo com o contexto;
- e) os conceitos-chave e a lógica interna do texto, captando o sentido dos termos empregados pelo autor.

Assim, o autor formula o caminho a ser trilhado para a análise documental confiável caracterizada por:

Cercar a questão, recorrendo a elementos provenientes, tanto quanto possível de fontes, pessoas ou grupos representando muitos interesses diferentes, de modo a obter um ponto de vista tão global e diversificado quanto pode ser. Além dessa necessária abertura de espírito diante dos dados potenciais também é preciso cotar com a capacidade do pesquisador em explorar diferentes pistas teóricas, em se questionar, em apresentar explicações originais etc. (CELLARD, 2008, p. 305).

Em muitos casos, o documento escrito se torna insubstituível para a reconstituição de um passado relativamente distante. Em muitos casos, é o único testemunho de atividades. No caso em tela, o desafio é fazer de edições de diários oficiais, contratos de patrocínio, reportagens jornalísticas e peças publicitárias, fontes de análise para compreender o financiamento do futebol no Pará, dentro do que o autor denomina de contexto social global (CELLARD, 2008).

Foram acessados os portais da transparência do Governo do Estado do Pará, BANPARÁ, Federação Paraense de Futebol e Confederação Brasileira de Futebol na busca por documentos que tratam de convênios e contratos, como preveem a Lei Federal nº 12.527/2011 e o Decreto Estadual nº 1.359/2015, que regulam o acesso à informação.

Os portais, entretanto, apresentaram inconstâncias e, por isso, foi solicitado ao BANPARÁ, por meio do Serviço de Informação ao Cidadão, informações referentes aos contratos firmados com a FPF para patrocínio do Campeonato Paraense. As informações não foram repassadas até a consolidação deste trabalho. Também foi possível acessar informações divulgadas em canais oficiais, como *sites* e redes sociais das instituições em tela.

Como observa Helder (2006), a técnica documental vale-se de documentos originais que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor, ou seja, são fontes primárias que serão fundamentais para a análise desenvolvida a partir da triangulação (MINAYO *et al.*, 2005) de métodos técnicas: E mais, “Deve-se levar em consideração que os dados por si só nada dizem, é preciso que o cientista os interprete, isto é, seja capaz de expor seu verdadeiro significado e compreender as ilações mais amplas que podem conter” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 47).

Outra técnica utilizada foram as entrevistas, com o objetivo de tentar compreender os aspectos subjetivos, especialmente, o comportamento (ou *habitus*) de um público-alvo (no caso, os agentes que compõem o campo relacional do esporte paraense). A entrevista semiestruturada segue a linha teórica histórico-

cultural (dialética), com objetivo de se determinar as razões diretas e indiretas, não favorecendo apenas a descrição dos fenômenos sociais, mas também explorando a explicação e a compreensão da totalidade, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987).

Optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas (semidiretiva ou semiaberta) que “[...] combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75). Assim, observando o que propõem Lakatos e Marconi (1996), em relação à escolha dos entrevistados, a oportunidade da entrevista e a preparação do roteiro com as questões permite receber o retrato que os informantes têm do mundo, cabendo ao pesquisador avaliar o grau de correspondência das afirmações da realidade objetiva ou factual (BONI; QUARESMA, 2005). O critério de seleção dos agentes foi do tipo não probabilístico, intencional por critérios de representatividade e acessibilidade (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977).

O número de participantes foi definido com base, além do campo relacional do futebol paraense, no critério de saturação de dados, ou seja, ao se tornarem repetitivas as respostas, encerra-se a aplicação das entrevistas, uma vez que, “[...] a pesquisa qualitativa pode usar recursos aleatórios para fixar a amostra. Isto é, procura uma espécie de representatividade maior do grupo dos sujeitos que participarão no estudo” (TRIVIÑOS, 1997, p. 132).

A análise de conteúdo como técnica de interpretação de dados da pesquisa, segundo Godoy (1995), consiste em uma técnica metodológica que pode ser utilizada em discursos diversos e todas as formas de comunicação. Para Bardin 2011, tal procedimento compreende um conjunto de técnicas que analisa as comunicações na busca por, por meio de procedimentos “[...] sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2011, p. 47).

É nessa etapa que se inicia outro nível da de análise, a pesquisa explicativa, onde se buscará identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência do fenômeno abordado. Para tanto, busca-se em Gil (2017) o conceito sobre pesquisa explicativa. Para o autor, tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Logo, “[...] é o tipo de pesquisa mais aprofunda, o conhecimento da realidade, porque explica o

porquê das coisas” (GIL, 2017, p. 28). Compreender as razões para o problema central deste trabalho, à luz do que Bourdieu define como campo e *habitus*.

3 ESTADO, DESENVOLVIMENTO E AMAZÔNIA: REFLEXÕES PÓS-COLONIAIS

O ponto de partida da pesquisa teórica está na conceituação de Estado-Nação, estabelecendo relações com conceitos-chaves como Nação, Estado, Desenvolvimento e Capitalismo e, sobretudo, com aquelas que observam criticamente as consequências deixadas pelo Colonialismo na América Latina, especialmente na Amazônia.

Renan 1982 (*apud* ANDERSON, 2008) definiu “nação” como uma alma, um princípio espiritual constituído de uma complexidade de elementos como raça, língua, interesses, afinidades religiosas, geografia, necessidades militares. Ainda de acordo com o referido autor, nação é um resultado de um longo processo de esforços, sacrifícios e devotamentos.

Uma nação é, então, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que fizeram e daqueles que estão dispostos a fazer ainda. Ela supõe um passado; ela se resume, portanto, no presente por um fato tangível: o consentimento, o desejo claramente exprimidos, de continuar a vida comum. A existência de uma nação é (perdoem-me esta metáfora) um plebiscito de todos os dias, como a existência do indivíduo é uma afirmação perpétua da vida (RENAN, 1982 *apud* ANDERSON, 2008, p. 19).

As reflexões de Renan 1982 *apud* Anderson (2008) proferidas em uma conferência na Universidade de Sorbonne, na França, no dia 11 de março de 1882, foram precursoras para compreender o fenômeno moderno de Estado-nação recusando explicações raciais, linguísticas, religiosas e geográficas, adotando a perspectiva de uma vontade de viver em nação.

Ao longo dos anos, as definições de nação, nacionalidade e nacionalismo se provaram de difícil definição e, conseqüentemente, análise, segundo Anderson (2008). Ao refletir sobre os conceitos de nacionalidade e nacionalismo como produtos culturais específicos que sofreram transformações ao longo do tempo e dispõem de legitimidade emocional profunda, tornando-se “modulares”, ou seja, “[...] capazes de serem transplantados com diversos graus de autoconsciência para uma grande variedade de terrenos sociais para se incorporarem e serem incorporados a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas” (ANDERSON, 2008, p. 30).

Dentro do que diz ser um espírito antropológico, o autor formula o seguinte enunciado: “Nação: uma *comunidade* política *imaginada* – e imaginada como intrinsecamente *limitada* e, ao mesmo tempo, *soberana*” (ANDERSON, 2008, p. 32). É imaginada porque os membros têm a imagem viva da comunhão entre eles; limitada ao possuírem fronteiras definidas; soberana é a garantia da liberdade na Nação; e comunidade porque, independentemente das desigualdades e explorações, há uma profunda fraternidade horizontal.

Tão complexa quanto a conceituação de nação, as definições de Estado-nação e Estado Moderno exigem compreendê-las como fenômenos históricos a partir da revolução capitalista ou revolução nacional e industrial.

Bresser-Pereira (2012) distingue império (unidade político-territorial principal das sociedades pré-capitalistas) de Estado-nação ou Estado Nacional (sociedades modernas ou capitalistas) e estabelece a principal diferença ao afirmar que, enquanto as oligarquias dominantes nos impérios clássicos que antecederam a revolução industrial na Europa desconheciam o desenvolvimento econômico⁷, nem a tinham como objetivo, os Estados-nação estão organizados com esse propósito, que passa a ser sua fonte principal de poder e de legitimidade.

Segundo Bresser-Pereira (2012), os antigos impérios conquistavam colônias, porém, limitavam-se a cobrar impostos, mantendo idioma, costumes e práticas produtivas locais relativamente intocados, diferentemente dos os Estados-nação, que estabelecem outra forma de relação com os setores periféricos.

Os Estados-nação intervêm ativamente nos seus setores periféricos para que se integrem em um todo nacional, usando como instrumento para isto o compartilhamento de um idioma e, mais do que isso, de uma cultura; eles surgem com o capitalismo e estão voltados para o desenvolvimento econômico, e, para isso, precisam integrar toda a população do seu território na cultura superior de suas elites fundadoras burguesas e burocráticas na qual o conceito de produtividade é central. Enquanto o império se supunha o único poder sobre a terra (ou sobre o mundo que conheciam), o Estado-nação sabe que convive e compete com outros Estados-nação e, para esta competição, precisa ser economicamente forte, precisa aumentar permanentemente a produtividade, e para isso desenvolve uma série de políticas, entre as quais salienta-se a educação pública (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 2).

⁷ “Podemos definir o desenvolvimento econômico como o processo histórico autossustentado de acumulação de capital com incorporação de progresso técnico, aumento da produtividade e melhoria dos padrões de vida – um fenômeno histórico que passa a ocorrer a partir do momento em que se forma cada Estado-nação, fica clara a relação entre o Estado-nação e a revolução capitalista” (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 3).

Para Carnoy (1998), é imprescindível compreender o significado da política no atual sistema econômico mundial, pois a compreensão de Estado Nacional, dentro desse contexto, significa compreender a dinâmica fundamental de uma sociedade.

Há outro motivo para a importância da política: na medida em que as economias se desenvolveram em todo o mundo, o setor público – aqui chamado de Estado – cresceu em importância em todas as sociedades, da industrial avançada à exportadora de bens primários do Terceiro Mundo, e em todos os aspectos da sociedade - não apenas político, como econômico (produção, finanças, distribuição), ideológico (educação escolar, os meios de comunicação) e quanto à força legal (polícia, forças armadas). Porque isso ocorre e como se configura o crescente papel do Estado têm se tomado uma preocupação crucial para os cientistas sociais - talvez a preocupação crucial - de nossos dias. O Estado parece deter a chave para o desenvolvimento econômico, para a segurança social, para a liberdade individual e, através da "sofisticação" crescente das armas, para a própria vida e a morte (CARNOY, 1988, p. 9).

Ao olhar para o século XIX, observa-se um Estado com um papel limitado, porém significativo. Evidentemente, o desenvolvimento do Capitalismo e o Estado estiveram ligados. Carnoy (1998) afirma que foi uma reação ao Estado Mercantilista que antecedeu a Revolução Industrial, mas também ao dinamismo do capitalismo privado da época. Afinal, até os anos 1930, a dinâmica econômica das sociedades capitalistas estava na produção das empresas privadas. Ou seja, a distribuição de riqueza e renda ficava ao sabor do mercado. “Assim, Ricardo, Marx, Weber, Durkheim e Marshall puderam discutir o Estado como um elemento importante, porém, certamente, não como o elemento central, em suas análises sociais” (CARNOY, 1998, p. 10).

Essa perspectiva tradicional ainda perdura em algumas análises, especialmente nos Estados Unidos. Entretanto, o setor público passou por mudanças e, dessa forma, Carnoy (1998) entende que as questões referentes ao Estado se tornaram complexas ao ponto de exigir novas e sofisticadas reflexões sobre o seu papel. Em face disso, as teorias sobre Estado são enormemente variadas e, na América Latina, de acordo com o autor, estão enraizadas no pensamento liberal. Ou seja:

O "melhor Estado" é o "menor Estado" para Adam Smith e para esta versão da teoria liberal, o Estado está em constante tensão entre fazer parte de uma sociedade civil definida em oposição ao imperfeito "estado da natureza" (Hobbes e Locke), portanto uma expressão "perfeita" da vontade coletiva, e interferir com a perfeição da sociedade civil (a mão invisível). Quanto mais o Estado for independente da vontade geral (e das

necessidades materiais, como expressas na esfera econômica), maior será a sua probabilidade de agir (CARNOY, 1998, p. 313).

Carnoy (1998) conclui, então, que as teorias de Estado findam em um questionamento sobre a ideia de uma teoria universal sobre o Estado. Para o autor, é possível afirmar que existe um Estado capitalista, que se opõe ao Estado feudal ou burocrático-autoritário. Porém, as funções do Estado capitalista (que tem como papel central o desenvolvimento capitalista) variam de acordo com as condições históricas relacionadas à natureza de sua luta de classes, à estrutura de produção ou às intervenções anteriores, para resolver crises prévias.

Desse modo, “[...] o Estado capitalista é, portanto, em qualquer momento da história, o produto de sua história anterior, incluindo sua relação com lutas anteriores na sociedade civil. Estes conflitos, por sua vez, pelo menos no modelo da luta de classes, são moldados pelas intervenções prévias do Estado” (CARNOY, 1998, p. 323). Assim, as teorias do Estado podem ser vistas em termos de sua aplicabilidade histórica específica.

A maior contribuição de Cardoso e Faletto encontra-se exatamente neste ponto: o Estado periférico é um exemplo histórico da estrutura das relações de classe na produção capitalista mundial; cada Estado periférico tem de ser analisado separadamente dentro de contexto unificador do desenvolvimento mundial. De uma perspectiva metodológica, a análise de Cardoso e Faletto é perfeitamente coerente com os trabalhos recentes nas sociedades da metrópole, que chega à mesma conclusão (CARNOY, 1998, p. 323).

Nessa perspectiva, Cardoso e Faletto (2008) fazem uma robusta análise da dependência estrutural, a partir da compreensão do sentido de desenvolvimento e das inter-relações existentes entre classes e Estados-nações, tanto em nível internacional quanto em nível interno dos países da América Latina. De acordo com os autores, “É necessário elaborar conceitos e explicações capazes de mostrar como as tendências gerais da expansão capitalista tornam-se relações concretas entre homens, classes e Estado na periferia” (CARDOSO; FALETTO, 2008, p. 13-14).

Ainda de acordo com Cardoso e Faletto (2008), um sistema é dependente quando a acumulação e a expansão do capital não encontram, internamente, componente dinâmico essencial: a ampliação da escala de capital. Isto só é possível

com a criação de novas tecnologias e expansão contínua de bens de capital, além de um apoio financeiro por meio de um sólido sistema bancário.

Ainda que o sistema capitalista seja mundial, não são todas as partes que compõem o sistema que conseguem deter liderança e posse exclusiva de segmentos importantes para a produção e acumulação de capital, a exemplo de setores tecnológicos e financeiros. Dessa maneira:

As economias periféricas, mesmo quando não mais se restringem à produção de matérias-primas, continuam dependentes de forma muito específica: seus setores de produção de bens de capital não são suficientemente fortes para assegurar o avanço contínuo do sistema, seja em termos financeiros, tecnológicos ou organizativos. Assim, para prosseguir com a expansão econômica, um país dependente tem de entrar no jogo da “interdependência”, mas numa posição semelhante à do cliente que procura um banqueiro. Certamente, em geral os clientes desenvolvem estratégias de independência e podem tentar usar produtivamente o dinheiro emprestado. Mas na medida em que existem limites estruturais, o êxito de tais tentativas não é um resultado automático do jogo. Na maioria das vezes, reforçam-se as regras de dominação, e mesmo quando o país dependente se torna menos pobre após o primeiro empréstimo, segue-se ainda um segundo empréstimo. Na maioria dos casos, quando tal economia floresce, suas raízes foram plantadas pelos que detêm as notas promissórias (CARDOSO; FALETTO, 2008, p. 17).

Nesse sentido, fica evidente que as características das economias capitalistas dependentes não se equiparam às econômicas capitalistas centrais. Ainda de acordo com Cardoso e Faletto (2008), existe um desenvolvimento dependente na América Latina, porém, um desenvolvimento capitalista que “[...] produz riqueza e pobreza, acumulação e diminuição de capital, emprego para alguns e desemprego para outros” (CARDOSO; FALETTO, 2008, p. 18-19). Assim, desenvolvimento, especialmente nas economias periféricas, não é sinônimo de justiça social.

Os discursos sobre desenvolvimento ocuparam destaque na metade do século XX. Porém, as mudanças que se estabeleceram no final desse século culminaram no que Castells (1999) denomina de sociedade informacional, alterando o sistema mundial, o lugar do conhecimento e a funcionalidade deste conhecimento, a partir das práticas sociais. Nesse sentido, é importante observar:

A passagem do século XX para o século XXI marcaria certamente também as teorizações sobre desenvolvimento, crescimento econômico, mercado de trabalho formal e informal, classes sociais, desigualdades sociais, distribuição de renda, e alienação. Mas sempre giravam no âmbito do desenvolvimento capitalista e do projeto de modernidade reduziáveis, assim, à matriz do crescimento econômico. As crises cíclicas do capitalismo, além da reforma do Estado sob programas de ajustes neoliberais, advindas de

instituições globais, pressionaram, e tencionam ainda mais o planejamento governamental e as estratégias de crescimento econômico (CASTRO, 2015, p. 228).

Todas essas questões, segundo Castro (2015), estão relacionadas à emergência da sociedade industrial que nasceu a partir da Revolução Industrial do século XVIII. Nela, estabeleceu-se o paradigma dominante da crença na ciência e na tecnologia, ou seja, na razão humana, como a solvência de problemas para garantir o bem-estar da Nação.

Nesse sentido, houve a construção de uma nova ordem econômica aficionada pelo crescimento econômico e obcecada pela ciência moderna e o desenvolvimento da técnica. Com esse objetivo, criou-se o discurso do Iluminismo e, conseqüentemente, “[...] a dominação com pretensão à universalidade, à participação de todos em um projeto comum e, por isso homogeneizador, erigido como estrutura do sistema moderno. Uma invenção ocidental produzida” (CASTRO, 2015, p. 231).

Castro (2015) encontra Bourdieu ao entender o Desenvolvimento como campo composto por agentes que atuam em um jogo de relações e apreensão de sentidos dados em disputa de posições e capital simbólico dentro de estruturas estruturadas e estruturantes.

No Brasil, sobretudo nos anos 1950, o discurso desenvolvimentista ganhou ainda mais ressonância com o nacionalismo e o industrialismo, que tentaram esconder as diferenças internas e as diferenças sociais a partir da ideia de Nação. Materializando-se, então, um sonho das elites brasileiras que pregavam o progresso nacional, por meio de obras de infraestrutura, como a construção de Brasília e de rodovias que conectavam as regiões Sul e Sudeste à Amazônia. Assim, tornaram-se modelo de modernidade, desenvolvimento para além do Brasil, reproduzindo-se em outros países da América Latina.

A perspectiva evolucionista⁸, que dominou o pensamento filosófico e influenciou as ciências, tem como principal característica enxergar as sociedades a partir de níveis de desenvolvimento e de indicadores econômicos, relegando as

⁸ Tylor e Frazer, herdeiros do pensamento evolucionista de Lewis Henry Morgan (1818-1881), etnólogo (antes advogado) norte-americano, propositores do pressuposto evolucionista de que todos os povos passariam pelos mesmos estágios sucessivos (selvageria, barbárie e civilização) de desenvolvimento –, representam a escola evolucionista britânica na Antropologia (CAMARGO, 2018, p. 110).

heterogeneidades e complexidades culturais, sociais, políticas e econômicas das sociedades e impondo um único caminho possível para o desenvolvimento.

Dessa forma, a proposta da autora é, em um debate mais atual, fazer uma revisão paradigmática de questões que foram deixadas de lado nas análises sobre desenvolvimento.

Essas abordagens têm procurado romper com certos paradigmas dominantes nas interpretações sobre o desenvolvimento. São formuladas a partir da crítica à modernidade, ao colonialismo e ao evolucionismo, matrizes estruturantes, ao nosso ver, de crenças e ideologias presentes na nossa sociedade contemporânea (CASTRO, 1999). Pois, na realidade, aqueles valores da modernidade e da racionalidade cartesiana atravessam a sociedade e atualizam com eficácia simbólica incessantemente as relações de poder e de dominação, a desigualdade social e a supressão de direitos, pois os discursos enquanto práticas sobre o desenvolvimento, como lembra Ribeiro (2008), são essencialmente discursos políticos (CASTRO, 2015, p. 226).

Nesse sentido, o entendimento sobre Colonialismo vem a partir das reflexões do que Escobar (2005) denomina de projeto de Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade⁹ (MCD) e o conecta com a Globalização, fenômeno responsável pela universalização da modernidade europeia e norte-americana.

Não mais restrita ao Ocidente, com a globalização, a modernidade foi inevitavelmente instalada em todos os cantos do mundo, então a partir de então tivemos modernidade para sempre e em todos os lugares. Teóricos como Habermas, Castells, Touraine, Beck, Taylor, Melucci etc. – E, da esquerda, Hardt e Negri – coincidem em afirmar que não há mais um fora da modernidade e que, para o bem ou para o mal, o destino do planeta é inevitavelmente marcado pelo imaginário moderno (e, por enquanto, pelo menos, capitalista, branca e patriarcal, ainda que assuma colorações locais nas várias partes do mundo que moderam este ou aquele aspecto dos traços mais característicos da modernidade) (ESCOBAR, 2012, p. 11, tradução nossa).

Os estudos decoloniais se referem ao conjunto heterogêneo de contribuições teóricas e investigativas sobre a colonialidade, ou seja, um conjunto sistemático de enunciados teóricos que revisitam a questão do poder na modernidade. Alguns pontos importantes a ver:

⁹ Não há consenso quanto ao uso do conceito decolonial/descolonial, ambas as formas se referem à dissolução das estruturas de dominação e exploração configuradas pela colonialidade e ao desmantelamento de seus principais dispositivos. Aníbal Quijano, entre outros, prefere referir-se à descolonialidade, enquanto a maior parte dos autores utiliza a ideia de decolonialidade.

1. A localização das origens da modernidade na conquista da América e no controle do Atlântico pela Europa, entre o final do século 15 e o início do 16, e não no Iluminismo ou na Revolução Industrial, como é comumente aceito;
2. A ênfase especial na estruturação do poder por meio do colonialismo e das dinâmicas constitutivas do sistema mundo moderno/capitalista e em suas formas específicas de acumulação e de exploração em escala global;
3. A compreensão da modernidade como fenômeno planetário constituído por relações assimétricas de poder, e não como fenômeno simétrico produzido na Europa e posteriormente estendido ao resto do mundo;
4. A assimetria das relações de poder entre a Europa e seus outros representa uma dimensão constitutiva da modernidade e, portanto, implica necessariamente a subalternização das práticas e subjetividades dos povos dominados;
5. A subalternização da maioria da população mundial se estabelece a partir de dois eixos estruturais baseados no controle do trabalho e no controle da intersubjetividade;
6. A designação do eurocentrismo/ocidentalismo como a forma específica de produção de conhecimento e subjetividades na modernidade (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p. 5).

A colonialidade manteve não somente a lógica econômica, mas também a cultural. O esporte moderno, especialmente o futebol, esporte mais praticado no mundo - a estimativa é que existam mais de 300 mil clubes de futebol, 3 milhões de praticantes e 3,5 bilhões de torcedores no mundo – apesar de mostrar as facetas mais preconceituosas da sociedade e da lógica colonial, é um instrumento extremamente importante no processo decolonial, fazendo com que se quebre a lógica periferia-centro tradicional do atual sistema-mundo (PIZARRO; RIAL; RIGO, 2020, p. 50).

Os autores argumentam que as ações de combate ao racismo e à xenofobia, a partir de acontecimentos dessa índole, mostram o pensamento colonial da forma mais primitiva e preconceituosa, e acabam gerando atos de violência, com finais trágicos em certos casos (PIZARRO; RIAL; RIGO, 2020, p. 58). No Brasil, há relatos de enfrentamentos de clubes brasileiros contra o preconceito racial, como pode ser visto em alguns estudos desenvolvidos sobre o futebol gaúcho como, por exemplo, pesquisas realizadas por Balzano, Munseberg e Silva (2018), Balzano e Silva (2018) e o Observatório da Discriminação Racial no Futebol¹⁰

Além disto, evidenciam-se as desigualdades econômicas entre Europa e América Latina. O futebol profissional é tratado como um negócio altamente lucrativo. Melo (2014) cita a influência e o domínio sobre o futebol da FIFA, no final dos anos 1970, quando o brasileiro João Havelange assumiu a presidência da

¹⁰ Discriminação Racial no Futebol tem o objetivo de monitorar e divulgar, através de seus canais, os casos de racismo no futebol, assim como ações informativas e educativas que visem erradicar a intolerância que tanto macula a democracia das relações sociais.

entidade e mudou radicalmente a postura da organização: de uma mera associação esportiva para uma entidade com visão empresarial, o que rendeu contratos bilionários e lucros exorbitantes. Segundo Melo (2014), o controle da FIFA sobre as federações nacionais inibe o surgimento de alternativas dentro da própria associação, forçando, assim, os países filiados a seguirem à risca as determinações da entidade.

Conforme Pizarro (2014, p. 14), “[...] o processo de descolonização é interno, muitas vezes intersubjetivo, contudo, o esporte surge como uma maneira de ajudar nesse processo [...]”. Dessa forma, o futebol possui, para os sul-americanos, um sentimento decolonial, do “sul global” se tornar “norte global” devido a força de suas seleções e de seus clubes em âmbito mundial, fato de alta relevância no processo de decolonização e, inclusive, na própria autoestima de povos periféricos.

Além das questões envolvendo o Estado capitalista, desenvolvimento, dependência e colonialidade, é necessário discutir as desigualdades existentes entre as regiões no Brasil. Diniz (1995) afirma que é de amplo conhecimento e fartamente analisado que o processo de desenvolvimento econômico levou uma forte concentração da produção em alguns estados e regiões no país. Como consequência disto, segundo o autor, foi a desigualdade na concentração de renda. “Em 1970, entendida como a fase final do processo de concentração, o estado de São Paulo, com 2,9% da área geográfica do país, participava com 39% da renda nacional e o Rio de Janeiro, com 0,5% da área e 16% da renda” (DINIZ, 1995, p. 5).

Além disso, Diniz (1995) evidencia que as regiões com ocupações antigas, como Norte e Nordeste, e com grande contingente populacional, mas com baixa dinâmica econômica, registraram menor renda *per-capita* regional. Essa desigualdade trouxe, conseqüentemente, fluxos migratórios entre os anos 1960 e 1990. Os movimentos alteraram a distribuição regional da população e as taxas de crescimento demográfico.

Diniz (2001) acredita que a gênese das interpretações sobre desigualdades regionais no Brasil e na América Latina foram desenvolvidas ainda nos anos 1950, com Celso Furtado. A partir de pesquisas empíricas foi possível constatar que a renda *per-capita* do Nordeste era 1/3 inferior em relação à do centro-sul do país, consequência de três características de perdurariam na região por séculos.

Partia dos fundamentos históricos da colonização regional como determinantes da dicotomia social da região nordestina. Em primeiro lugar, a empresa agrícola exportadora estava baseada em trabalho escravo. Em segundo lugar, ao demandar animais de carga e proteína animal, a economia exportadora criou sua própria periferia no interior, a ela subordinada e dependente. Em terceiro lugar, a organização da fazenda do semiárido se baseava no controle da terra e na criação de uma população camponesa sem-terra e sem salário, a qual trabalhava para o dono da terra na forma de “meia” para as culturas de exportação e, em compensação, utilizava a terra para a produção da própria subsistência alimentar (DINIZ, 2011, p. 4-5).

Diniz (2001) traz ainda o pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) que, baseada no conceito “centro” x “periferia” e na lógica das relações de trocas internacionais dos países latino-americanos, entende que o “centro” do mundo capitalista, de acordo com a análise do autor, beneficia-se da relação com a “periferia”, dependente da exportação de bens primários que está ao sabor a alta e queda da demanda no mercado internacional, ao exportar bens industrializados, possuir melhor organização sindical e reter os frutos do progresso técnico.

Esse mecanismo, entendia a CEPAL, criou ao longo do tempo, um processo de deterioração das relações de troca contra a “periferia”. A saída proposta era a industrialização. Na ausência de uma burguesia capaz de levar o projeto adiante pela escassez de recursos econômicos e técnicos, impunha a ação do Estado e, para isto, do planejamento (DINIZ, 2001, p. 4).

Diante desse cenário, observa Diniz (2001), assim como acontecia em países maiores, regiões estagnadas levaram vários governos brasileiros a adotarem experiências internacionais e criarem instituições ou programas de desenvolvimento regional ainda nos anos de 1940. Para citar algumas, posteriormente, a partir de 1960, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Para Mourão e Amim (2017), as teorias que tratam do desenvolvimento regional convergem para a ideia de que desenvolvimento econômico ocorre com o crescimento da atividade produtiva a partir da industrialização, bem como a necessidade de planejamento do Estado e concessão de estímulos à atividade produtiva. Os estudos os autores buscam compreender em que medida a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)¹¹ tem sido uma ação efetiva para o

¹¹ De acordo com Mourão e Amim (2017), a PNDR utilizada para a Amazônia Legal em seus instrumentos de ação, quais sejam: o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), o Fundo

fomento e gestão do desenvolvimento econômico da Amazônia. Com isto, os autores concluem:

A riqueza gerada na Amazônia ainda é inexpressiva quando comparada à produção de bens e serviços gerada no Brasil, bem como a qualidade de vida na Região Amazônica mensurada pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) também denota um grande distanciamento das regiões consideradas como as mais desenvolvidas do país (sul e sudeste) (MOURÃO; AMIM, 2017, p. 2).

Observando as características da região, a Amazônia Legal corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), composta por composta por Rondônia (52 municípios), Acre (22), Amazonas (62), Roraima (15), Pará (144), Amapá (16), Tocantins (139), Mato Grosso (141), bem como, por 181 municípios do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44º, dos quais, 21 deles, estão parcialmente integrados à Amazônia Legal. Possui uma superfície aproximada de 5.015.067,749 km², correspondente a cerca de 58,9% do território brasileiro, de acordo com o (IBGE, s. d.).

Diante do exposto, a região Amazônia precisa ser vista a partir da sua complexidade. Trindade Júnior. (2013), ao analisar os escritos de Becker (1990b), que parte da perspectiva da região caracterizada como fronteira urbana, como também observou Diniz (2001), a partir do crescimento populacional da região diante dos fluxos migratórios, especialmente a partir da década de 1960.

O fluxo imigratório não possuía um destino predominantemente rural. O urbano, como conteúdo socioespacial, tornou-se uma estratégia de ocupação do território sob uma nova lógica de reprodução econômica e social, resultando em uma complexa e dinâmica organização espacial (TRINDADE JÚNIOR., 2013, p.93).

Desse modo, o autor defende que a Amazônia não pode ser vista de forma homogênea. É preciso compreender as particularidades e singularidades, a partir da perspectiva da urbanização.

Nessa perspectiva, a floresta, e mais precisamente a região, é considerada em suas múltiplas dimensões, dentre elas a ecológica, a econômica, a lúdica, a funcional e, também, a das representações simbólico-culturais, onde se fazem presentes valores e saberes que a tornam parte da vida urbana que a ela se vinculam. É esse pressuposto que possibilita discutir o

perfil das cidades, inseridas de maneira diferenciada no contexto regional (TRINDADE JÚNIOR., 2013, p. 104).

Diante do exposto, é preciso pensar em políticas públicas para a Amazônia observando a diversidade da região e os desafios presentes nela. Como precedentemente observado neste estudo, o desenvolvimento é algo complexo e não pode ser visto apenas pela perspectiva do crescimento econômico. O Desenvolvimento Endógeno (VAZQUEZ BARQUERO, 2002) em políticas e projetos de desenvolvimento voltados para a realidade local, articulados por agentes capazes de promover sustentabilidade e inclusão da região no mercado global. “O desenvolvimento endógeno busca desenvolver as cidades através da identificação dos fatores de produção decisivos no processo de desenvolvimento das regiões (capital social, humano, instituições...) e potencialização dos atores locais” (SARRETA; CRESCENTE, 2004, p. 503).

Para as autoras, o desenvolvimento endógeno é necessário para a Globalização. Entretanto, há uma competição entre as regiões para manterem investimentos locais e atraírem empresas e investimentos de outras regiões, na crença de “[...] condições de superar o declínio de suas economias e as incertezas externas” (SARRETA; CRESCENTE, 2004, p. 504).

Diante desse cenário, observam-se diferenças acentuadas entre as regiões. A política econômica local vem, então, com a proposta de desenvolvimento no sentido de baixo para o topo, caminho possível por meio da articulação dos atores sociais.

Nesse sentido, a teoria do desenvolvimento endógeno busca analisar a noção de desenvolvimento das cidades e regiões consideradas atrasadas, levando em conta a atuação pública nas regiões. Segundo Vazquez Barquero (2002, p. 41), “O desenvolvimento endógeno pode ser visto como um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento que leva à melhoria do nível de vida da população”. Assim, é desejável que as cidades sejam espaços onde ocorram as mudanças dos sistemas econômicos e produtivos, e da reorganização institucional. Nessa direção, as autoras argumentam que:

Para impulsionar esse processo de desenvolvimento endógeno, o sistema produtivo regional precisa reestruturar progressivamente suas atividades econômicas, sejam elas a agricultura, a indústria ou atividades comerciais

melhorando a capacidade de competir no mercado local e globalizado. Para tanto, é necessário investir em estratégias que venham a valorizar os potenciais locais de desenvolvimento, na tentativa de inseri-lo num contexto globalizado (SARRETA; CRESCENTE, 2004, p. 508).

Na próxima seção, serão discutidos conceito de política pública e traçar um panorama de como vem se dando no Brasil, no Pará e em Belém na área do esporte (e do lazer). Este levantamento bibliográfico se faz necessário para análise da política pública que vem sendo ocorrendo no futebol paraense.

4 ESPORTE E POLÍTICA PÚBLICA

A definição de esporte pode parecer simples. O termo tão comum no dia a dia das pessoas é marcado por significados e significações universais, exige esforços para uma definição científica. De acordo com Barbanti (2012), para definir precisamente uma palavra muito comum, como esporte, muito de suas conotações precisam ser eliminadas e seus significados devem ser limitados de maneira que restringirão seu uso.

O autor entende que a definição de esporte ajuda fundamentalmente estudos sobre o objeto, nos quais o pesquisador precisa delinear o entendimento sobre o que entende por esporte. Consequentemente, haverá distinções entre esporte e recreação, brincadeira, disputa ou espetáculo, permitindo o desenvolvimento de estudos com outras áreas relevantes da vida social, como a política, economia e comunicação.

Dessa forma, o autor considera três pontos fundamentais para a definição de esporte: “i) esporte refere-se a tipos específicos de atividades; ii) esporte depende das condições sob as quais as atividades acontecem; iii) esporte depende da orientação subjetiva dos participantes envolvidos nas atividades” (BARBANTI, 2012, p. 54). Assim, Barbanti (2012) propõe uma definição sobre o conceito de esporte:

Esporte é uma atividade competitiva institucionalizada que envolve esforço físico vigoroso ou o uso de habilidades motoras relativamente complexas, por indivíduos, cuja participação é motivada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos (BARBANTI, 2012, p. 57).

Tubino (1993) aponta que o mundo entendia o esporte apenas pela perspectiva do rendimento. Um marco para a quebra desse paradigma dominante foi o movimento “Esporte para Todos”¹², que contribuiu para debates internacionais amplos e produziu trabalhos como o “Manifesto do Desporto”, de Noel-Baker, (1964). As deliberações ajudaram a construir a “Carta Interna de Educação Física e

¹² Segundo Tubino (2003), o Movimento Esporte para Todos constituiu-se numa das mais efetivas manifestações da Educação Física e do Esporte no século XX. Desde que foi criado na Noruega nos anos 1960, o Movimento Esporte para Todos vem se espalhando pelo mundo. Várias conferências e encontros foram realizados: na Alemanha Ocidental (1967 e 1970), na Noruega (1969), na Holanda (1971) e em Buenos Aires (1973), onde EPT foi o tema de uma das sessões das “Jornadas Internacionais de *Estudio sobre el Deporte*”. O primeiro objetivo a ser atingido pelo Movimento Esporte para Todos foi a democratização das práticas esportivas. Estes propósitos se consumaram com a Carta Internacional de Educação Física e Esporte da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1979).

Esporte” da UNESCO (1978). A partir de tal publicação, houve definição o acesso à educação física e o esporte como um direito fundamental de todos, sendo garantido dentro do sistema educacional, e “[...] contribuiu para a democratização da prática esportiva, pois popularizou o esporte, permitindo que as pessoas sem grande talento chegassem também a praticá-lo” (TUBINO, 1993, p. 25).

Conseqüentemente, houve mudanças no papel do Estado em muitos países, incluindo o Brasil, com a inclusão de textos constitucionais na promulgação da Constituição Federal de 1988. O esporte, observado como um direito de todos, pode ser entendido pela abrangência de três manifestações que representam as dimensões sociais, segundo Tubino (1993) esporte-educação, esporte-participação e esporte-performance (Quadro 3).

Quadro 3 – Tipos de manifestação esportiva

Manifestação	Função	Princípios
Esporte- Educação (ou Esporte Educacional)	Processo educativo na formação do jovem e preparação para o exercício da cidadania.	Participação, cooperação, coeducação, integração e responsabilidade.
Esporte- Participação (ou Esporte Popular)	Promover o bem-estar por meio do esporte e desenvolvimento de um espírito comunitário, de integração social, fortalecendo parcerias e relações pessoais.	Prazer lúdico, lazer e na utilização construtiva do tempo livre.
Esporte- Performance (ou Esporte de Rendimento)	Esporte como instrumento político-ideológico.	Obedecer, rigidamente, regras e códigos existentes, específicos para cada modalidade esportiva; esporte institucionalizado.

Fonte: adaptado de Tubino (1993).

Tubino (1993) ainda destaca a relação do esporte com o mercado. Depois do esporte-performance passar por uma profunda crise por causa da relação com a política, houve uma guinada extraordinária, pois:

O crescimento notável dos meios de comunicação de massa, a percepção das competições esportivas como espetáculo, a existência de um número considerável de ídolos esportivos e a certeza de que o esporte também pode vender com sucesso produtos e serviços fizeram com que os investidores voltassem suas atenções para os eventos esportivos (TUBINO, 1993, p. 29).

Nesse sentido, Dunning e Elias (1992) inaugura o debate sobre esporte (e lazer) afirmando que os estudos nesse campo foram desprezados pela sociologia. A sociologia do esporte, como área de especialização, esteve em diálogo com autores

clássicos, como Max Weber. Porém, a maior parte dos estudos foi desenvolvida por pesquisadores da educação física que não tem, devido ao envolvimento real com a área, o distanciamento necessário para uma análise fecunda.

Muito do que tem escrito situa o fulcro das suas preocupações, em grande parte, nos problemas específicos da educação física, cultura física e desporto, falhando na apresentação das relações sociais mais alargadas. Além disso, esta análise parece possuir um caráter meramente empirista (DUNNING; ELIAS, 1992, p. 12).

Para o autor, a sociologia é uma ciência da compreensão da sociedade, logo, o esporte se constitui como um campo permeado de significado social. Porém, não é visto um fenômeno que arvore questões sociológicas equivalentes às relacionadas aos campos econômico e político, como esclarece o autor:

Uma atividade de lazer orientada para o prazer, que envolve o corpo mais do que a mente, e sem valor econômico. Em consequência disso, o desporto não é considerado como um fenômeno que levante problemas sociológicos de significado equivalente aos que habitualmente estão associados com os negócios «sérios» da vida econômica e política (DUNNING; ELIAS, 1992, p. 14).

Os autores enumeram, ainda, as relações do esporte com outras áreas que proporcionariam investigações sociológicas, a ver, o papel do Estado no esporte, a política e o esporte, a política do esporte, os meios de comunicação social e o esporte. Dessa forma, o cerne da proposição de Dunning e Elias (1992) é firmar fundamentos de uma teoria em desenvolvimento, a teoria sociológica das emoções, que “[...] procura também sublinhar o controlo individual e social da violência e os processos de longa duração que podem ser observados a este respeito” (DUNNING; ELIAS, 1991, p. 15).

Dunning e Elias (1992) também expressam a importância das investigações das ciências sociais, especialmente da sociologia, para explicar aspectos do esporte sob o risco de desintegrarem em especializações sem ligações. Por isto, a perspectiva interdisciplinar na interpretação dos fenômenos no campo do esporte pode findar em análises fecundas e contribuir para o desenvolvimento do esporte. Um passo importante é discutir política e esporte.

A política pública se consolidou como uma subárea das Ciências Políticas e tem como objetivo compreender o porquê e o como uma política pública é formulada. Frey (2000), que possui estudos desenvolvidos nesse campo, deu ênfase

à análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas.

Souza (2006) realizou uma revisão da literatura sobre política pública, observando os diferentes caminhos tomados pelos estudos desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos, a partir dos anos 1930. Enquanto nos EUA, tradicionalmente, buscou-se concentrar mais nas análises sobre o Estado e nas instituições do que na produção dos governos; os europeus não estabeleceram relações com as bases teóricas sobre Estado e passam a dar ênfase aos estudos sobre as ações dos governos.

Frei (2000) observa, porém, que os estudos desenvolvidos em países industrializados foram ajustados às democracias mais consolidadas. Por isto, o autor defende que as peculiaridades socioeconômicas e políticas das sociedades em desenvolvimento não podem ser tratadas apenas como fatores específicos da política, mas que é preciso uma adaptação do conjunto e nos instrumentos da análise de políticas públicas às condições peculiares de tais sociedades.

Nessa direção, Souza (2006) afirma que o pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que “[...] em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes” (SOUZA, 2006, p. 22).

Souza (2006) observa ainda que não existe uma única e nem uma melhor definição sobre política pública, após revisitar Dye (1984), Bachrach e Baratz (1962), Mead (1995), Lynn (1980), Peters (1986), entre outros. Segundo a autora, tais definições de políticas públicas guiam os estudos para o campo em que os conflitos de interesses, de preferências e de ideologias se desenvolvem: os governos. Assim, apesar das abordagens distintas, as definições de políticas públicas findam em uma visão holística do tema, numa perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes.

Nesse sentido, é possível estabelecer uma conexão praxiológica, haja visto, que Souza (2006, p. 26) afirma que “[...] indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores”. E ainda:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Dessa forma, as políticas públicas, depois de formuladas, resultam em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, de acordo com Souza (2006), são implementadas, ficando submetidas a sistemas de acompanhamento e *avaliação*. Nesse sentido, a autora defende que a análise da política pública precisa assumir um caráter “vertical”, de baixo para cima, buscando compreender como as ações chegam à ponta, ou seja, ao beneficiado pela política, como, por exemplo, o policial, o aluno, o idoso, ou, no caso específico do esporte, às pessoas que praticam atividades esportivas.

Souza (2006) descreve que a política pública busca integrar quatro elementos: a própria política pública, a política (*politics*), a sociedade política (*polity*) e as instituições onde as políticas públicas são decididas, desenhadas e implementadas. Assim, o foco das análises desse campo do conhecimento é identificar o tipo de demanda que a política pública pretende solucionar após a chegada ao sistema político, à sociedade política e às instituições, e que vão modelar a decisão e a implementação da política.

Porém, a autora pondera que as análises sobre políticas públicas têm como objetivo responder qual “[...] espaço cabe aos governos na sua definição e implementação” (SOUZA, 2003, p. 14) e descarta as interpretações dadas pelo pluralismo, em que as políticas públicas refletem apenas alguns grupos de interesses; com certo elitismo, optando por políticas dos que estão no poder; denotando nuances de estruturalismo ou funcionalismo em que beneficiam determinadas classes sociais.

Citando Evans, Rueschmeyer e Skocpol (1985), Souza (2003) defende a perspectiva teórica da “autonomia relativa do Estado”, a qual garante espaço próprio de atuação, apesar da permeabilidade das influências internas ou externas. “Essa autonomia relativa gera capacidades específicas, as quais, por sua vez, criam as condições para a implementação de objetivos de políticas públicas” (SOUZA, 2003, p. 14).

Frey (2000) propõe uma análise para além do conhecimento sobre planos, programas e projetos desenvolvidos e implementados pelas políticas setoriais. Citando Windhoff-Héritier (1987), o autor propõe uma análise política (*policy analysis*) que observe a inter-relação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos de política, de acordo com os questionamentos tradicionais da ciência política, o que evidencia um método de investigação alinhado às teorias de campo e de *habitus*, formuladas por Bourdieu. Ainda de acordo com Frey (2000, p. 213):

Na ciência política, costuma-se distinguir três abordagens de acordo com os problemas de investigação levantados. Em primeiro lugar, podemos salientar o questionamento clássico da ciência política que se refere ao sistema político como tal e pergunta pela ordem política certa ou verdadeira: o que é um bom governo e qual é o melhor Estado para garantir e proteger a felicidade dos cidadãos ou da sociedade foram as preocupações primordiais dos teóricos clássicos Platão e Aristóteles. Em segundo lugar, temos o questionamento político, propriamente dito, que se refere à análise das forças políticas cruciais no processo decisório. E, finalmente, as investigações podem ser voltadas aos resultados que um dado sistema político vem produzindo. Nesse caso, o interesse primordial consiste na avaliação das contribuições que certas estratégias escolhidas podem trazer para a solução de problemas específicos.

O debate sobre políticas públicas também tem sido influenciado pelas premissas advindas de outros campos teóricos, em especial do chamado neo-institucionalismo, que enfatiza a importância crucial das instituições/regras para a decisão, formulação e implementação de políticas públicas (FREY, 2000).

No Brasil, em alguns estudos sobre políticas públicas realizados recentemente, deu-se ênfase ou à análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas.

Os estudos tradicionais sobre políticas públicas baseados em métodos quantitativos frequentemente são forçados a se limitar a um número reduzido de variáveis explicativas, devido às dificuldades técnicas e organizativas. No entanto, se quisermos saber mais detalhes sobre a gênese e o percurso de certos programas políticos os fatores favoráveis e os entraves bloqueadores, então a pesquisa comparativa não pode deixar de se concentrar de forma mais intensa na investigação da vida interna dos processos político-administrativos. Com esse direcionamento processual, tornam-se mais importantes os arranjos institucionais, as atitudes e objetivos dos atores políticos, os instrumentos de ação e as estratégias políticas (FREY, 2000, p. 214).

Diante das considerações mais amplas de Frey (2000) e Souza (2006), é preciso estabelecer um panorama das políticas públicas no campo do esporte no Brasil, a partir da relação com o Estado e estabelecer um paralelo com as políticas públicas desenvolvidas na região Amazônica, conectando com a realidade paraense.

Especificamente sobre as políticas públicas de esporte (e lazer) no Brasil, pesquisadores passaram a desenvolver estudos sobre o tema, especialmente após a criação do Ministério do Esporte¹³ e a realização de megaeventos esportivos no país, nos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff. O Brasil sediou, em 2007, os Jogos Pan-Americanos, no Rio de Janeiro; em 2013, a Copa das Confederações; em 2014, a Copa do Mundo FIFA de Futebol Masculino; e os Jogos Olímpicos de Verão, em 2016, também no Rio de Janeiro.

Bueno (2008) faz uma análise da evolução da política pública do esporte no Brasil. O autor busca resgata os principais conceitos históricos e sociológicos relacionados ao campo do esporte e reforça a interação deste com os aspectos sociais, econômicos e políticos. Isto implica em revisitar a relação do Estado Novo, instaurado pelo presidente Getúlio Vargas, no período de 1937 a 1946, época marcada pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo. Nesse contexto, houve intervenção do Estado no esporte com o intuito de institucionalizá-lo com o Decreto Lei nº 3.199/1941¹⁴. O decreto significou, contudo, intensa atuação do Estado em favor do esporte de rendimento. Segundo Bueno (2008), o caráter autoritário e corporativista do decreto findou em ações populistas e contribuíram para o desenvolvimento de bases clientelistas na estrutura formal do esporte.

Bueno (2008) segue na análise histórica do esporte durante a Ditadura Militar, período instaurado no Brasil após um golpe dos militares ao governo de João Goulart. Nesse regime, imperaram o autoritarismo e a repressão do Estado. No esporte, significou transformar o Brasil em uma potência olímpica tal qual era o

¹³ No dia 31 de dezembro de 1998, foi criado o Ministério do Esporte e Turismo, pela Medida Provisória nº 1.794-8, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu segundo mandato. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, separou as duas pastas, ficando o esporte com um ministério próprio. Em janeiro de 2019, com o início do governo de Jair Bolsonaro, o Ministério do Esporte perdeu o *status* de Ministério e foi transformado em Secretaria Especial do Esporte, dentro da estrutura do novo Ministério da Cidadania (BRASIL, 2020).

¹⁴ O Decreto-Lei nº 3.199/1941 estabeleceu as bases de organização dos desportos em todo o país, incluindo a criação do Conselho Nacional de Desportos e dos Conselhos Regionais de Desportos (BRASIL, 1941).

futebol após a conquista da Copa do Mundo de 1970 pela Seleção Brasileira Masculina. Isto significou implantar a lógica do esporte de alto rendimento no setor educacional, modelo que ficou conhecido como piramidal.

Ainda que o período de redemocratização do país trouxesse debates importantes promovidos pelo movimento esporte que resultaram no esporte como um direito social e na prioridade ao esporte na ação do Estado, reestruturação do subsistema esportivo com a Lei Zico e esforço do legislativo em aprimorar o ordenamento jurídico, Bueno (2008) constatou uma distribuição desproporcional de recursos públicos entre as três manifestações esportivas.

Isso ficou ainda mais evidente, segundo Bueno (2008), com a realização dos megaeventos, o foco das ações dos governos de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff se voltou para uma agenda neoliberal e os investimentos se concentraram, majoritariamente, em infraestrutura para atender o esporte de alto rendimento, tendo como justificativa o interesse em posicionar o Brasil na política externa.

O envolvimento do Estado para o desenvolvimento do esporte se configura em rico objeto de análise de políticas públicas, podendo ser abordado sob variadas perspectivas: uso ideológico de apoio ao sistema político, propaganda governamental, avaliação da atuação institucional de órgãos dedicados, regulamentação do mercado esportivo, *accountability* sobre recursos públicos aplicados nos três níveis governamentais e para os destinados a confederações, federações e ligas esportivas, e também pela ótica da transparência dos modelos e das práticas de gestão destas entidades (BUENO, 2008, p. 3).

Estudos mais recentes ainda jogam luz sobre a política desenvolvida pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e, após o golpe de 2016, do MDB de Michel Temer. Segundo Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2019), ainda que os governos gastassem mais em infraestrutura e megaeventos, as prioridades dos três governos foram diferentes. No governo Lula, a grande maioria foi voltada para investimentos em infra e execução de programas de esporte, lazer e inclusão social. Já no Governo Dilma, a prioridade foi com a realização dos megaeventos esportivos e no governo Temer as categorias que mais tiveram gasto foram Gestão e Infraestrutura.

Se em um primeiro momento de existência do ME (Ministério do Esporte) vieram em primeiro plano a garantia do acesso ao esporte por meio de políticas como o PST (Programa Segundo Tempo) e o PELC (Programa

Esporte e Lazer na Cidade), estes foram secundarizados em relação a outros compromissos assumidos pela pasta com a realização dos Megaeventos esportivos e o maior financiamento ao EAR (Esporte de Alto Rendimento). Os gastos com Infraestrutura e os Megaeventos esportivos estiveram vinculados a perspectiva (neo)desenvolvimentista presentes nos Governos Lula e Dilma, assim, o esporte esteve a serviços dos interesses econômicos e políticos dos referidos Governos.(CARNEIRO; ATHAYDE; MASCARENHAS, 2019, p.17)

Carneiro *et al.* (2021) afirma que o financiamento público federal do esporte no Brasil está diretamente vinculado ao fundo público, sustentado pela tributação dos salários dos trabalhadores, ou seja, devido ao sistema tributário regressivo – agravada para os mais pobres e aliviada para os mais ricos. Assim, foi possível identificar as fontes de financiamento do esporte no país, de 2004 a 2015, a partir dos PPAs dos governos. De acordo com os autores, “A maior parte dos recursos dos recursos públicos para o esporte no Brasil é proveniente do orçamento federal (55,26%), o que demonstra que essa fonte é expressão mais relevante e visível da matriz de financiamento público do esporte” (CARNEIRO *et al.*, 2021, p. 26).

Isto significa que, por ser proveniente dos recursos ordinários – impostos em geral, provenientes do Imposto de Renda, Imposto sobre Produtos Industrializados e de recursos desvinculados das Contribuições Sociais, acaba assumindo caráter regressivo, já que taxa muito mais a renda e o consumo dos mais pobres. E mais:

85,19% (R\$ 14,04 bilhões) dos recursos orçamentários do esporte foram provenientes de recursos ordinários, tendo por base o período de 2004 a 2015. O ano que houve menor volume de recursos ordinários para o setor (R\$ 401,39 milhões) foi 2004, enquanto em 2007, o volume foi de R\$ 2,19 bilhões, valor 5,46 vezes maior. Desta forma, fica clara a falta de regularidade de recursos ordinários do orçamento para o esporte (CARNEIRO *et al.*, 2021, p. 29).

A análise do autor vai ao encontro do que constataram vários pesquisadores brasileiros anteriormente, como Almeida e Marchi Júnior (2010), Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015), Castelan (2011), Castro, Poffo e Souza (2016) que demonstraram que houve concentração de investimentos no esporte de alto rendimento e na realização de mega eventos.

Os autores concluem, então, que a verba, embora tenha reforçado o orçamento do Ministério do Esporte, as políticas públicas dos governos petistas criaram concursos prognósticos e loterias, como a Timemania e a Lotex, e a maior parte deles garantiu mais recursos para entidades de administração esportiva e

clubes de futebol. Ademais, “[...] o patrocínio de estatais sem incentivos fiscais também teve papel importante na fonte extra orçamentária, reforçado pelo Plano Brasil Medalhas Rio 2016” (CARNEIRO *et al.*, 2021, p. 45).

Autores como Matias (2021) e Frizzo (2019) vem tecendo análises sobre os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Este, inclusive, extinguiu o Ministério do Esporte quando assumiu a presidência em 2018. Com o discurso de reduzir pastas ministeriais, o esporte (a pasta que tinha um dos menos orçamentos da Esplanada), foi direcionado para secretaria especial do Ministério da Cidadania, que abarcou o também extinto Desenvolvimento Social.

Para Frizzo (2019), as mudanças representam a “[...] secundarização da importância do Esporte como um direito social constitucionalmente garantido e, por outro, o enxugamento do Estado para benefício da iniciativa privada como promotora do Esporte” (FRIZZO, 2019, p. 3).

Como consequência, quanto ao orçamento, percebeu-se uma queda do montante nesses dois anos em relação aos governos anteriores e a priorização do esporte de alto rendimento. Ou seja:

De todo modo, os baixos níveis de investimento atuais, após o país ter por quase quinze anos uma estrutura ministerial, bem como normativos e programas esportivos, significa a redução da presença estatal na garantia do direito ao esporte. Trata-se da exclusão dos brasileiros, principalmente dos mais pobres, de ter sua necessidade de vivência esportiva. Destaca-se que isso não ocorre apenas com o acesso ao esporte, pois os cortes orçamentários e os ataques aos direitos garantidos são medidas recorrentes daqueles que estão conduzindo a sociedade política. Mesmo após alguns anos de políticas integradoras, o atendimento as demandas do capital, que nunca foram deixadas de lado, voltam com força total (MATIAS, 2021, p. 15).

Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2019) ainda afirmam que são necessários novos estudos para analisar como a extinção do Ministério do Esporte impactará no financiamento e gasto.

Pois, o esporte mesmo com um Ministério específico teve recursos diminutos no contexto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS). Agora, como Secretaria Especial, é provável que tenha menor influência sobre o orçamento da União (CARNEIRO; ATHAYDE; MASCARENHAS, 2019, p. 17-18).

A Secretaria Especial do Esporte (BRASIL, s. d.; BRASIL, s. d.) afirma ainda mantém programas com o objetivo de garantir o desenvolvimento de políticas e

incentivos para o esporte de alto rendimento, como o Bolsa Atleta, o programa Segundo Tempo, o Forças no Esporte, a gestão do legado olímpico e o controle de dopagem.

Cabe à Secretaria Especial do Esporte, ainda, aprovar os projetos esportivos enquadrados na Lei nº 11.438/2006, ou Lei Incentivo ao Esporte (LIE), sancionada em dezembro de 2006 e regulamentada pelo Decreto nº 6.180/2007 de agosto de 2007, assinados pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desde quando a lei entrou em vigor, mais de R\$ 2 bilhões foram destinados a projetos esportivos através de renúncia fiscal. De acordo com o art. 1º:

A partir do ano-calendário de 2007 e até o ano-calendário de 2022, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na declaração de ajuste anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (BRASIL, 2006, s. p.).

Em escala estadual, Moreira (2020) afirma que a legislação esportiva no Pará é composta por dispositivos legais tímidos e quase inoperantes. Apenas nos anos 1990 foi possível observar a criação de leis que assegurassem recursos públicos para as políticas públicas de esporte, especialmente com a Constituição do Estado do Pará (PARÁ, 1989).

A CEP trata das questões esportivas em três artigos: art. 18, art. 288 e art. 296. O primeiro determina que o Estado, concorrentemente com a União, deve legislar também sobre o desporto. O segundo trata o desporto como direito individual, do incentivo ao esporte educacional, ao lazer e ao esporte comunitário; e a distribuição de recursos de acordo com o número de praticantes às entidades esportivas. Já o terceiro e último garante, por parte do Estado, a proteção dos jovens mediante a políticas públicas, incluindo a do esporte e lazer.

Apesar da clara evidência de garantir o esporte como um direito de individual, a CEP trata da prioridade nas ações do Estado nas manifestações esportivas educacional e participação. Entretanto não expressa sobre o financiamento do setor.

Seguindo a revisão das leis estaduais, a nº 6.093/1997, assinada pelo governador Almir Gabriel (PSDB), criou a Organização Desportiva do Estado do Pará, regulamenta pelo Decreto nº 3.084/1998, em que se estabeleceu a

Organização Desportiva do Estado do Pará. Porém, deve seus dispositivos alterados dois anos depois, com a sanção da Lei nº 6.214/1999 (PARÁ, 1999a).

A lei que instituiu a Organização Desportiva do Estado do Pará estabeleceu a Política e o Plano Estadual de Desporto, definiu a SEEL, responsável pelo desenvolvimento do esporte e lazer no Pará. A SEEL, criada em 1999, pela Lei nº 6.215, tem por finalidade institucional a formulação e a gestão das políticas públicas e do Plano Estadual de Esporte e Lazer, promover e estimular a prática de modo a possibilitar a melhoria da qualidade de vida da população, observando:

- I – Fomentar o hábito da prática esportiva, através da massificação do esporte;
- II – Elaborar ações esportivas que favoreçam a integração social do cidadão por meio do esporte;
- III – Assegurar o atendimento aos portadores de necessidades especiais, através de programas e projetos concernentes as suas atividades;
- IV – Desenvolver o associativismo esportivo e a parceria com as entidades públicas e não-governamentais;
- V – Implementar as políticas públicas que estimulem a prática do esporte e do lazer;
- VI – Fornecer apoio ao atleta em formação, no âmbito do esporte educacional, de participação e de rendimento, de modo a possibilitar o seu ingresso no esporte federativo;
- VII – Elaborar projetos de pesquisa, documentação e informação do esporte e lazer (PARÁ, 1999b, s. p.).

Também em 1999, o Governador Almir Gabriel sancionou a Lei nº 6.093/1999, que estabeleceu a organização desportiva do Pará, criando o Conselho Estadual de Esporte e Lazer (CEEL) e o Fundo Estadual de Esporte e Lazer (FEEL), gerido pela SEEL. De acordo com a lei, os recursos do fundo seriam advindos da seguinte forma:

- I - As receitas advindas da utilização do patrimônio administrado pela Secretaria Executiva de Esporte e Lazer;
- II - Os recursos previstos no § 3º do art. 6º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998;
- III - Doações, patrocínios, contribuições e legados;
- IV - Transferências provenientes de entidades públicas;
- V - Dotações definidas na Lei Orçamentária;
- VI - Recursos advindos de convênios;
- VII - Aplicações financeiras de seus recursos;
- VIII - Todo e qualquer repasse financeiro destinado ao esporte e lazer (PARÁ, 1999, s. p.).

O Conselho Estadual nunca saiu do papel. De acordo com a legislação, a constituição dele é fundamental para a composição do Sistema Estadual do

Desporto no Pará junto com a SEEL e a Secretaria Executiva de Educação (SEDUC). O Sistema traria grande contribuição para o desenvolvimento do esporte, garantindo e fomentando práticas desportivas formais e não formais regulares e melhorando o padrão de qualidade porque balizariam as ações do Poder Público, a ver:

- I - promoção e incentivo à iniciação esportiva;
- II - estímulo à prática do desporto de participação;
- III - fomento ao desporto de rendimentos;
- IV - incentivo ao lazer como forma de promoção social;
- V - apoio à capacitação de recursos humanos;
- VI - apoio a projetos de pesquisa, documentação e informação;
- VII - proteção e incentivo às atividades esportivas com identidade cultural;
- VIII - apoio ao desporto educacional (PARÁ, 1997, s. p.)

Além disso, o Estado do Pará, por meio da Lei nº 7.119/2008, sancionada pela Governadora Ana Júlia Carepa (PT), criou o Programa Bolsa Talento, destinada aos atletas, para-atletas, técnicos e guias (T11) com o objetivo de que possam atingir índices competitivos para disputas locais, nacionais e internacionais. Em 2021, a SEEL divulgou que 76 desportistas foram contemplados ao Programa Bolsa Talento. Podem receber a bolsa os atletas, cumulativa, que atenderem aos seguintes requisitos:

- I - não ser menor de doze anos de idade, exceto nas modalidades de Ginástica Artística e Ginástica Rítmica Desportiva;
- II - se em idade escolar, estiver regularmente matriculado e cursando escola Pública ou Privada;
- III - estar vinculado a uma entidade esportiva; IV - estar registrado na Entidade Paraense de Administração da sua modalidade esportiva seja Federação ou Associação, como também na Confederação Nacional da mesma;
- V - não estar penalizado pela Justiça Desportiva ou pela Justiça Comum;
- VI - para a categoria nacional, a Bolsa Financeira beneficiará atletas e para-atletas das modalidades previstas no Anexo II desta Lei;
- VII - não receber patrocínio de pessoas jurídicas, públicas ou privadas, entendendo-se por patrocínio todo e qualquer valor pecuniário regular diverso do salário;
- VIII - não receber salário de entidade de prática desportiva;
- IX - não ser beneficiário do Programa Bolsa Atleta do Governo Federal, ou de Programas Estaduais e Municipais análogos ou semelhantes (PARÁ, 2008, s. p.).

Em Belém, ainda que por um curto período, pode-se comemorar o avanço das políticas estaduais na capital paraense. Em 2000, o prefeito Edmilson Rodrigues, na época eleito pelo PT, sancionou a Lei nº 8022/00 de 10 de julho de

2000 que sobre a criação, composição, competência e funcionamento do conselho municipal de esporte e lazer de Belém. As competências são:

- I - desenvolver estudos, projetos, debates, pesquisa relativas à situação do esporte e lazer no Município;
- II - contribuir com os demais órgãos da administração municipal no planejamento das ações concernentes a projetos de esporte e lazer;
- III - acatar propostas e sugestões manifestadas pela sociedade e opinar sobre denúncias que digam respeito a programas, competições e eventos culturais da cidade;
- IV - incentivar intercâmbio e convênios com instituições públicas e privadas, nacionais, e estrangeiras, com a finalidade de implementar as medidas e ações que são objeto do Conselho;
- V - pronunciar-se sobre construção e manutenção dos equipamentos GIMMORCREO-desportivos do Município de Belém;
- VI - propor aos poderes públicos a instituição de concursos para financiamentos de projetos e a concessão de prêmios como estímulo às atividades;
- VII - propor e fiscalizar aplicação de verbas federais, estaduais e municipais, ações e políticas públicas de desenvolvimento do esporte e do lazer, a partir de iniciativas governamentais no âmbito do Município e/ou em parcerias com agentes privados, sempre na preservação do interesse público (BELÉM, 2000, s. p.).

Segundo Moreira (2005), os conselheiros até foram eleitos, mas o conselho não se efetivou. A convocação, porém, só aconteceu em 2005, na gestão do prefeito Duciomar Costa, do Partido do Trabalhista Brasileiro (PTB), depois de uma revitalização do conselho. Em algum lugar no tempo, as reuniões mensais deixaram de acontecer. Porém, a Secretaria Executiva de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL) estuda lançar um novo edital de convocação em 2022.

O município tem a lei de incentivo, Lei nº 7850/1997, conhecida como “Tó Teixeira e Guilherme Paraense”, sancionada também pelo prefeito Edmilson Rodrigues, que dispõe sobre incentivo fiscal para realização de projetos culturais ou esportivos, amadores (BELÉM, 1999). Em 2021, entretanto, a SEJEL informou que o edital de chamamento público foi suspenso¹⁵, atendendo à medida cautelar do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA).

Enquanto as políticas públicas do esporte caminham de forma canhestra nas esferas federal, estadual e municipal, há uma singularidade no futebol paraense. O que se tem visto, desde 2009, é o protagonismo do financiamento do futebol masculino profissional pelo BANPARÁ, uma empresa pública de economia mista, e

¹⁵ Ver em: sejel.belem.pa.gov.br/notas/suspenso-edital-de-chamamento-publico-para-selecao-de-projetos-esportivos-amadores/ (acessado em 15 de julho de 2021).

a TV Cultura/FUNTELPA como financiadoras da principal competição de alto rendimento do Pará: o Campeonato Paraense de futebol.

Nesse sentido, esta pesquisa buscou acessar os documentos necessários para fazer um levantamento histórico de como vem se dando liberação dos recursos públicos e, especialmente em 2021, a divisão da verba entre Federação Paraense de Futebol e clubes, e discutir o papel da TV Pública no contexto de histórico da televisão no Brasil.

5 MÍDIA, FUTEBOL E TV PÚBLICA

Nesta aproximação entre TV pública e futebol paraense, faz-se necessário universalizar o debate para conceitos mais amplos que vão dar lastro teórico para as discussões desta pesquisa. Assim, este capítulo traz conceitos importantes dentro do campo midiático e faz relações com o esporte, especialmente o futebol, e faz uma revisão do processo histórico da TV no Brasil buscando delinear o papel da TV Pública dentro do sistema brasileiro de televisão.

5.1 A midiatização

Castells (1999) faz uma análise sobre a nova mídia a partir da diversificação das audiências de massa. Para o autor, esta mídia traz uma audiência segmentada ao ponto de a massa não manter simultaneidade e uniformidade da mensagem recebida. Dessa forma:

A nova mídia não é mais mídia de massa no sentido tradicional do envio de um número limitado de mensagens a uma audiência homogênea de massa. Devido à multiplicação de mensagens e fontes, a própria audiência torna-se mais seletiva. A audiência visada tende a escolher suas mensagens, assim aprofundando sua segmentação, intensificando o relacionamento individual entre o emissor e o receptor (CASTELLS, 1999, p. 424).

As recentes ferramentas ofertadas pelas redes sociais, como *Snapchat*, *Reels* e *Tik Tok* nos bombardeiam com ofegantes 15 segundos de informação e entretenimento. Na forma, as novas mídias se transformam, porém, no conteúdo, esvaziam-se. A audiência, em uma análise miltoniana pode ser interpretada da seguinte forma:

O triunfo da técnica, a onipresença da competitividade, o deslumbramento da instantaneidade na transmissão e recepção da palavra, sons e imagens e a própria esperança de atingir outros mundos contribuem, juntos, para que a ideia de velocidade esteja presente em todos os espíritos e sua utilização constitua uma espécie de tentação permanente. Ser atual, dentro dos parâmetros reinantes, conduz considerar a velocidade como uma necessidade e a pressa como virtude. Quanto aos demais não incluídos, é como se apenas fossem arrastados a participar incompletamente pela produção da história (SANTOS, 2001, s. p.).

Sodré (2006) afirma que a sociedade contemporânea, ou pós-industrial, é regida pela mídiatização, ou a virtualização das relações humanas, um tipo particular de interações, que poderia ser chamada de tecno mediações, ou “[...] um dispositivo cultural historicamente emergente no momento em que o processo de comunicação é técnica e mercadologicamente redefinido pela informação, isto é, por um produto a serviço da lei estrutural do valor, também conhecida como capital” (SODRÉ, 2006, p. 20-21) Ainda de acordo com o autor, a mídiatização é uma qualificação da vida particular que implica na presença do indivíduo no mundo. Ou seja:

Pensando-se na classificação aristotélica, um *bios* específico. Em sua *Ética a Nicômaco*, Aristóteles concebe três formas de existência humana (*bios*) na Pólis: *bios theoretikos* (vida contemplativa), *bios politikos* (vida política) e *bios apolaustikus* (vida prazerosa). A mídiatização pode ser pensada com um novo bios, uma espécie de quarta esfera existencial, com uma qualificação cultural própria (uma “tecnocultura”), historicamente justificada pela redefinição do espaço público burguês (SODRÉ, 2006, p. 22).

5.2 Escalando o futebol

Conectando a discussão sobre mídia com o esporte, Betti (2001) afirma que não existe esporte *na* mídia, mas o esporte *da* mídia. Para o autor, o esporte estaria *na* mídia se esta fosse capaz de abordar o que chama de “esporte na inteireza”, o que seria impossível pela própria natureza e limitação da mídia que cumpre funções específicas.

Nesse caminho, a televisão se torna protagonista para a compreensão do porquê o esporte atingiu o patamar de relevância política, econômica e cultural a partir do conceito de esporte espetáculo (BETTI, 1999). Além disto, caracteriza o esporte *da* mídia como:

- a) ênfase na falação esportiva, com o objetivo de informar, atualizar, contar histórias; criar expectativas; prever; prometer; polemizar; rivalizar, idolatrar e dramatizar;
- b) monocultura esportiva, com ênfase na falação e transmissão de partidas de futebol, especialmente na TV aberta;
- c) sobrevalorização da forma sobre o conteúdo, com ênfase no audiovisual, colocando a palavra a serviço, principalmente, da imagem;
- d) superficialidade, como característica da própria mídia, ou seja, cultura do efêmero, do breve, do descontínuo;

e) Prevalência dos interesses econômicos, priorizando a audiência, que provém do fundamentalismo do mercado ao privilegiar a novidade – fácil e de baixo custo (BETTI, 2001).

No Brasil, o senso comum costuma resumir o esporte ao futebol. A modalidade é a única a ter partidas transmitidas na maioria das emissoras comerciais e, no Pará, na TV Pública. Diante da magnitude do futebol no país, é *mister*, então, relacionar o campo midiático com o campo do futebol.

Helal (2011) faz uma apresentação de como surgiu e se desenvolveram os estudos acadêmicos sobre o futebol no Brasil, a partir de questões identitárias e as relações estabelecidas com o campo da comunicação. Para o autor, o futebol levou certo tempo para chamar a atenção da academia no “país do futebol”, a ver:

A trajetória do campo se inicia paradoxalmente com a crítica à escassez de estudos sobre fenômeno tão abrangente no país, e se consolida com a proliferação de trabalhos e vários grupos e núcleos de estudos. Passando pela perspectiva que denominamos de “apocalíptica”, pelo entendimento do esporte como “drama” da vida social, pela discussão em torno do livro de Mário Filho, até os recentes estudos sobre o esmaecimento da equação “futebol-nação”, o caminho para a formação do campo produziu trabalhos emblemáticos, fundamentais para o entendimento de vários fenômenos oriundos do universo esportivo (HELAL, 2011, p. 32).

Nesse sentido, a máxima de que o Brasil é “país do futebol” não é realidade ocasional e, sim, uma construção realizada por agentes, ou seja, pela política, a exemplo do Governo Médici na derrubada de João Saldanha¹⁶ após a combativa frase “[...] ele (Médici) escala o ministério, eu convoco a seleção [...]”; pela imprensa ao ser retratado por cronistas esportivos, como Nelson Rodrigues, Mario Filho, e no Pará, Edgar Proença; como na Academia, a exemplo de Vogel *apud* Helal (2011), ao afirmar que a tragédia do Maracanã foi tão importante para a construção da nossa identidade quanto a glória no México. “Dissemos que somos o ‘país do futebol’ como forma de nos sentirmos distintos, únicos, singulares. O futebol – com suas conquistas e o suposto ‘estilo dionisíaco’ – seria um representante exemplar do Brasil para o mundo” (HELAL, 2011, p. 29).

¹⁶ No fim de 1969, o assassinato de Carlos Marighela, um amigo de longa data, despertou de vez a ira do treinador da seleção. Ele montou um dossiê, em que citava mais de 3.000 presos políticos e centenas de mortos e torturados pela ditadura brasileira, e o distribuiu a autoridades internacionais em sua passagem pelo México na ocasião do sorteio dos grupos da Copa, em janeiro de 1970. Desde então, o governo de Médici iniciaria um esforço velado nos bastidores para derrubar João Saldanha do cargo.

Diante dessa representatividade do Brasil para o mundo, o futebol ganha destaque na cobertura da imprensa. Dessa forma, faz-se importante entender a trajetória do jornalismo esportivo e a participação deste na mídia. O jornalismo esportivo estaria prestando um serviço que Dejavite (2007) denomina de Infotainment.

É o jornalismo que, ao mesmo tempo traz uma prestação de serviço, e propicia informação e entretenimento. O conteúdo sério é a reportagem que traz novas informações, aprofunda e critica, com a finalidade de reflexão. O entretenimento, o não sério, seria somente divertir, com humor, atraindo o receptor por tratar de assuntos mais leves, *lights*. Mas isso tem um risco: não trazer nada de novo, apenas algo velho, com outra roupagem.

5.3 O jornalismo esportivo em campo

Já o jornalismo esportivo, talvez na concepção que se tem hoje, foi “inventado” pelo carioca Mario Rodrigues Filho, ainda com 23 anos, quando fundou, em 1931, um dos primeiros (de breve duração) jornais esportivos, “o Mundo dos Esportes”. Cinco anos depois, junto com ajuda financeira, incluindo a de Roberto Marinho, tornou-se o dono do *Jornal dos Sports*. Biógrafos de Mario Rodrigues Filho o evidenciam como uma das principais referências para o rompimento com o antigo modelo jornalístico que tratava dos esportes, caracterizado pela escrita rebuscada, conteúdo frívolo e análise sob uma ótica elitista (CASTRO, 1992 *apud* CAPRARO, 2011).

Ainda que tenha sido um dos primeiros cronistas dedicados exclusivamente ao futebol, tornando-se tão popular quanto os jogadores da época, além da popularização do futebol demandando mudanças na forma como o esporte era noticiado. O mais engajado em enaltecer as virtudes profissionais de Mário Filho foi o próprio irmão, Nelson Rodrigues, já consagrado teatrólogo e escritor:

Amigos, cada geração devia ter um Mário Filho, ou seja, um homem de larga evocação homérica. E, então, eis o que aconteceria maravilhosamente: - a história de uma geração passaria a outra geração, assim como a chama do círio passa a outro círio. Mas Mário Filho morreu e não ouvimos mais os grandes cantos do futebol (CAPRARO, 1994, p. 219).

Antes mesmo de Mário Filho se consolidar como “o pai do jornalismo esportivo moderno”, outros profissionais já se dedicavam à cobertura de eventos esportivos. Ribeiro (2007) considera “O Atleta”, publicado pela primeira vez em 1891, como marco do jornalismo esportivo em São Paulo e no Brasil. Outros periódicos paulistas também foram surgindo (como “O Sport”, “O Sportsman”, “A Pátria Esportiva”) décadas depois. Entretanto, os esportes que ganhavam destaque nas revistas e jornais eram o ciclismo, o remo e o turfe.

A imprensa da época não priorizava o futebol. Em São Paulo (SP), por exemplo, se vivia intenso processo de urbanização e crescimento econômico, atraindo imigrantes para trabalhar na indústria e em obras de infraestrutura. O futebol ainda era praticado como lazer, inclusive pelos estrangeiros.

Emplacar pautas relacionadas ao futebol naquele cenário de São Paulo era muito difícil. Mas fechar os olhos para o crescimento do futebol nas várzeas parecia um grave erro de avaliação dos responsáveis pelos principais jornais da época. Porém, como a elite também imperava nas redações, a criação da primeira Liga do Futebol Paulista, no final de 1901, com apenas cinco clubes da elite, virou notícia (RIBEIRO, 2007, p. 23).

No Rio de Janeiro, de acordo com Oliveira (2013), o cenário era semelhante ao da capital paulista. Até o início do século 21, só existiam duas equipes (Paysandu Cricket Clube e Rio Cricket and Athletic Association) que conquistaram a cobertura da imprensa local. Ainda pouco interessava aos principais jornais da época divulgar notícias sobre futebol na então capital carioca. O que chamava a atenção dos jornalistas era o fato de uma partida terminar sem vencedores, como registrado em uma pequena nota do Correio da Manhã no primeiro jogo de *foot-ball* “mostrava a decepção do repórter com o resultado da partida, que terminou empatada em 1 a 1”. Acostumados à cobertura de competições como remo e turfe, que sempre tinham um vencedor, o jeito foi escrever que o placar esteve indeciso (RIBEIRO, 2007).

Segundo Gaudêncio (2007), no Pará, vários esportes vão dinamizar o lazer já no final do século 20¹⁷. Em plena Amazônia vários modismos vão sendo importados da Europa. As práticas de como remo, boxe, natação, atletismo que faziam parte da

¹⁷ Em 10 de dezembro de 1885, por exemplo, José Veríssimo publicou no Diário de Belém que havia encomendado da Inglaterra “excelentes jogos como o cricket (de collegio), o *foot ball* [...]” utilizados pelos alunos nas aulas de educação física do Colégio Americano, em Belém. O registro aconteceu cerca de 10 anos antes de Charles Miller, considerado o precursor do futebol brasileiro, desembarcar em São Paulo com regras e equipamentos.

rotina dos mais jovens evidenciavam o futebol como uma outra modalidade qualquer na cidade onde a elite buscava viver como se vivia no Velho Continente.

A entrada do futebol em Belém do Pará ocorre por volta de mil ocorre por volta de mil oitocentos e noventa e seis onde algumas partidas desse esporte estavam sendo praticadas na área da Praça Batista Campos e depois em outros locais como o Largo de São Brás onde as crianças e os jovens se reuniu todos os domingos e feriados para assistir treinos, partidas de futebol feitas em campos improvisados entre clubes da terra (GAUDÊNCIO, 2007, p. 38).

Ainda de acordo com o autor, festivais esportivos eram promovidos nos grandes clubes sociais de Belém e em espaços públicos, como o Largo de São Brás e a área onde hoje é a Praça Batista Campos. Estes eventos contribuíram para a popularização de práticas esportivas que eram restritas ao sportman.

Ser um sportman significava em alguns momentos participar de grupos sociais com o poder econômico e social bem maior diminuindo a participação dos setores populares. Entretanto, com o aumento dos noticiários esportivos nos periódicos e acompanhamento da população nos dias de práticas esportivas que incluíam futebol, os festivais tenderam a ganhar características populares inclusive com festas que aconteciam nas periferias da cidade, descentralizando esse fato histórico do âmbito dos esportes e ampliando para toda a cidade, possibilitando a criação de novas áreas para a prática dos chamados desportos terrestres. Por isso surgiu o campo da Curuzu que, na época, era o estádio “Ferreira e Comadita” (GAUDÊNCIO, 2007, p. 40).

Com a popularização do esporte, e é importante que se diga, com grande contribuição da mídia, nasceu a rivalidade entre Remo e Paysandu. É consequência que como o futebol era tratado: símbolo da modernidade e distinção social no período da Belle Époque da Amazônia¹⁸. Para Gaudêncio (2007, p. 38):

A prática futebolística modificava as atitudes dos sujeitos sociais que buscavam padronizar seu cotidiano pelo modo francês de viver. Por isso o discurso do cronista enfatizado a beleza Soccer ter sido criado pelos ingleses legitima um processo de metamorfose, de embates sociais que ocorreram em cidades amazônicas como Belém e Manaus. assim como em Buenos Aires, Paris, Rio de Janeiro, deixando bastante claro que a prática

¹⁸ Os valores, os códigos e os rituais da cultura da belle époque, na condição de teatro da civilização, espalharam-se, em maior ou menor escala, pelas sociedades contemporâneas. Paris, Lisboa, Buenos Aires, São Petersburgo, Viena, Belém e Manaus, cidades de topografias sociais e físicas distintas, integravam-se ao circuito mundial da cultura burguesa, na medida em que abrigavam elos da cadeia mundial do mercado. A cultura burguesa da belle époque transitava pelos mesmos canais da circulação das mercadorias, dos capitais e dos bens de produção, o que implicava bem definir o sentido da mundialização da economia capitalista e do capital simbólico da cultura burguesa (COELHO, 2007).

futebolística estava a toda atrelada a um disco de educação física, higiene e civilização e sua reconstrução sociocultural.

A atual cobertura do jornalismo esportivo, segundo Bueno (2005), está focada no esporte de competição. Segundo Barbeiro e Rangel (2006), trabalhar com jornalismo esportivo tem suas especificidades e é frequentemente confundido com o puro entretenimento. Além disso, a partir de um olhar atento, revela-se uma preocupação quase exclusiva com o futebol, resultando em um desproporcional espaço (e tempo) na mídia a despeito do número de praticantes das diversas atividades esportivas.

A mídia só contempla determinados esportes em grandes eventos internacionais, como os jogos Pan-americanos e as Olimpíadas, e ainda assim, destaca vencedores (os medalhistas), relegando os demais ao esquecimento, deixando de cumprir o seu papel de estimular as novas vocações e de valorizar o espírito de competição (BUENO, 2005, p. 21).

Além disso, Bueno (2005) acredita que a cobertura se limita a um espaço de ação limitada – pré-partida, durante e pós-partida –, resultando em pautas pobres, endereçando-se para fofocas e intrigas, ainda que haja temas relevantes a serem tratados.

O autor ainda destaca um terceiro ponto: a imprensa esportiva padece de uma miopia crônica, exibindo preconceito contra clubes e esportes de menor expressão, esquecida de que nossos principais valores foram revelados longe dos grandes centros. Sem contar com a preocupação com os jornalistas que buscam favorecer em comentários ou transmissões os times de maior torcida, quando não grandes centros. O quinto ponto, relacionado a qualidade da informação jornalística, associada à cobertura esportiva no Brasil.

Não é raro encontrarmos resultados errados das partidas, títulos de matérias em oposição aos comentários e notícias, informações equivocadas sobre artilheiros, o que é absolutamente comum, desconhecimento sobre regulamentos dos torneios e sobre a posição dos clubes nas tabelas. Nesse caso, há comentários surrealistas sobre situações que nunca irão se concretizar porque se apoiam em dados falsos. Improvisa-se bastante nessa área, o que é arriscado porque, na maioria dos casos, pelo interesse dos torcedores, essas informações são sobejamente conhecidas, o que só aumenta a falta de credibilidade dos que cobrem o esporte brasileiro (BUENO, 2005, p. 24).

O cenário é favorável para resultados diferentes. Segundo Maluly (2005), o jornalismo esportivo, o fato vem sempre antes (local e a competição já estão previamente marcados) e os jogadores já foram, na sua maioria, escalados. Ou seja: o repórter acaba dependendo apenas do desenrolar dos fatos. E isto pode ser estendido para treinos, biografias, preparativos e desfechos de noticiários. Afinal, no jornalismo esportivo, tudo que envolve o fato é importante para prender a atenção do público, dependendo da quantidade e da qualidade da informação que é transmitida.

Em qualquer disputa a reportagem pode ser feita de maneira agradável e interessante, se o repórter experiente tomar conhecimento antecipadamente das equipes, informar se e chegar ao local uma hora antes para a checagem final. Se esperar até que a competição comece para obter essas informações, o resultado de seu trabalho pode tornar-se desinteressante (HOHENBERG, 1981 *apud* MALULY, 2005, p. 47).

No Pará, os interesses dos campos do futebol, jornalismo esportivo e mídia se interligam na TV Pública. A FUNTELEPA, detentora dos direitos de transmissão do Campeonato Paraense transmite as partidas das equipes profissionais que disputam a competição. Nesse cenário, é preciso observar a missão da TV Pública no Brasil e a sua trajetória no Pará.

5.4 Revisão da TV Pública

A Comunicação Pública tem importante papel na sociedade. Assim como os direitos relacionados ao esporte, a Constituição prevê, no art. 223, que é competência do Poder Executivo “outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal” (BRASIL, 1988). Dessa forma, a CF de 1988 determina que o objetivo da TV pública é produzir e oferecer conteúdos inovadores desvinculados dos interesses do mercado.

O sistema público de rádio e TV, no Brasil, nasceu comercial. A TV, que foi transmitida pela primeira vez em 1950 pela Tupi-Difusora, dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, incorporou características do rádio e se consolidou por meio das emissoras comerciais. Pierante e Martin (2007) observaram um aumento considerável da participação da TV no mercado publicitário brasileiro em pouco tempo. “Em 1962, pela primeira vez, a TV ultrapassou percentualmente o rádio

nesse quesito, chegando a ocupar 24,7% do bolo publicitário contra 23,6% (PIERANTI; MARTINS, 2007, p. 6).

O crescimento do mercado de radiodifusão cresceu ainda mais nesse período, muito por interesse do próprio Estado, que também participava das operações. Havia, na época, com forte interesse na narrativa da integração nacional, aponta Ortiz (1985). De acordo com o levantamento de Pieranti e Martin (2007, p. 6):

O IBGE reconhecia, em 1956, 28 emissoras de rádio mantidas com subvenções estatais: uma no Maranhão, uma no Pará, uma em Pernambuco, uma em Alagoas, oito em Minas Gerais, duas no Espírito Santo, duas no Rio de Janeiro, sete em São Paulo, duas no Paraná, duas no Rio Grande do Sul e uma em Mato Grosso.

Dessa forma, a TV Pública nasceu com viés educativo no Brasil por imposição do próprio governo. Para Otondo (2002), a relação entre empresa privada e governo se estabeleceu dentro dos Diários Associados, que abriu espaço para a Secretaria Educação do Estado de São Paulo com quatro horas de cursos diários. Foi o primeiro passo para a criação da TV Cultura.

Em 1967, o próprio governo comprou a emissora dos Diários Associados, naquela época, totalmente arruinada, e com dívidas por toda parte. (...) Em 69, uma vez analisados os problemas jurídicos e financeiros, o governo criou a Fundação Padre Anchieta e a TV Cultura começou a funcionar, em 16 de junho (OTONDO, 2002, p. 271-272).

Essas relações entre público e privado, porém, não ficaram restritas ao financiamento do setor por parte dos agentes públicos e privados. Muitos empresários acumularam capital político e assumiram cadeiras no legislativo. Como consequência, capitanearam a regulação da radiodifusão no Brasil, por meio da promulgação do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), em 1962.

Há três sistemas vigentes no país e variam, segundo Jambeiro (2008), de acordo com o financiamento e as propostas constitucionais: comercial, estatal e *public service* (ou serviço público). Ainda de acordo com o autor, *public service* é “[...] dar ao público não o que ele quer, mas o que necessita, como concebido no interior do próprio aparato do sistema” (JAMBEIRO, 2008, p. 87).

Diversos autores se debruçaram sobre estudos que justificam a existência da TV Pública. Leal Filho (2008) afirma que a razão de existir provocou um longo debate para justificar os investimentos do Estado nesse tipo de exploração do

serviço de televisão. Desse modo, o autor elenca três razões: socializar a produção de bens simbólicos, abrangência nacional e necessidade social.

A primeira diz respeito à hegemonia do modelo comercial, rígido por índices de audiência (mera sanção do mercado, no dizer do sociólogo francês Pierre Bourdieu), que impede o acesso à televisão de bens culturais não transformados em mercadorias (LEAL FILHO, 2008, p. 56).

Barbero (2002) desenvolveu largo estudo em comunicação na América Latina e afirma que “[...] a televisão pública acaba sendo, hoje, um decisivo lugar de inscrição de novas cidadanias, onde a emancipação social e cultural adquire uma face contemporânea” (MARTIN-BARBERO, 2002, p. 57).

Bucci (2010) observa que a emissora pública, quando subordinada à orientação da autoridade estatal, não se consolida como pública. Para o autor, a linha editorial, programação e visão de mundo podem ser capturadas pela perspectiva estatal ou governamental e se distanciar da do ponto de vista da sociedade civil e, então, “[...] a subserviência ao poder público, nesse caso, mais do que nociva, é mortal. Impede a emissora de transmitir um olhar crítico em relação ao poder” (BUCCI, 2021, p. 5). Ainda, de acordo com a análise de Bucci, a existência da TV Pública se justifica pelo fato de desenvolver um direito de cidadania. Nesse sentido,

Universidades ou escolas públicas justificam-se porque atendem o direito à educação. Hospitais públicos, por garantir o acesso do cidadão à saúde e aos tratamentos e cuidados a que tem direito. Uma emissora pública existe porque as pessoas têm direito (como autoras, agentes ou espectadoras) à informação jornalística, ao conhecimento e às manifestações culturais (...) as emissoras públicas, em suma, existem para ajudar a sociedade a realizar o ideal da imprensa — que é instituição social, independente do Estado, em que vige a liberdade de expressão, incumbida de fiscalizar o poder. Elas só têm sentido social e histórico se estiverem a serviço da sociedade e dos direitos dos cidadãos. Quando servem ao governo e às suas necessidades de propaganda, são uma deformação que nega a razão de sua origem (BUCCI, 2010, p. 45).

Outro ponto importante na análise de Bucci (2010) está na autonomia da TV pública em relação ao mercado. Dessa forma, a emissora que depende de verbas publicitárias, sua programação tende a seguir a lógica e ritmo dos intervalos comerciais. Quando uma emissora pública se sustenta com publicidade, acaba presa a uma espécie de prestação de contas com os anunciantes, resultando em

alterações que vão desde a estética a ética, igualando-se até em linguagens e códigos audiovisuais comuns nas emissoras comerciais. Logo:

Assim, ainda que não se subordine ao poder político ou estatal, ela se desequilibra na direção oposta: subordina-se ao mercado, às suas predileções, modulações, e perde a capacidade de levar ao ar um olhar crítico em relação ao consumo e às crenças próprias do mercado. Em suma, deixa de ser pública (BUCCI, 2010, p. 6).

Segundo Bucci; Chiaretti; Fiorini (2012), os objetivos de uma comunicação pública são norteados por indicadores, como oferta de elementos que atendem a circunstâncias sociais específicas a partir de uma gestão transparente e programação cuja qualidade possa ser mensurável “[...] segundo os padrões valorizados pela comunidade a que ela se destina” (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p. 12).

Em países como o Brasil, marcado por democracias tardias, a comunicação pública vem se justapor à comunicação governamental e à mídia comercial, com a missão de complementar conteúdos e discursos, como bem pontua Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012).

Além desta questão, vale destacar que há governos que, quando não submetem a TVs públicas à lógica de mercado, apropriam-se delas e as utilizam como uma extensão das assessorias de imprensa. Ora, se a assessoria de imprensa busca a conquista de mídia espontânea, a partir do relacionamento entre marca, neste caso, a de um governo, e os veículos de comunicação, não se espera menos que esta menção seja espontaneamente positiva acerca das ações políticas de um governo.

Talvez uma das principais referências mundiais em comunicação pública seja a BBC de Londres, no Reino Unido. Foi a partir da experiência da estatal europeia que Mendel (2011) afirmou que “Os propósitos públicos devem apoiar a cidadania e a sociedade civil, promover a educação e o aprendizado, estimular a criatividade e a excelência cultural, representar o Reino Unido e levá-lo ao mundo e o mundo até ele” (MENDEL, 2011, p. 83).

Por lei, não existia TV pública no Brasil até 2008. Com a Lei nº 11.652/2008, assinada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, foram instituídos os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou

outorgados a entidades de sua administração indireta, além da constituição da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC)¹⁹ (BRASIL, 2008).

A TV Pública também foi tema de debates em dois *fóruns* (2007 e 2009) no Brasil. O objetivo principal foi compreender os desafios no cenário da comunicação social contemporânea e, segundo o da Ministério da Cultura, reuniu representantes de emissoras de TV e rádio difusoras públicas e educativas, TVs universitárias, TVs comunitárias, TVs legislativas, expositores internacionais, instituições participantes dos grupos temáticos de trabalho, autoridades do Governo Federal, secretários estaduais de Cultura, organizações da sociedade civil e parlamentares.

A partir desses fóruns, foram lançadas as Cartas de Brasília I e II. Nelas, foram definidas as propostas para o modelo financiamento da TV Pública, observando a construção de uma televisão pública autônoma e independente. Concomitantemente com a realização dos fóruns, surgiu a TV Brasil, que nasceu no âmbito da EBC, a partir da fusão de três canais, segundo o *site* da Empresa Brasil de Comunicação (EBC): TVE-RJ, administrada pela Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), TVE-MA, repetidora da TVE do Rio, e a TV Nacional de Brasília, administrada pela extinta RADIOBRÁS. Entrou no ar no dia 2 de dezembro de 2007 nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e São Luís.

De acordo com Souza e Luz (2020), a EBC nasceu em 2007, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, mas a história dos veículos públicos que estão sob responsabilidade dela se confundem com o início da radiodifusão do Brasil. Em 1923, surgiu a primeira emissora do país: a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro que, 13 anos depois, passou a se chamar Rádio MEC, patrocinada pela Sociedade Brasileira de Ciências.

Em 1933, nasceu a Rádio Nacional. Aliás, a década dos anos 1930 foi marcada pela organização dos serviços de comunicação e inteligência do governo, a ver o Departamento Oficial de Propaganda (DOP). A partir disto, foi possível surgir o Programa Nacional e da Agência Nacional.

¹⁹ A empresa (constituída como sociedade anônima de capital fechado) se deu a partir da união dos patrimônios da RADIOBRÁS e da ACERP, gestora da TVE Rio. Vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a EBC congrega televisão, rádio e *internet* e é responsável pelo desenvolvimento de um sistema público de comunicação no país.

Ainda em 1931, o governo começa a regulamentar a radiodifusão no país, com o Decreto nº 20.047, determinando que a regulação é “da exclusiva competência da União”. Em seu artigo 12, o decreto determina que “o serviço de radiodifusão é considerado de interesse nacional e de finalidade educacional”. Verifica-se aqui, com essas duas iniciativas, a intenção dialética do governo em abarcar ambos os processos sociais em curso. Por um lado, exercer algum controle sobre quem pode veicular conteúdos e, por outro, ter seu próprio instrumento de divulgação. Uma tendência onipresencial que se estendeu aos dias atuais, através do controle de fluxos da liberação de verbas publicitárias (SOUZA; LUZ, 2020, p.4).

5.5 A TV Pública no Pará

No Pará, a trajetória da televisão pública iniciou com a FUNTELPA, criada em 1977, pelo governador Aloysio Chaves (Arena). Foi instituída como pessoa jurídica de direito privado e estava vinculada a então Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo. A missão da FUNTELPA era implantação do Sistema Estadual de Repetição e Retransmissão de Emissoras Educativas de Rádio e Televisão, as quais, já determinava seu estatuto, teriam os nomes de TV, Rádio ou FM Cultura. A Rádio Cultura Onda Tropical, com alcance no interior do estado e países da Pan-Amazônia, passou a operar no mesmo ano.

Dez anos depois, especificamente no dia 15 de março de 1987, entrou no ar a TV Cultura do Pará. Idealizada pelo governador Jader Barbalho (PMDB), foi entregue pelo sucessor, Hélio Gueiros (PMDB). De acordo com o site da instituição, a emissora foi pensada como uma televisão de governo. Nas duas décadas seguintes, a TV Cultura iria especializar-se na produção de documentários – primeiro com recursos próprios e, nos últimos anos, em coproduções – programas jornalísticos diários, programas de variedades e programas educacionais, destacando-se como a emissora que mais produz conteúdo em toda a região amazônica.

Em 2008, a Governadora Ana Julia Carepa (PT) extinguiu a FUNTELPA, fundação de direito público, instituída pela Lei nº 4.722/1977, entidade pertencente à administração indireta do Poder Executivo, e criou a FUNTELPA, sob a personalidade jurídica de direito privado e com prazo de duração indeterminado, vinculada à Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM) (PARÁ, 2008). De acordo com o art. 2º do decreto:

A fundação terá por objeto social a promoção e produção, por meio de rádio, televisão e portal, de atividades educativas, artísticas, culturais,

científicas e informativas, visando à defesa e o aprimoramento integral da pessoa humana, por meio de sua formação crítica para o exercício da cidadania, valorizando sempre os bens constitutivos da sociedade paraense e da nacionalidade brasileira, no contexto da compreensão dos valores universais (PARÁ, 2008, p. 5).

A mudança na personalidade jurídica teve como objetivo melhorar a gestão da fundação. Com a mudança promovida pela então Governadora Ana Júlia Carepa, a Fundação Paraense de Radiodifusão tem como competências:

- I - Elaborar estudos e executar os serviços de radiodifusão de interesse do Estado do Pará;
- II - Planejar, coordenar, controlar e executar as medidas necessárias à implantação e funcionamento do Sistema Estadual de Repetição e Retransmissão de Sinais de Televisão, Emissoras Educativas de Rádio e Televisão e Portal, de interesse do Estado do Pará;
- III - estabelecer cooperação e colaboração com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão pública, mediante convênios ou outros ajustes;
- IV - Produzir e difundir programação informativa, educativa, artística, cultural, científica, de cidadania e de recreação;
- V - Promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado, necessário às atividades de radiodifusão, comunicação e serviços conexos; VI - planejar, coordenar, controlar e executar, todas as medidas necessárias à implantação e funcionamento do Sistema Estadual de Radiodifusão Educativa (PARÁ, 2008, p. 5).

A competência IV é a que mais é relevante para a análise deste trabalho. A atividade futebolística é, de fato, uma das várias formas de manifestação cultural. No Pará, as torcidas de Remo e Paysandu são reconhecidamente apaixonadas pelos clubes e responsáveis por grandes públicos nos estádios de futebol. No interior do Pará, clubes como Cameté e São Raimundo também grande número de torcedores para as praças esportivas locais.

Observando a lei que institui a FUNTELPA, comemora-se a determinação de que a Fundação, de acordo com o Diário Oficial, “[...] será gerida por um Conselho Curador e por uma Diretoria Executiva, cuja organização, competência, atribuição, normas de funcionamento e demais disposições serão definidas e detalhadas em seu Estatuto Social” (PARÁ, 2008, s. p.), a ver:

Art. 4º – A Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA será gerida por um Conselho Curador e por uma Diretoria Executiva, cuja organização, competência, atribuição, normas de funcionamento e demais disposições serão definidas e detalhadas em seu Estatuto Social, observadas as normas legais aplicáveis.
Parágrafo único. Na sua composição, a Fundação contará ainda com um Conselho Fiscal e um Conselho de Programação.

Art. 5º – O Conselho Curador, órgão de administração e orientação superior da Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA será composto de nove membros, sendo o Presidente da FUNTELPA membro nato, e quatro membros com notório saber e experiência comprovada na área de telecomunicações de livre indicação do Chefe do Poder Executivo Estadual, e os demais quatro membros representando:

I - Três membros indicados pelas entidades da sociedade civil organizada, na forma do estatuto, sendo um, obrigatoriamente, indicado pelo Sindicato dos Jornalistas do Pará – SINJOR/PA;

II - Um membro representante dos empregados, da Fundação, escolhido na forma do Estatuto (PARÁ, 2008, s. p.).

As competências do conselho são amplas, envolvendo deliberações desde ações e atividades da Fundação até assuntos relacionados à aprovação de propostas orçamentárias, contas e balancetes da administração, gestão de pessoal e fiscalização da diretoria executiva etc. A mudança foi ao encontro do que previa a EBC:

O Conselho Curador existe para zelar pelos princípios e pela autonomia da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), impedindo que haja ingerência indevida do Governo e do mercado sobre a programação e gestão da comunicação pública. Além disso, visa representar os anseios da sociedade, em sua diversidade, na aprovação das diretrizes de conteúdo e do plano de trabalho da empresa. Sua existência, como instância de participação social prevista na Lei 11.652/2008, é um critério fundamental para que a EBC seja de fato pública (EBC, 2015, s. p.).

Mas, a EBC, após o golpe de 2016, o presidente Michel Temer promoveu outro golpe, desta vez, contra Comunicação Pública, ao extinguir o Conselho Curador da EBC, com a Medida Provisória nº 744/2016. Na prática, as declarações de intenção feitas na lei perdem a materialidade e a empresa passou a responder às orientações e ordens do Executivo e não da sociedade, como estabelece um princípio da lei de criação da EBC. Entre os argumentos para o desmonte da EBC seriam, está a baixa audiência da TV Brasil. A medição de audiência, porém, é uma lógica das empresas comerciais. Para emissoras públicas, como a TV Brasil, é preciso avaliar outro tipo de eficiência: a capacidade produzir conteúdo que possa proporcionar debates que as empresas comerciais não têm interesse.

A FUNTELPA poderia dar um grande passo nesse sentido. Porém, o Estatuto Social da Fundação, aprovado em 6 de fevereiro de 2008, foi realidade em um curto período. A comissão se reuniu até dezembro de 2010. Mesmo constituído, as deliberações não se debruçaram sobre a participação de emissora que, à época, era ainda muito incipiente na participação do futebol, de acordo Leite (2012).

Desde 2011, a TV Cultura transmite as partidas da 1ª Divisão do Campeonato Paraense. Estima-se que a emissora pública disponibilize a programação para mais de cinco milhões de lares paraenses. Atualmente, a Fundação alcança 122 dos 144 municípios paraenses. Não era assim antes.

Segundo o Observatório da Imprensa²⁰, por 10 anos, um convênio firmado em 1997 pelo então governador Almir Gabriel (PSDB) permitia à TV Liberal, afiliada da Rede Globo no Pará, utilizar 78 canais retransmissores da TV Cultura no interior do Estado e receber, mensalmente, R\$ 461 mil. A justificativa do pagamento seria para remunerar o conteúdo e os investimentos técnicos que a TV Liberal precisou fazer na rede. A FUNTELPA, por conta própria, não teria a condição de colocar os canais no ar e explorar a rede de retransmissoras.

A legislação de retransmissão de televisão não permite sublocação de frequências. As emissoras que não podem operar devem devolver as outorgas ao Ministério das Comunicações para que sejam concedidas a outras empresas. O fato é que, agora, a emissora aporta vultosos recursos na FPF.

Castro (2012) revisitou a trajetória da TV Cultura do Pará, bem como a FUNTELPA, e identificou a persistência de um discurso nativista e patrimonialista, ancorada na percepção do espaço amazônico com uma pretensão à totalidade e à essencialidade, independentemente da gestão da emissora. Ou seja:

Um mesmo corpo discursivo, cuja caracterização poderia se dar evocando o que pensamos ser seus três elementos principais: uma formação discursiva sobre a identidade paraense; outra a respeito do vínculo social que, pretensamente, agregaria os participantes dessa identidade e, por fim, uma terceira, portando sobre a eticidade de, em sendo paraense, em portando essa identidade, não fugir ao compromisso de afirmá-la. Esses três elementos são complementares entre si e tendem a estar presentes no conteúdo da programação da TV Cultura, independente do momento histórico ou do contexto político vivenciado. Em seu conjunto, elas conformam o que podemos identificar como o *ethos* das emissoras FUNTELPA: um *ethos* cujos fundamentos são sua dimensão patrimonialista a essencialista. Patrimonialista, no sentido de reproduzir a lógica da ocupação do Estado por determinados grupos de hegemonia, e essencialista, no sentido de reproduzir uma percepção fechada da identidade, marcada pela negação da variedade e do conflito, inerentes a todo processo identitário (CASTRO, 2012, p. 10).

Nessa lógica, a TV Cultura, desde 2009, vem transmitindo partidas de futebol realizadas por clubes paraenses. A principal competição é o Campeonato Paraense,

²⁰ Ver em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/tv-cultura-do-para-pagava-a-tv-liberal-pelo-conteudo-globo/> (acessado em 20 de outubro de 2021).

organizado e supervisionado pela Federação Paraense de Futebol. A TV Cultura passou a deter direitos de exibir os jogos, especialmente de Remo e Paysandu, na grade de programação. Com o patrocínio do BANPARÁ, estima-se que o governo do Pará repassou à FPF cerca de 8 milhões de reais em 2021.

6 A FEDERAÇÃO E OS CLUBES JOGANDO COM O DINHEIRO DO POVO

Nesta seção, as discussões se debruçam sobre as análises dos dados coletados nos portais de transparência do Governo do Estado do Pará, BANPARÁ, FPF, CPF e clubes. A partir do levantamento de dados sobre recursos repassados à FPF desde 2005 – ano que o Governo passou a disponibilizar as informações no portal –, é possível caracterizar como se dá a política de financiamento do futebol masculino no Pará. Os dados serão confrontados com as entrevistas semiestruturadas realizadas com os agentes que formam o campo de relações do futebol paraense e a pesquisa bibliográfica alicerçada em conceitos e teorias de abordagem interdisciplinar.

6.1 O futebol paraense na pandemia do novo Coronavírus

Esta etapa da pesquisa foi realizada durante a pandemia do novo Coronavírus. Evidentemente, as duas grandes ondas de Covid-19, somadas às históricas desigualdades socio-econômicas e práticas de crimes contra a humanidade de vários líderes políticos resultaram na morte de mais de 615 mil brasileiros até dezembro de 2021 e impactaram um número sem fim de atividades, incluindo o futebol.

No Pará, após a confirmação do primeiro caso no estado, em 18 de março de 2020, o Governador Helder Barbalho (MDB) anunciou, no dia seguinte, por meio de uma rede social, que o Campeonato Paraense estava suspenso e sem data para recomeçar. O Governador foi o “porta-voz” da FPF (Figura 2).

Figura 2 – Print do Twitter do Governador suspendendo do Campeonato Paraense 2020



Fonte: Barbalho (2020).

A FPF se manifestou em resolução assinada pelo presidente da instituição, quase duas horas depois, reiterando a suspensão do estadual e informando que concedeu férias coletivas aos funcionários da entidade.

Com o cenário de incertezas que se instalou com a chegada da pandemia, os recursos disponibilizados pelo Governo do Pará foi um socorro à Federação Paraense de Futebol e aos clubes filiados que disputam a 1ª Divisão do Campeonato Paraense. Com a manutenção dos contratos de aquisição de direitos de autorias e patrocínio da FUNTELPA e BANPARÁ, respectivamente, foi possível manter pagamentos de salários de funcionários, jogadores e membros das comissões técnicas, além de honrar o pagamento de dívidas com a Justiça do Trabalho, fisco, entre outros, reduzindo os impactos na gestão dos clubes.

A competição foi retomada em agosto de 2020 sem a presença dos torcedores, o que impediu a venda de ingressos e reduziu o orçamento dos clubes na sequência da temporada, especialmente nas competições nacionais, e findaram em menos receitas para planejamento do ano seguinte.

A edição do Campeonato Paraense de 2021 se iniciou no dia 28 de fevereiro e, após 63 partidas, encerrou-se em 23 de maio com o Paysandu consagrando-se campeão pela 49ª vez. A 109ª edição do campeonato contou com a participação de 12 clubes: Águia, Bragantino, Carajás, Castanhal, Gavião, Independente, Itupiranga, Paragominas, Paysandu, Remo, Tapajós e Tuna. Antes, a principal competição era realizada com 10 clubes apenas. Consequências da pandemia do novo Coronavírus. No ano anterior, foi acordado unanimemente, em reunião do Conselho Técnico, na FPF, que nenhum time seria rebaixado para a 2ª Divisão, mas se admitiria a participação dos clubes que garantiram o acesso para 1ª Divisão.

Os clubes contaram ainda com um socorro extra em forma de contrato de patrocínio com o Banpará, de R\$ 2,4 milhões, para auxiliar na disputa do Campeonato Brasileiro das séries C e D. Remo e do Paysandu receberam, cada um, R\$ 1 milhão.

Por outro lado, com o avanço da pandemia no Pará, o Governo do Pará disponibilizou linhas de créditos para pequenos e médios empresários, como o Programa Fundo Esperança e o Capital de Giro Pará Empreendedor²¹, além de

²¹ De acordo com o Governo do Pará, Capital de Giro é linha de crédito com prazo de 36 meses, carência de 90 dias para o pagamento da primeira parcela e a taxa de 0,85% ao mês, libera empréstimos que vão de R\$ 5 mil a R\$ 1 milhão. Já o Fundo Esperança oferece créditos de até

complementar, com R\$ 100,00, a renda de cerca de um milhão de unidades familiares cadastradas no Programa Bolsa Família.

É razoável que os clubes sejam socorridos pelo governo durante a pandemia. Afinal, a Constituição Federal prevê (art. 207, II) que o Estado destine recursos, em casos específicos, ao esporte de alto rendimento. Porém, o mesmo Estado disponibilizou aos pequenos e médios empresários *empréstimos a juros* e às famílias *menos de 10% de um salário mínimo* (de R\$ 1.039, em 2020).

Receber recursos públicos se tornou corriqueiro para os clubes paraenses a partir de convênios firmados entre instituições públicas e a Federação Paraense de Futebol. A seguir, este trabalho caracteriza como vem se dando esta política que iniciou como um socorro financeiro e se transformou em algo sigular, visto apenas no Pará e atende a interesses privados, abrindo questionamentos sobre o desenvolvimento do esporte na última década.

6.2 A Federação Paraense de Futebol no “colo do governo”

A FPF é uma associação de direito privado, de caráter desportivo e uma das 27 entidades regionais de administração do futebol, filiada à CBF reconhecida como exclusiva entidade dirigente do futebol, com responsabilidade de organizar e supervisionar o futebol em todas as suas formas, nos respectivos territórios.

De acordo com a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), art. 44, são pessoas jurídicas de direito privado: I - as associações; II - as sociedades; III - as fundações; IV - as organizações religiosas; (Incluído pela Lei nº 10.825/2003); V - os partidos políticos. (Incluído pela Lei nº 10.825/2003); VI - as Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada (EIRELI). Dessa forma, constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. Além disto, são isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. A isenção a que se refere a lei aplica-se, exclusivamente, em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

R\$ 15 mil a empresários, com juros de 0,2%, carência de 90 dias e 36 meses de prazo para pagamento. Foram destinados R\$ 100 milhões para essa linha de crédito.

Amparada no inciso I do art. 217 da Constituição Federal e nos termos da legislação desportiva federal, tem autonomia quanto à organização e funcionamento, não estando sujeita à ingerência ou interferência estatal, a teor do disposto nos incisos XVII e XVIII do art. 5º da Constituição Federal.

A FPF, compreendendo todos os seus poderes, órgãos e dirigentes, não exerce qualquer função delegada do Poder Público, nem se caracteriza como entidade ou autoridade pública, a teor do disposto no art. 82 da Lei nº 9615/1998.

É esperado que assim seja. A História mostrou que a interferência de governos, especialmente na Ditadura Militar, ajudou a propagandear politicamente o regime e perseguir opositores, como aconteceu com o jornalista e treinador João Saldanha às vésperas da Copa do Mundo de 1970, no México, após revelar um dossiê com mais de três mil presos políticos e centenas de mortos e torturados pelos militares publicado pelo jornal francês *Le Monde*. Também no começo de 1970, o cronista esportivo Armando Nogueira, do *Jornal do Brasil*, noticiou que o presidente Médici, frequentador de estádios e entusiasta do futebol, era fã do atacante Dadá Maravilha. Questionado sobre a convocação de Dadá, Saldanha afirmou: "Eu e o presidente, ou o presidente e eu, temos muitas coisas em comum. Somos gaúchos. Somos gremistas. Gostamos de futebol. E nem eu escalo ministério e nem o presidente escala time. Você está vendo que nós nos entendemos muito bem". Após a declaração, Saldanha foi trocado por Zagallo após comandar a seleção em 17 partidas, com 14 vitórias, um empate e duas derrotas.

As interferências dos governos no futebol não se manifestam mais de forma direta, ríspida, violenta como acontecia na época da ditadura militar. Mas, como afirma Bourdieu (1989), ao tratar do poder simbólico, para descobri-lo, é preciso olhar para as partes mais ocultas da estrutura, ou seja: "Onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (BOURDIEU, 1989, p. 7-8).

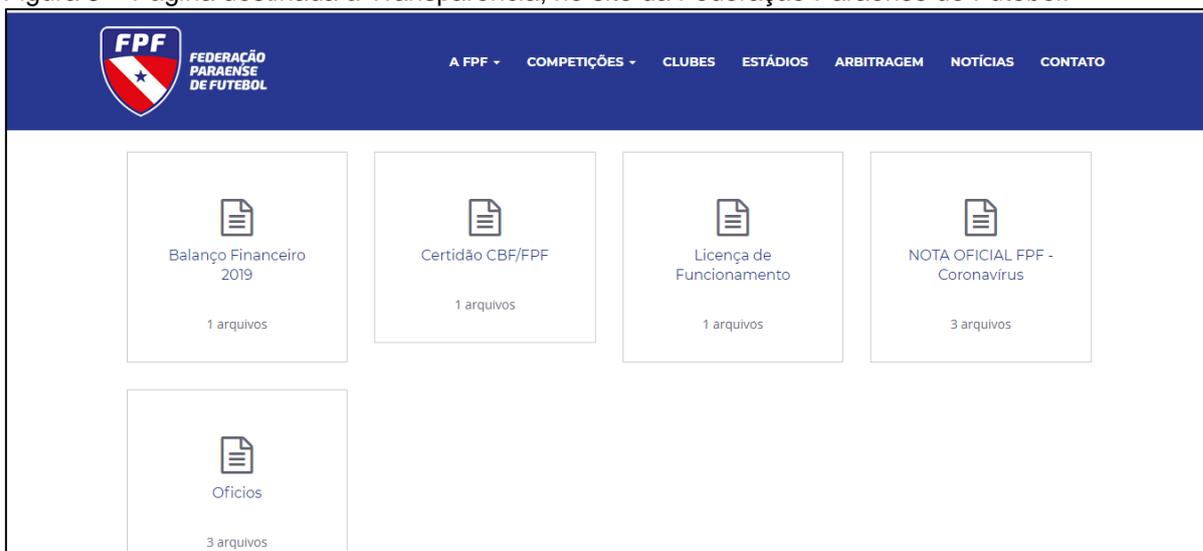
Entre as fontes de recursos da Federação, majoritariamente, estão os repasses financeiros mensais da CBF, percentuais de venda de ingressos em competições regionais (10%) e nacionais (5%) e patrocínios. Mas, o que se tem observado em mais de uma década, é uma dependência de recursos públicos do Governo do Pará para realização do principal campeonato promovido pela

instituição. O poder do governo sobre a FPF se apresentou, em um primeiro momento, como um socorro. Depois, a hegemonia se consolidou a partir da cumplicidade dos agentes que se escalou em forma de dependência.

E onde se deixa ver menos, como alerta Bourdieu (1989), está na aplicação dos recursos. No *site* da federação, a transparência é turva e traz um amontoado de documentos que são postos como forma de dar visibilidade aos atos da instituição, mas não representam em absolutamente nada os bons preceitos da transparência na gestão pública. Silva (2009) considera que disponibilização de informações transparentes, tempestivas e relevantes acerca da gestão pública e da alocação dos recursos públicos por parte dos governantes constitui um ato de responsabilidade na prestação de contas, o que a literatura denomina de *accountability*. Como já dito, a FPF não exerce qualquer função delegada pelo Poder Público, nem se caracteriza como entidade ou autoridade pública. Mas, recebe recurso público e deveria dar transparência ao uso desses recursos.

Em um lampejo de boas práticas, foi possível acessar apenas um arquivo, para *download*, com o Balanço Financeiro de 2019 (Figura 3).

Figura 3 – Página destinada à Transparência, no site da Federação Paraense de Futebol.

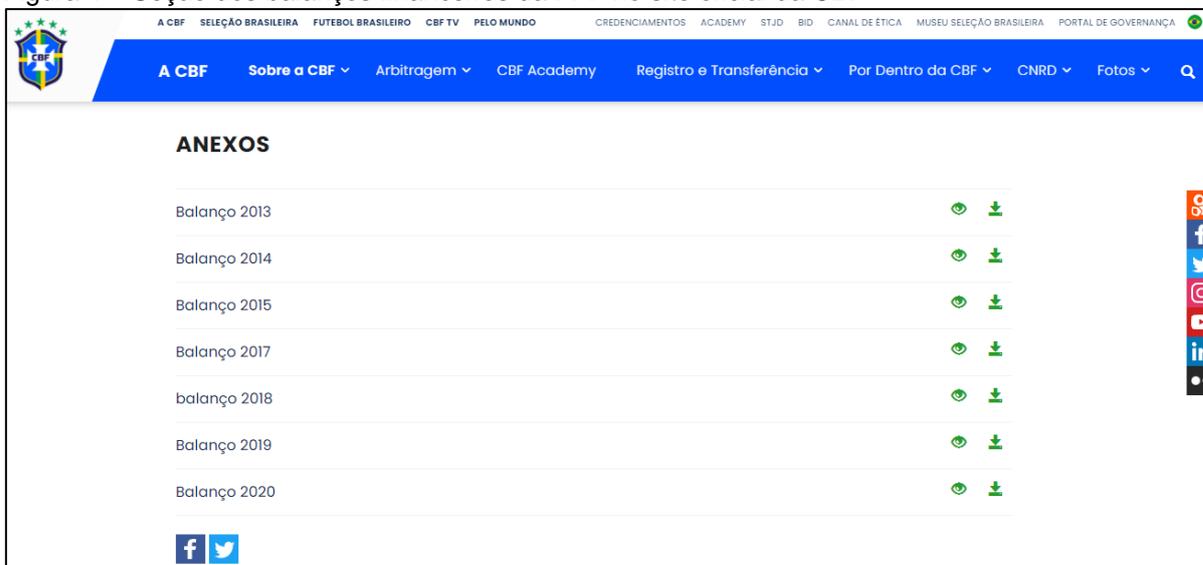


Fonte: FPF (s. d.).

Curiosamente, o site oficial da CBF traz balanços financeiros das Federações Brasil afora e, na sessão da FPF, é possível encontrar os balanços de 2013 a 2020 (exceto 2016 e 2019, cujo link direciona para um arquivo da com demonstrações

financeiras da Federação Paranaense de Futebol – 31 de dezembro de 2019 e 2018), conforme Figura 4 abaixo:

Figura 4 – Seção dos balanços financeiros da FPF no site oficial da CBF



Fonte: CBF (s. d.).

Acessando o último balanço da FPF divulgado pela CBF, a primeira informação que salta aos olhos é:

A Administração da FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL, Fundada em 02/12/1969 - Filiada à Confederação Brasileira de Futebol, vem a público informar que suas contas e demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2020, após terem sido auditadas por auditores independentes, foram, submetidas, ao parecer do Conselho Fiscal. Tais contas permanecerão *eletronicamente expostas no site oficial desta Entidade*, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 46-A da Lei nº 9615/98 (Lei Pelé), com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 12.395/11 (FPF, 2020, p. 3).

Além disto, o documento exalta o acesso do Remo para a Série B do Campeonato Brasileiro 2021 como resultado de boas práticas de gestão e externa que a Federação, em 2020, obteve um resultado bem abaixo do normal, afinal “[...] a receita é oriunda dos jogos realizados em campo com os portões abertos ao público [...]” (FPF, 2020, s. p.), o que justificaria o *déficit* do exercício de R\$ 90.330,70 com a chegada da pandemia do novo Coronavírus.

Os balanços financeiros da FPF mostram que não é bem assim. Em 2020, a FPF recebeu R\$ 282.886,39 de renda de competições, ou seja, 10% do valor do ingresso taxados nas bilheterias dos estádios durante Campeonato Paraense, antes

de ser paralisado. No ano anterior, foram R\$ 961.917,45. Foram quase 679 mil reais a menos, é verdade. Mas, os quase um milhão de reais vindo da venda dos ingressos equivaleu 8% da receita líquida da FPF no exercício 31 de dezembro de 2019 a 2018, ou seja, antes da pandemia (Figura 5).

Figura 5 – Balanço financeiro da FPF divulgado em 2020

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		31 de dezembro de 2019 e 2020 (valores expresso em reais)		
RECEITA BRUTA	NOTAS	2019	2020	
SEM RESTRIÇÃO				
Rendas de competições	8	961.917,45	282.886,39	
Receitas de associados		236.225,45	300.041,87	
Repasse CBF		952.500,00	1.895.046,04	
Receitas Doações Veiculos - CBF		84.309,98		
Patrocínios de empresas Privadas		34.000,00	28.000,00	
Receitas de Administração de Contrato		0,00	820.224,00	
TOTAL DA RECEITA SEM RESTRIÇÃO		2.268.952,88	3.326.198,30	
COM RESTRIÇÃO				
Contrato de Imagens aos Clubes - FUNTELPA	9	1.936.206,49	2.582.713,24	
Contrato Parazão Banpará	10a	4.519.832,66	3.971.300,00	
Contrato Brasileiro C e D - Banpará	10b	1.300.000,00	2.400.000,00	
Contrato Copa Verde - Banpará	10c	100.000,00	0,00	
Trabalho Voluntário	11d	739.018,00	0,00	
Retenção INSS sobre Jogos dos Clubes		940.486,13	0,00	
TOTAL DA RECEITA COM RESTRIÇÃO		9.535.543,28	8.954.013,24	
TOTAL RECEITA LÍQUIDA		11.804.496,16	12.280.211,54	
CUSTOS COM O FUTEBOL PROGRAMAS				
Logísticas de Campeonatos		1.578.973,50	1.438.060,39	
Sementes do Futebol		40.782,80	136.486,89	
Apoio Futebol Amador e Feminino		37.475,00	252,50	
Voluntários do Futebol	11e	1.225.964,33	95.079,40	
Direito de Imagens		1.855.096,27	2.085.007,01	
Patrocínio do Parazao - Repasse Diretos aos Times		3.208.830,00	3.937.057,99	
Patrocínio do Brasileiro - Repasse Diretos aos Times		1.040.000,00	2.450.000,00	
Patrocínio do Copa Verde- Repasse Diretos aos Times		99.970,22	0,00	
Programa Justiça Fiscal		940.486,13	429.141,89	
TOTAL DO CIRCULANTE		10.027.578,25	10.571.086,07	

Fonte: FPF (2020).

O documento mostra que a principal fonte de receita da FPF vem de recursos públicos, em contratos firmados com a FUNTELPA e o BANPARÁ. De acordo com o balanço financeiro, foram repassados R\$ 8.954.013,24 para serem aplicados na realização dos campeonatos Paraense e Brasileiro, o equivalente a 73% de toda a receita líquida da FPF.

No ano anterior, a mesma situação. A Federação Paraense de Futebol, que apresentou receita líquida de R\$ 11.804.496,16 no balanço de 2019, contou, majoritariamente, com repasses da FUNTELPA e do BANPARÁ, conforme demonstra a Figura 6 abaixo, de acordo com o Balanço Financeiro divulgado pela FPF em 2019:

Figura 6 – Demonstrativo financeiro da FPF em 2019

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		31 de dezembro de 2019 e 2018 (valores expresso em reais)		
RECEITA BRUTA	NOTAS	2019	2018	
SEM RESTRIÇÃO				
Rendas de competições	8	961.917,45	870.671,05	
Receitas de associados		236.225,45	186.765,00	
Repasso CBF		952.500,00	975.000,00	
Receitas Doações Veiculos - CBF		84.309,98		
Patrocinios de empresas Privadas		34.000,00		
Receitas de Administração de Contrato		0,00	908.880,00	
TOTAL DA RECEITA SEM RESTRIÇÃO		2.268.952,88	2.941.316,05	
COM RESTRIÇÃO				
Contrato de Imagens aos Clubes - FUNTELPA	9	1.936.206,49	0,00	
Contrato Parazão Banpará	10a	4.519.832,66	0,00	
Contrato Brasileiro C e D - Banpará	10b	1.300.000,00	0,00	
Contrato Copa Verde - Banpará	10c	100.000,00	0,00	
Trabalho Voluntário	11d	739.018,00	0,00	
Retenção INSS sobre Jogos dos Clubes		940.486,13	0,00	
TOTAL DA RECEITA COM RESTRIÇÃO		9.535.543,28	0,00	
TOTAL RECEITA LÍQUIDA		11.804.496,16	2.941.316,05	

Fonte: FPF (2019).

Nota-se, no balanço, que a FPF totalizou R\$ 11.804.496,16 no exercício 2018-2019. Deste valor, R\$ 7.856.039,15 vieram de convênios com a FUNTELPA e o BANPARÁ. Ou seja: mais de 66% do orçamento é oriundo de recurso público. Apesar da carência de informações no Portal da Transparência da FPF, foi possível detalhar os valores dos recursos recebidos pela FPF detalhados no Portal da Transparência do Governo do Pará.

Nota-se que, desde a série histórica iniciada em 2005 (ano que se inicia a divulgação das informações no Portal da Transparência do Governo do Pará), a entidade recebe recursos da SEEL para a realização de competições. A partir de 2007, os valores aumentaram exponencialmente e, apesar de mudanças de fonte pagadora, a ajuda milionária vem se perpetuando (Quadro 4).

Quadro 4 – Resumo de parte dos repasses do Governo do Pará à Federação Paraense de Futebol, disponíveis nos portais de transparência

Ano	Órgão(s)	Valor (R\$)	Especificação(ões)
2005	SEEL	314.986,00	Descentralização dos recursos financeiros para realização de etapas do Campeonato Paraense de futebol Profissional; Realização da Copa Cidade de Santarém; Realização do Campeonato Paraense sub-17;
2006	SEEL	200.000,00	Descentralização de recursos financeiros para realização da 2ª fase do campeonato paraense de futebol da 1ª Divisão;
2007	SEEL	60.000,00	Realização III Copa da Juventude;
2008	SEEL + FUNTELPA	2.381.795,87	Descentralização de recursos financeiros p/ o desenvolvimento do esporte e lazer da região no Campeonato Paraense; Implantação de diversas ações em benefício do futebol paraense promovendo e o fortalecimento dos clubes de futebol estaduais no campeonato Brasileiro Serie E; apoio logístico ao Águia Futebol Clube de Marabá na disputa da fase octogonal final do Campeonato Brasileiro da Série c; Apoio financeiro para patrocinar atletas p/ participarem da Copa dos Campeões do Centenário; continuidade de apoio logístico ao Águia Futebol Clube de Marabá na disputa do Campeonato Brasileiro da Série C; repasse de recursos financeiro para realização do Campeonato Brasileiro de 2008; Patrocínio entre Casa Civil x FPF; Direito de Imagem.
2009	SEEL + FUNTELPA	2.590.580,00	Direito de Imagem; Propaganda em placas;
2010	SEEL + FUNTELPA	4.110.216,00	Apoio financeiro visando interiorização dos jogos do Campeonato Paraense; Apoio financeiro visando a interiorização dos jogos do campeonato; Apoio financeiro para execução do projeto “Nosso Futebol, Nossa Paixão”; Apoio financeiro para 1ª Fase do Campeonato Paraense de futebol 2011.; Direito de Imagem; Propaganda em placas.
2011	SEEL + FUNTELPA	3.739.810,00	Realização do Campeonato Paraense de Futebol da 1ª Divisão e 1ª Fase do Campeonato Paraense de Futebol; termo aditivo do convenio 001/11 para o Campeonato Brasileiro de Futebol das séries C e D; Direito de Imagem.
2012	SEEL + FUNTELPA	3.569.810,0	Realização do Campeonato Paraense de Futebol da 1ª Divisão de 2012 e da 1ª Fase do Campeonato e Futebol de 2013; Direito de imagem.
2013	SEEL + FUNTELPA	3.464.000,00	Apoio financeiro para realização do Campeonato Paraense de Futebol da 1ª Divisão 2013 e 1ª Fase do Campeonato Paraense da 1ª Divisão de 2014; Direito de imagem.
2014	SEEL + FUNTELPA	3.856.800,00	Apoio financeiro para o Campeonato Paraense de futebol da 1ª Divisão 2013 e 1ª Fase do Campeonato Paraense de Futebol da 1ª Divisão de 2014; Apoio financeiro para a realização do Campeonato Paraense de futebol da 1ª Divisão de 2014, e o Campeonato Paraense de Futebol 1ª Fase de 2015; Concessão de direitos autorais; Direitos autorais.
2015	SEEL +	4.328.800,00	Realização do Campeonato Paraense de Futebol;

	FUNTELPA		Apoio financeiro para a realização do Campeonato Paraense de futebol da 1ª Divisão de 2015 e o Campeonato Paraense de Futebol 1ª Fase de 2016; direitos autorais;
2016	BANPARÁ + FUNTELPA	2.128.896,00 (FUNTELPA)	Direitos autorais
2017	BANPARÁ + FUNTELPA	2.528.083,00 (FUNTELPA) + 2.554.800,00 (BANPARÁ)	Direitos autorais; compra e venda de licença de uso para exploração dos Direitos Comercial do Evento 'Campeonato Paraense de Futebol 2017'.
2018	BANPARÁ + FUNTELPA	1.850.956,80 (FUNTELPA) + 3.425.461,75 (BANPARÁ)	Não há informações (FUNTELPA); compra e venda de licença de uso para exploração dos Direitos Comercial do Evento 'Campeonato Paraense de Futebol 2018'
2019	BANPARÁ + FUNTELPA	2.024.806,84 4.519.832,66 (BANPARÁ) + 1.300.000,00 (BANPARÁ) + 100.000,00 (BANPARÁ)	Direitos autorais
2020	BANPARÁ + FUNTELPA	3.971.300,00 (BANPARÁ) 2.400.000,00 (BANPARÁ) 2.793.385,24 (FUNTELPA)	Direitos autorais BANPARÁ: Patrocínio de Paysandu, Remo, Independente e Bragantino nas C e D do Campeonato Brasileiro. Parazão BANPARÁ; Contrato Brasileiro C e D; Contrato Copa Verde
2021	BANPARÁ ²² + FUNTELPA	5.193.500,00 + 1.500.000,00 + 2.918.330,12	BANPARÁ: Patrocínio do Campeonato Paraense 2021 + Patrocínio de Paysandu e Castanhal nas séries C e D do Campeonato Brasileiro; FUNTELPA: Direitos Autorais.
Total parcial*		67.826.150,28	

*O BANPARÁ não disponibilizou, no Portal da Transparência, nem atendeu às solicitações feitas por trabalho, informações sobre valores e contratos firmados com a Federação Paraense de Futebol de 2016 a 2019. Com os dados disponíveis nos portais de transparência do Governo, BANPARÁ, FPF e CBF, foi possível calcular o montante de recursos parcialmente. Não foi possível identificar, especificamente, os repasses feitos pelo banco em 2016.

Fonte: Elaboração do autor.

Considerando, ainda, que a média de repasses do BANPARÁ nos anos de 2017 a 2020 – descontando 2021 por causa do contexto da pandemia – é possível projetar uma média R\$ 3.617.848,60, o que certamente ultrapassaria a marca de R\$ 71,4 milhões repassados à FPF.

Algumas ponderações são necessárias para caracterização mais fidedigna da ação de governo que se transformaram em política pública. O Governo já repassava recursos para a FPF. As finalidades, como exposto acima, eram voltadas para a

²² O BANPARÁ repassou, ainda, R\$ 50.000,00 à FPF como patrocínio da Associação Atlética da Escola Madre Celeste (ESMAC) Ananindeua para a participação no Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino Série A de 2021, o equivalente à Série B no futebol masculino.

interiorização do futebol profissional e para a realização de competições de categoria de base.

Em 2008, os clubes paraenses (Remo, Paysandu e Águia), que estavam disputando o Campeonato Brasileiro, alegaram dificuldades financeiras para custearem as viagens fora do estado, já que a CBF, até então, não arcava com essas despesas. Na iminência de que, logo no início da competição, os clubes tornassem público a impossibilidade de seguirem na competição, o Governo do Pará (à época, governado por Ana Júlia Carepa - PT) decidiu realizar uma ação de governo: liberar recursos públicos como forma de socorrer financeiramente os clubes, o pertinaz “apoio”. Os fins foram alcançados. Os meios, entretanto, foram atropelados anos depois.

De acordo com o Acórdão N^o. 54.483, em que os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por maioria, julgaram irregulares as prestações de contas de um dos convênios firmados pela SEEL, em 2008, e condenaram o Carlos Alberto da Silva Leão, então Secretário da SEEL ao pagamento de trinta mil reais e multas de três mil reais pelo dano causado ao erário e setecentos e dezenove reais pela remessa intempestiva das contas. Ao recorrer da decisão, ainda de acordo com documentos do Tribunal de Contas do Estado (TCE) (Acórdão N.º 56.534), o ex-secretário alegou que:

Na ação, o Governo do Estado, através da SEEL, e em face da insuficiência de recursos desta, CONJUNTAMENTE com a COSANPA, DETRAN e FUNTELPA, encontraram uma “solução” emergencial: Apoiar os Clubes Participantes, pagando R\$: 10.000,00 (dez mil reais) aos mesmos, por partida realizada em local que pudesse ser transmitido os jogos pela FUNTELPA e ao mesmo tempo divulgar nas transmissões, as ações dos órgãos do Estado, envolvidos na Ação de Governo, além de veicular mídia nos espaços de publicidade do Mangueirão como: Placar Eletrônico, Linhas de Jogo, tablados e outras. Os compromissos foram assumidos pelos Gestores dos referidos Órgãos, bem como os valores de contrapartida, quais foram: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) a COSANPA; R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) o DETRAN e R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) a SEEL. O montante de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) seria repassado aos Clubes da seguinte forma: REMO – 30 mil reais; PAYSSANDU – 30 mil reais; ÁGUIA – 10 mil reais. Ocorre que os Clubes estavam com problemas de Certidão Negativa, e não poderiam, portanto, celebrar convênio com órgãos públicos. A solução foi repassar a totalidade dos valores à FPF, que por sua vez, repassou-os aos clubes nas partes antes indicada; Como se viu a solução encontrada, não previu a realização de despesas pela SEEL para cumprir o objeto dos convênios com o DETRAN e a COSANPA, pois a mesma utilizou o seu espaço, qual seja o Estádio Olímpico “Mangueirão”, para fazer a publicidade dos órgãos repassadores de recursos; É importante esclarecer que em face à urgência no atendimento do apoio a ser dado aos clubes e à evidente demora com o trâmite burocrático da celebração dos

termos de convênio a SEEL, usou recursos de sua conta própria e adiantou o montante da FPF, assegurando a realização da ação de apoio sendo posteriormente ressarcida pelos órgãos convenientes (PARÁ, 2017, p. 6).

Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, reconheceram o pedido de rescisão proposto pelo ex-secretário, porém, negaram-lhe provimento e mantiveram o acórdão recorrido em todos os termos.

A razão foi simples: desvio de objeto. Foram utilizados instrumentos inadequados – no caso em tela, o convênio – para fazer repasses públicos em uma cadeia de convênios. Ou seja: a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) e o Departamento de Trânsito do Estado (DETRAN) estavam pagando a SEEL para fazer publicidade das ações da Companhia e do Departamento de Trânsito que, na prática, não geraram custos. Dessa forma, não havia a necessidade de firmar convênio de contraprestação de serviços, perdendo o nexo causal. E mais: os recursos foram repassados pela SEEL para a FPF, que ficou responsável pela distribuição (desigual) aos clubes – o que será analisado adiante.

Após a rejeição das contas, em 2015, a SEEL deixou o protagonismo no financiamento do futebol profissional masculino. A partir de então, o BANPARÁ, juntamente com a FUNTELPA, passou a financiar as competições da FFP. Inclusive, no Balanço Financeiro do exercício 31 de dezembro de 2018 a 2017, disponível no site da CBF, notas explicativas mostram a mudança na relação entre a federação e as instituições públicas: em 2017, a modalidade de Convênio foi substituída pela modalidade de Contrato, onde o Contrato BANPARÁ tem como objetivo “[...] compra e venda de licença de uso para exploração dos Direitos Comercial do Evento ‘Campeonato Paraense de Futebol 2018’” (FPF, 2018, p. 18), e, com a FUNTELPA:

Cessão, com Exclusividade, de Forma Irretratável e Irrevogável, dos Direitos de Captação e Imagens, de Jogos estadual e nacional de futebol profissional, Futebol sub-20, Torneios Locais e 20, Torneios Locais e todas as referentes ao esporte amador, dos clubes (FPF, 2018, p.18).

O que está posto, hoje, é uma relação entre uma TV Pública que adota lógica de mercado para divulgar a cultura do Pará, um banco de Sociedade de Economia Mista que atua, segundo a instituição, para o desenvolvimento econômico e *social* e busca ampliar a visibilidade da marca e uma Federação acomodada a receber recursos públicos. Tais abordagens serão aprofundadas em tópicos específicos mais adiante.

6.3 A FPF no “colo do Governo”

Em análise das entrevistas de agentes que ocupam cargos estratégicos da FPF foi possível tecer pontos que dão musculatura para a afirmação acima. O empresário Adelson Torres chegou à presidência em 2016, quando Antônio Carlos Nunes, o “Coronel Nunes”, licenciou-se do cargo que ocupou por 16 anos para assumir a presidência da CBF, após Marco Polo Del Nero pedir licença voluntária alegando “motivos de ordem pessoal” ao ser acusado²³ pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos de receber propina de empresas de *marketing* esportivo para fechar acordos de direitos comerciais de torneios como a Libertadores e a Copa do Brasil quando era vice-presidente da Confederação. Em 2017, Torres foi aclamado presidente da FPF e empossado, junto com os vice-presidentes Maurício Bororó e Paulo Romano, para comandar a FPF até 2021.

Uma nova eleição terá que ser realizada até o fim do ano. Torres está em pré-campanha para tentar a reeleição contra os pré-candidatos Ricardo Gluck Paul, ex-presidente do Paysandu, e Paulo Romano, que segue como vice-presidente da Federação. A contextualização é importante porque evidenciam divergências internas também em relação ao financiamento público do futebol paraense.

Os três agentes entrevistados neste estudo – Torres, Bororó e Romano – afirmam que a Federação não teria condições financeiras de realizar o Campeonato Paraense sem os recursos disponibilizados pela FUNTELPA e pelo BANPARÁ. É bem verdade que, para realizar 63 partidas entre equipes de Belém, Santarém, Tucuruí, Marabá, Bom Jesus do Tocantins, Itupiranga, Paragominas, Bragança e Castanhal, é preciso dinheiro. Afinal, as 12 equipes, com cerca de 30 integrantes cada, deslocam-se entre as cidades de um estado de tamanho continental, exigindo despesas com transporte, alimentação, hospedagem, além de outros custos adicionais: arbitragem, saúde, segurança, infraestrutura, publicidade etc. Se a FPF e os clubes não tivessem os gastos subsidiados, a competição não seria realizada.

²³ Em 2018, a FIFA anunciou o banimento de Marco Polo Del Nero do futebol para sempre. O ex-presidente da CBF foi impedido de participar de atividades relacionadas ao futebol e condenado a pagar multa de cerca de R\$ 3,5 milhões. O banimento foi a mesma punição aplicada pela FIFA a José Maria Marín, ex-governador do Estado de São Paulo e ex-presidente da CBF. Na Justiça, Marín ainda foi condenado a quatro anos de prisão mais multa de 1,2 milhão de dólares por conspiração para organização criminosa, fraude financeira na Copa América, Libertadores e Copa do Brasil, além de lavagem de dinheiro.

Não seria porque, quando eu era vice-presidente do coronel Nunes, em 2014, apareceu um grupo querendo patrocinar nosso campeonato e a gente já estava com o patrocínio do Governo do Estado que envolve em torno de 8 milhões. Apareceu uma empresa querendo comprar por 600 mil reais e ficaria inviável. Nós temos um contrato com o governo. Você vê: as federações, quando eu falo que o governo é o grande patrocinador do estadual, ficam querendo saber como é que se faz. Essa é mágica que o governador faz. Se não tivesse a ajuda do governo do estado, cada um ia bancar sua despesa e ia ser difícil (TORRES, 2021, informação verbal).

É o que se convencionou chamar de “logísticas de campeonato” no balanço financeiro. Em 2020, a FPF declarou ter gastado R\$ 1.438.060,39 apenas com esse fim. Ou seja: dinheiro do povo ajudou a bancar 56 partidas por R\$ 25.679,00 cada ou 153 gols a R\$ 9.399 cada.

Com os recursos repassados pelo governo, a FPF tem condições de aportar estes custos e se posiciona como “mera repassadora” do dinheiro aos clubes. Segundo o presidente Torres, “a parte que fica pra federação é 70 mil reais. Então, a maior parte quem leva são os clubes. Nós não levamos nem 5% do valor de oito milhões. Os 70 mil é pra gente pagar a competição, papelada, essas coisas”. (TORRES, 2021). Não foi possível visualizar no último balanço divulgado o saldo de 70 mil reais. E mais: o vice-presidente Bororo revelou que outros custos, que deveriam ser arcados pela federação e pelos clubes, são transferidos para a estrutura do Estado.

Se não fosse o governo durante todos esses anos, o que seria do estadual? A ajuda do governador é primordial. É o único lugar no Brasil que tem isso. O governo dá a ambulância, o governo dá a Polícia Militar, Bombeiro. Em todo estado você paga ambulância com médico, enfermeiro. O Estado, além de dar isso, dá o suporte logístico que é tão caro e não sai nenhum custo para o clube porque o certo é o clube botar ambulância, ele que é o mandante, perante o Ministério Público e o Estatuto do Torcedor. Mas, a federação, devido ao bom relacionamento com os governos, a gente só faz um ofício cinco dias antes e, nos jogos tem, cinco jogos no mesmo dia, o Estado dá condições de fazer isso. Não é só o dinheiro vivo. A logística que é tão cara que o governo dá. A federação é mera repassadora, mas fica a obrigação de prestação de contas. Esse dinheiro não vem através de governo, vem via patrocínio BANPARÁ. É diferente, como era antigamente, tínhamos que prestar conta, agora a coisa é diferente: nós prestamos conta, agora não, a coisa é diferente. Os times têm que dar a mão ao céu dia e noite (BORORO, 2021, informação verbal).

O vice-presidente Romano, atual opositor à gestão de Torres, faz críticas ao modelo de financiamento do futebol paraense. Ainda que não apresente projetos para que a FPF busque outras fontes de receitas, seja no mercado, seja por meio de leis de incentivo, seja por novas políticas públicas, nem aponte opções para o

desenvolvimento do futebol no Pará, afirma que a FPF entrou em uma “zona de conforto” para realizar a 1ª Divisão do Campeonato Paraense, não priorizando a realização das competições de futebol feminino e categorias de base.

Olha eu tenho uma visão de que hoje a federação ela sentou no colo do governo. O governo faz a parte dele muito bem feito, podemos dizer, porque se você for buscar nas vinte e sete federações, a federação do Pará ela é agraciada com esse apoio. Mas nós não podemos nos acomodar e sentar no colo e resolver o problema da primeira divisão do Campeonato Paraense. Nós temos que ter outro mecanismo para que nós possamos estar desenvolvendo as outras categorias também, como a segunda divisão, as categorias de base, aí sim, nós vamos conseguir estar desenvolvendo o futebol paraense como ele tem que ser desenvolvido. Volto a repetir, hoje a federação sentou no colo e resolveu o problema da primeira divisão. Se dá pra fazer o resto vai fazer, se não der, está cruzando os braços e deixa que os clubes se virem. Eu não penso dessa forma. Eu penso que o dinheiro que vem, o aporte financeiro do governo, ajuda e muito, mas uma competição. A federação não tem uma competição. Ela tem várias competições. Então, para trabalharmos o desenvolvimento como um todo do futebol paraense, precisamos buscar outros meios para que nós possamos de fato desenvolver, senão nós vamos ficar rodando em círculo (ROMANO, 2021, informação verbal).

De fato, foi o que pode ser visto em 2020. Com a pandemia, a FPF priorizou a realização do Campeonato Paraense profissional masculino. Enquanto o campeonato masculino teve a participação de 10 clubes e a realização de 56 partidas com duração de cinco meses (evidentemente, descontando os cinco meses de paralização por causa da pandemia), o campeonato feminino contou com 8 clubes e a realização de 16 partidas em apenas 33 dias.

O patrocínio do feminino foi da Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ) – instituição particular de ensino superior – e não há qualquer informação sobre os custos para a realização da competição no balanço financeiro de 2020. A única referência vem como “apoio ao futebol amador e feminino” no valor de R\$ 252,50. As competições das categorias de base (como sub-12 a sub-20) não aconteceram ano passado e foram retomadas em novembro, com duração de apenas um mês.

O Campeonato Feminino 2021 começou em 6 de novembro e vai até dezembro. Para uma instituição que se estima ter recebido mais de 70 milhões de reais em 16 anos, não parece crível não ter condições financeiras de proporcionar uma competição maior para as categorias de base e feminino, garantindo a segurança dos atletas durante a pandemia.

Mas, se a FUNTELPA assina um contrato com a FPF em que é taxativo a cessão, com exclusividade, de forma irrevogável e irretratável, dos direitos de

captação e imagens, de jogos estadual e nacional de futebol profissional, futebol sub-20, torneios locais e os referentes ao esporte amador, dos clubes, também tem responsabilidades em não exibir o cumprimento dos acordos firmados.

Em 2020, avanços podem ser comemorados e uma emissora de TV exibiu pela primeira vez a final do campeonato feminino. A TV Pública do Pará deve preservar o compromisso assumido e, sobretudo, garantir que não apenas o futebol profissional masculino de Remo e Paysandu predomine na programação da emissora.

6.4 A TV Pública que investe milhões para ter audiência de emissora comercial

A partir dos dados coletados no portal da Transparência do Governo do Pará, é possível analisar o aumento do valor do pagamento da FUNTELPA para obter os direitos de transmitir as partidas de futebol do campeonato paraense e de outras competições regionais e nacionais, como a Copa Verde e o Campeonato Brasileiro.

Sem um conselho curador, o Estatuto Social da FUNTELPA é ignorado e a Fundação vem repassando dinheiro para a Federação Paraense de Futebol em troca de conteúdo adotando critérios de acordo com a lógica de mercado: partidas de futebol profissional masculino que são exibidas na grade de programação, especialmente no primeiro trimestre do ano.

Para esta análise, aplicou-se entrevistas semiestruturadas a dois agentes do campo do futebol: Hilbert Nascimento, presidente da FUNTELPA, e o coordenador de esportes da TV Cultura, Valmir Rodrigues. Para Rodrigues, quando a emissora investe na aquisição de direitos de imagem do campeonato:

Ela espera, antes de mais nada, poder atingir o máximo de municípios que sejam contemplados com os jogos do Campeonato Paraense, que é uma coisa bem cultural né? Faz parte de a nossa cultura acompanhar o Campeonato Paraense, que é muito forte, com a presença do torcedor. Então, isso motivou a atual gestão dar cada vez mais visibilidade pra esses jogos. A gente está chegando, hoje, em 118 municípios, fora o *streaming*. Então, quando a gente tem bons resultados de aferição de IBOPE é porque o produto é forte. Isso é consequência, mas o que move a atual gestão é poder levar para o paraense uma coisa que é cultural, que é deixar forte o Campeonato Paraense, que é sempre fortalecer as nossas marcas, principalmente Remo e Paysandu e, agora, a Tuna, e poder dar visibilidade pros outros para que os municípios se sintam inseridos, de poderem estar, através de uma TV pública, poder levar cultura pra todo povo e o futebol paraense [...] ela compra o direito de transmissão. Não é o patrocínio do

Campeonato, patrocínio do Campeonato é o BANPARÁ. Então, ela compra da Federação e Clubes o patrocínio das transmissões. Então, o que ela pensa? Ela pensa em pagar um valor justo pra que ela possa dar ao telespectador paraense a oportunidade de ver o campeonato através do *streaming* em outras parcerias como a Rede TV. Quanto mais longe for o Campeonato Paraense, é importante pra gestão. De vez em quando, tem parceria com a TV Brasil, com a TV Cultura, com algumas TVs educativas públicas que são de outros estados que mostram e se sentem interessados pelo nosso campeonato. Então o motivo por pagar o direito de transmissão é exatamente isso: poder proporcionar ao povo do Pará e quem no Brasil mostrar interesse pela nossa cultura. Através da nossa transmissão, a gente mostra os nossos lagos, igarapés a nossa a nossa vegetação, ou seja, os jogos são encravados dentro da Floresta Amazônica. Isso pouca gente sabe no Brasil. Então, é uma maneira de mostrar como é que se faz futebol aqui no Pará (RODRIGUES, 2021, informação verbal).

Não é objetivo desta pesquisa, mas é importante pontuar que, ao exibir as partidas de futebol, a TV Cultura exhibe conteúdo de ações do governo. Segundo os agentes, a audiência do futebol é importante para mostrar aos telespectadores o que o Governo está fazendo com o dinheiro do público. Isto fica muito evidente quando o presidente da FUNTELPA justifica os primeiros investimentos feitos no futebol: “Em nível de propaganda, então, era muito mais barato comprar o direito de transmissão do que sair comprando mídia pelo estado inteiro. Foi uma forma de economizar, de potencializar isso” (NASCIMENTO, 2021, informação verbal).

Ora, a missão de uma emissora pública não se restringe à narrativa de prestação de contas, divulgação das ações do governo, tampouco reduzir gastos com publicidade. Como bem afirma Bucci (2012), os objetivos de uma comunicação pública são norteados por indicadores, como oferta de elementos que atendem a circunstâncias sociais específicas a partir de uma gestão transparente e programação cuja qualidade possa ser mensurável “[...] segundo os padrões valorizados pela comunidade a que ela se destina [...]” (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p. 12).

O fato é que, ainda que os presidentes da Federação Paraense de Futebol garantam que a instituição mantém a autonomia para coordenar e gerenciar o futebol, especialmente, o campeonato estadual, a visão que se tem de outros agentes dentro do campo do futebol paraense é diferente.

O que eu estou falando, já falei para clubes e já falei pra Federação. Disse: ‘você tiveram todo esse tempo para profissionalizar o negócio e não profissionalizaram, ficaram apenas dependentes do repasse do governo. Eu acho que é pensar um pouco pequeno demais’. O governo não pode ser pai ou mãe, a esse ponto, do futebol paraense. Existem outras modalidades, existem outras demandas que precisam de apoio, incentivo. (...) Daqui

alguns anos e em um menor espaço de tempo possível, que a Federação Paraense de Futebol possa ir atrás de parceiros, não no Governo do Estado, pra que ela não fique dependente, pra que o Governo do Estado não seja o único o único provedor. O futebol paraense é produto suficiente para captar recurso nas grandes praças e nas grandes marcas do país, visto que o que a gente tem praticamente ninguém tem: apelo de audiência. É um produto com grande apelo de mídia. É um produto que é facilmente consumido pelo público. Os clubes podem estar ruins como estiverem, a paixão é cega, faz com que todo torcedor paraense ache que o Campeonato Paraense é disputado a nível *Champions League*. Tratam dessa forma e a imprensa ajuda bastante. A imprensa é boa e acaba exacerbando. Ela também é cega quando se apaixona por isso e esquece-se de fazer pressão – no sentido de que o negócio melhore porque é melhor pra todo mundo. Um campeonato melhor é um produto melhor pra que os clubes possam oferecer para os patrocinadores pra que televisão, no caso específico, agora a FUNTEPA, possa captar mais recursos pra investir mais ainda. A Federação, junto com os clubes, se torne cada vez menos dependentes desse recurso do Estado porque a gente não sabe até quando isso vai (NASCIMENTO, 2021, informação verbal).

Como foi possível constatar anteriormente, há relações de poder entre Federação e Governo. O poder simbólico tem que ser ignorado como arbitrário e alcançar as mesmas obtenções pela força, seja física ou econômica, graças ao poder de mobilização. Porém, como consequência, causa violência simbólica, todo e qualquer tipo de força, coerção, que não é dor de ordem física, tangível. É de ordem moral, emocional, psicológica. Com a garantia de recursos milionários há mais de uma década, a FPF promove a competição e, como contrapartida, a emissora pública investe na competição para garantir audiência e divulgar ações de governo. Se não bastasse, os recursos disponibilizados pelo governo são aplicados de forma desigual no futebol paraense.

A Figura 7 mostra as diferenças entre valores repassados pela FPF aos clubes que disputam a 1ª Divisão do Campeonato Paraense em 2020. Os recursos são oriundos apenas do contrato com a FUNTELPA e estão disponíveis no balanço financeiro da Federação.

Figura 7 – Valores pagos aos clubes pela cessão dos direitos de imagem

DIREITO DE IMAGENS		1	2	3 (1+2)
		Participação	Premios	Total
I-Cotas dos Clubes				
1	Clube do Remo	745.113,60	212.889,60	958.003,20
2	Independente Atlético Clube	79.833,60	159.667,20	239.500,80
3	Bragantino Clube do Pará	79.833,60	106.444,80	186.278,40
4	Paysandu Sport Club	745.113,60	53.222,40	798.336,00
5	Castanhal Esporte Clube	79.833,60		79.833,60
6	Tapajós Futebol Clube	79.833,60		79.833,60
7	Águia de Marabá Futebol Clube	79.833,60		79.833,60
8	Paragominas Futebol Clube	79.833,60		79.833,60
9	São Francisco Futebol Clube	79.833,60		79.833,60
10	São Raimundo Esporte Clube	79.833,60		79.833,60
		2.128.896,00	532.224,00	2.661.120,00
II-Cotas de Entidades Gestoras				
11	Federação Paranaense dos Futebol	147.840,00		147.840,00
12	FENAP - dos Atletas de Futebol	147.840,00		147.840,00
		295.680,00	0,00	295.680,00
III(I +II)Total do Contrato		2.424.576,00	532.224,00	2.956.800,00
IV - Retenção de INSS 5% Realizado Pela Funtelpa na Fonte				- 147.840,00
V- Pagamento Funtelpa na Fonte FENAP já com Desconto do INSS				- 140.448,00
VI -Depositos Judiciais Retidos de Clube na Fonte				- 732.305,51
VII - Receita ADMINISTRADA PELA FPF				1.936.206,49

Fonte: FPF (2020).

A partir dos dados, é possível observar que Remo e Paysandu, para cederem os direitos de imagem, receberam cerca de nove mais do que os outros oito clubes que disputaram a mesma competição. Isso representa cerca de 70% do valor pago para a participação das equipes. O Remo, por ter sido campeão naquele ano, recebeu a maior premiação, valor extra pago para os times que disputaram as fases finais.

Além de receberem mais recursos, Remo e Paysandu aparecem mais na tela da TV Cultura. Historicamente, todos os jogos da dupla Re-Pa foram transmitidos pela emissora. Mas, há um esforço em garantir mais visibilidade aos outros clubes participantes, de acordo com o presidente da FUNTELPA.

Pra dois 2022, pelo menos, 34 jogos. Esses 34 são todos os jogos de Remo e Paysandu e mais os jogos de mando de cada um dos outros. Pelo menos um. A ideia é justamente ir ampliando. Mas, nosso desejo é poder voltar a transmitir, assim que mudar regulamento, pelo menos dois jogos de cada um deles de mando, fora os dois contra Remo e Paysandu (NASCIMENTO, 2021, informação verbal).

Sem a transmissão das emissoras comerciais locais durante o campeonato paraense, a TV Pública até pode justificar a predileção pela competição justificando uma complementariedade de grande de programação. Mas, outra face, quase caricata de assessoria do governo, revela-se. Dessa forma, é necessário dialogar com Bucci (2010, p. 5):

Universidades ou escolas públicas justificam-se porque atendem o direito à educação. Hospitais públicos, por garantir o acesso do cidadão à saúde e aos tratamentos e cuidados a que tem direito. Uma emissora pública existe porque as pessoas têm direito (como autoras, agentes ou espectadoras) à informação jornalística, ao conhecimento e às manifestações culturais (...) as emissoras públicas, em suma, existem para ajudar a sociedade a realizar o ideal da imprensa — que é instituição social, independente do Estado, em que vige a liberdade de expressão, incumbida de fiscalizar o poder. Elas só têm sentido social e histórico se estiverem a serviço da sociedade e dos direitos dos cidadãos. Quando servem ao governo e às suas necessidades de propaganda, são uma deformação que nega a razão de sua origem.

Se a FUNTELPA busca audiência para mostrar ações de governo, o BANPARÁ quer a exposição da marca como estratégia de comunicação institucional do banco e faz isso, também, no âmbito da desigualdade.

6.5 BANPARÁ chega à “melhor idade” patrocinando o futebol paraense

Em 2021, o BANPARÁ completou 60 anos de fundação. A instituição conta com agências em 122 dos 144 municípios do Pará e espera chegar a todos até o final de 2022. Segundo o art. 1º do Estatuto Social do banco, o BANPARÁ é:

Ápice do sistema financeiro do Estado do Pará, conforme art. 42 da Constituição Estadual, é pessoa jurídica de direito privado, constituída como sociedade anônima aberta, de economia mista, estruturada como banco múltiplo que atua, também, na execução de políticas públicas de fomento à economia do Estado do Pará, consoante a Lei Estadual nº 1.819, de 30.11.1959, sendo regido por este Estatuto Social, pelas Leis nº 4.595/64, nº 6.404/1976, nº 13.303/2016 e demais disposições legais e regulamentares que lhe sejam aplicáveis (BANPARÁ, 2021, p. 2).

Além disso, o art. 8º prevê que o capital social do BANPARÁ é de R\$ 1.473.121.569,74 (um bilhão, quatrocentos e setenta e três milhões, cento e vinte um mil, quinhentos e sessenta e nove reais e setenta e quatro centavos), representado por 9.521.649 (nove milhões, quinhentos e vinte um mil, seiscentos e quarenta e nove) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, e o

acionista Estado do Pará deterá sempre, no mínimo, 51% das ações com direito a voto (BANPARÁ, 2021).

Historicamente, a origem do banco é vinculada ao Ciclo da Borracha, fase em que o Pará se tornou o principal produtor da matéria-prima voltada ao comércio exterior. No auge do ciclo, o Brasil era responsável por 100% da produção mundial.

A lei de criação do banco foi assinada em 1959 pelo presidente Juscelino Kubitschek. A instituição só começou, porém, a funcionar em 1961. Do ponto de vista das ações de publicidade do banco, as peças eram voltadas ao meio impresso e radiofônico. As principais divulgações se referiam a balanços, avisos e convocações de concursos. Na década de 1980, a atriz paraense Natal Silva protagonizou um dos clássicos comerciais da TV paraense ao anunciar a Poupança do BANPARÁ, recomendando que o paraense tivesse cuidados, “na ilharga da gente” para que o dinheiro não “perna pra que te quero”. O bordão “pensa que eu sou lesa?” fez sucesso e ajudou a popularizar o popularizar a poupança BANPARÁ por meio da TV.

Hoje, o banco oferece linhas de crédito para microempreendedores, produtores rurais, crédito imobiliário e serviços de varejo para pessoa física, como empréstimo consignado, cheque especial. Para divulgar tais serviços, o banco declarou esse ano ter investido, até setembro, mais de 14 milhões em publicidade, como é possível observar na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Gastos em publicidade do Banpará (Janeiro-Setembro)

Mês	Valor (R\$)
Janeiro	1.540.362,90
Fevereiro	3.879.985,91
Março	1.530.385,19
Abril	483.956,19
Maio	512.250,18
Junho	298.755,23
Julho	2.042.664,81
Agosto	1.897.468,58
Setembro	1.878.883,27
Total	14.064.712,26

Fonte: Elaboração do autor (2021).

Além do investimento milionário em publicidade, o banco vem se posicionando como investidor do esporte. Segundo o site oficial do BANPARÁ, a instituição financeira, além de financiar o futebol paraense masculino, vem patrocinando o futebol feminino e outras modalidades, como natação e o automobilismo. Mas, é evidente que os recursos destinados ao futebol masculino profissional são incomparáveis. O atual presidente do Banco, Braselino Assunção, aprova a distribuição dos recursos feita aos clubes, mas pontua que os investimentos devem ser provisórios:

Futebol é um esporte, é um esporte das massas e como paraense é muito fanático pro futebol, então atrelar a marca do banco, a marca desses clubes pra nós, além de ser uma contribuição ao futebol profissional, nós também olhamos o lado mercadológico o lado de *marketing*. Atrelando duas marcas, quer dizer a marca do banco forte à marca desses dois, principalmente, Remo e Paysandu. Além do mais, entende que, por enquanto, o futebol paraense necessita muito de ter patrocínios grandes pra ter competitividade. É até colocado pelos clubes se não fosse esse patrocínio do bancário dificilmente hoje o Remo estaria na Série B e até o Paysandu numa série C, que o destino dele no mínimo uma série B também. Então, a gente vem contribuindo com o esporte na perspectiva também de que esses clubes cresçam pra depois futuramente tomarem caminhos e não necessitar exclusivamente de patrocínios estatais (ASSUNÇÃO, 2021, informação verbal).

A Figura 8 mostra os valores repassados ao futebol em 2020, de acordo com o balanço realizado pela FPF.

Figura 8 – Em notas explicativas, FPF mostra a divisão desigual dos recursos repassados pelo BANPARÁ.

Patrocínio Parazão 2020	1 Participação	2 Participação	3 Participação	4 Participação	5 Participação	6 (1 a 5) TotalL
I-Cotas dos Clubes						
1 Clube do Remo	130.800,00	130.800,00	130.800,00	130.800,00	130.800,00	654.000,00
2 Paysandu Sport Club	130.800,00	130.800,00	130.800,00	130.800,00	130.800,00	654.000,00
3 Água de Marabá Futebol Clube	57.520,00	57.520,00	57.520,00	57.520,00	57.520,00	287.600,00
4 Carajás Esporte Clube	57.520,00	57.520,00	57.520,00	57.520,00	57.520,00	287.600,00
5 Castanhal Esporte Clube	57.520,00	57.520,00	57.520,00	57.520,00	57.520,00	287.600,00
6 Bragantino Clube do Pará	57.520,00	57.520,00	57.520,00	57.520,00	57.520,00	287.600,00
7 Independente Atlético Clube	57.520,00	57.520,00	57.520,00	57.520,00	57.520,00	287.600,00
8 Paragominas Futebol Clube	57.520,00	57.520,00	57.520,00	57.520,00	57.520,00	287.600,00
9 Sport Clube do Pará	57.520,00	57.520,00	57.520,00	57.520,00	57.520,00	287.600,00
10 Tapajós Futebol Clube	57.520,00	57.520,00	57.520,00	57.520,00	57.520,00	287.600,00
11 FPF- Recita de Adm. Contrato	36.000,00	36.000,00				72.000,00
11 Logística Paraense (Naming Rights)	408.750,00	408.750,00				817.500,00
12 MERITOCRACIA-Campeão			120.000,00			120.000,00
	1.166.510,00	1.166.510,00	721.760,00	721.760,00	721.760,00	4.618.300,00
Total	1.166.510,00	1.166.510,00	721.760,00	721.760,00	721.760,00	4.618.300,00

Fonte: FPF (2020).

Como contrapartida, o banco exige algumas obrigações que estão previstas no contrato. Via de regra, são compromissos assumidos com a exposição da marca, principalmente, nos uniformes das equipes e peças publicitárias que devem estar presentes nas praças esportivas. De acordo com Paolla Costa, do Núcleo de *Marketing* e Comunicação Institucional, o objetivo do banco ao patrocinar os clubes é:

A exposição da marca em si, na camisa dos jogadores. As placas nos estádios, quando está quando o campeonato paraense, em todos os jogos, e, se tratando dos campeonatos nacionais como Copa Verde e Série B, quando de fato for mando do time. A gente tem também a sessão de alguns ingressos onde são sorteados internamente para nossos funcionários. Temos também contratos na exposição da camisa de venda, as camisas do time, nas camisas de treino, os uniformes dos gandulas. A gente também tem a parte negocial que vai entrar o cartão afinidade do Remo e do Paysandu. É um projeto que a gente fácil pra entregar. Então, acredito que ele deve ser lançado no próximo campeonato paraense. E é isso a exposição: da marca em si. (COSTA, 2021, informação verbal)

Nesse sentido, é importante revisitar o Estatuto Social de 2021 do banco, observando os artigos que tratam do objeto e da função social do banco, encontra-se o mecanismo legal que garante ao banco o direito em investir em patrocínios, como o campeonato paraense de futebol.

O BANPARÁ poderá celebrar convênio ou contrato de patrocínio com pessoa física ou com pessoa jurídica para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento de sua marca, observando-se, no que couber, as disposições da Lei nº 13.303/2016 (BANPARÁ, 2021, p. 4).

É importante que se diga que os investimentos realizados por bancos estatais não é novidade. A “Era Caixa” foi, de longe, a maior patrocinadora do futebol brasileiro. Foram sete anos patrocinando clubes brasileiros. Em 2019, os contratos não foram renovados. Nesse período, 35 clubes que apresentaram certidões negativas junto à Receita Federal, incluindo o Paysandu, estamparam a marca do terceiro maior banco do Brasil em troca de dinheiro. Assim, as associações esportivas receberam da instituição cerca de 663,6 milhões de reais de 2012 a 2018.

Porém, com a ascensão de Bolsonaro ao poder, em 2018, não apenas políticas econômicas, ambientais, sociais, dentre tantas, foram desmontadas. No esporte, a exemplo da extinção do Ministério do Esporte, as mudanças foram

latentes. O Ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou, durante a posse do novo presidente da Caixa, nos primeiros dias do governo de Jair Bolsonaro, que “Às vezes, é possível fazer coisas cem vezes melhores com menos recursos do que gastar com publicidade em times de futebol”.

A partir da declaração, Seitz (2019) fez uma análise dos rendimentos da Caixa antes e depois de patrocinar o futebol brasileiro. Dessa forma:

Desde que entrou no futebol em 2013, a Caixa mais que dobrou o seu faturamento. Se nos quatro anos anteriores o seu crescimento anual foi de 4%, depois de investir no futebol o crescimento passou a 6% ao ano. Jogue na conta a crise econômica que assolou o Brasil nesse período e o resultado apresenta indícios de que talvez o futebol não seja um dinheiro tão malgasto assim (SEITZ, 2019, s. p.).

A análise também jogou luz sobre os lucros da instituição. Assim, foi possível registrar, quatro anos após investir no futebol, a média de lucro líquido do banco cresceu 36% em relação ao mesmo período anterior, ou seja, sem investimento em futebol. Assim, o autor conclui:

Logicamente, não dá pra dizer que o futebol fez com que a Caixa alcançasse receitas e lucros recordes. Mas dá pra dizer que a Caixa tem aumentado seu investimento no futebol e melhorado o retorno de seu *marketing* ao mesmo tempo em que tem acelerado seu crescimento de receita e de lucratividade (SEITZ, 2019, s. p.).

O objetivo desta pesquisa não é avaliar os retornos sobre investimentos do BANPARÁ no futebol paraense. Evidentemente, estudos futuros podem analisar se os investimentos do BANPARÁ em patrocínio do futebol paraense indicam crescimento do banco, como aconteceu com a Caixa. Se não refletir positivamente, as estratégias devem ser repensadas; se sim, bom para o banco. Mas, e para o desenvolvimento do futebol?

O BANPARÁ disponibiliza na *internet* o SIC – Serviço de Informação ao Cidadão. Nele, é possível acessar, segundo a instituição, informações públicas, amparadas pela Lei Federal nº 12.527/2011 e pelo Decreto Estadual nº 1.359/2015. De acordo com o serviço, qualquer pessoa física ou jurídica poderá formular pedido de acesso às informações públicas, sem a necessidade de justificar o pedido, bem como acompanhar o andamento da solicitação por meio do Sistema e-SIC, disponível no Portal de Acesso à Informação do Governo do Pará.

Para esta pesquisa, foi solicitado ao (SIC.PA Nº 2919/2021) BANPARÁ, no dia 25 de agosto de 2021, o detalhamento dos valores dos recursos repassados para a Federação Paraense de Futebol (CNPJ 04822151000186) no período de 2014 a 2021, bem como os contratos firmados entre o banco e a Federação para patrocínio do Campeonato Paraense. Uma carta foi enviada, informando, no dia 31 de agosto de 2021, que “[...] o Núcleo de *Marketing* e Comunicação Institucional já está sendo conduzido diretamente com Vossa Senhoria por *e-mail*. Assim, solicitamos que aguarde o atendimento conclusivo com a área competente no prazo acordado”.

De acordo com o SIC, a solicitação de Acesso à Informação será atendida de acordo com a Lei nº 12.527/2011, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da data do protocolo, de acordo com o § 1º, do art. 16, do Decreto Estadual nº 1.359/2015. O prazo poderá ser prorrogado por mais 10 dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente, conforme o § 2º, do art. 16, do Decreto Estadual nº 1.359/2015. Até o momento, nem um, nem outro.

A solicitação das informações via SIC foi necessária porque o portal da Transparência do BANPARÁ disponibilizou os contratos de patrocínios firmados com a FPF de 2020 e 2021. Antes deste período, não é possível fazer buscas pelo nome ou CPNJ da federação, como deveria ocorrer no portal da instituição.

E, antes que se afirme que, por ser uma instituição privada, é importante delinear o que diz a legislação vigente: as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos para a realização de ações de interesse público, diretamente do orçamento ou por meio de subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes e outros instrumentos similares, devem divulgar informações sobre os recursos recebidos e sua destinação. O contrato administrativo, como regra, é público, seguindo princípios da Administração Pública, neste caso, o da publicidade, cuja finalidade mostrar que o Poder Público deve agir com a maior transparência possível para que a população tenha o conhecimento de todas as atuações e decisões.

Voltando à escala nacional, a Caixa Econômica Federal tentou, sem sucesso, impedir que um cidadão tivesse acesso aos contratos da instituição com os clubes de futebol via Lei de Acesso à Informação. Após várias negativas, o caso foi para a Controladoria-Geral da União. A Controladoria Geral da União (CGU) entendeu que os contratos de patrocínio firmados entre a instituição financeira pública com pessoa

física ou jurídica, com o objetivo de fortalecimento da marca institucional, constituíam exercício de uma função social de interesse coletivo e os contratos deveriam ser disponibilizados em cópias integrais.

Ainda que não seja objeto deste estudo, é importante que se diga que, além de a SEEL e a FUNTELPA, o BANPARÁ e a FPF são obrigados a divulgar essas informações, o que não vem ocorrendo plenamente. Transparência é essencial para entender como os recursos públicos são aplicados, inclusive, pelos clubes. Para o presidente do BANPARÁ, a destinação também beneficia as categorias de base dos clubes: “O patrocínio do futebol, pro banco, também é inclusão social e prática de cidadania. Porque parte desses valores que são direcionados pros clubes também vão pro futebol de base” (ASSUNÇÃO, 2021, informação verbal). Os dados acessados por este trabalho apontam outra realidade e serão detalhados mais adiante.

6.6 Clubes: desigualmente e desiguais

É reconhecido pelos presidentes dos clubes paraenses que o futebol, majoritariamente, tem como principal fonte de recursos o dinheiro público quando o assunto é a 1ª Divisão do Campeonato Paraense. Os repasses realizados pela FPF são unanimemente vistos como essenciais pelos agentes do campo do futebol paraense para a realização da principal competição do estado. Com os mais de 71 milhões reais que a FPF recebeu em 13 anos, foi possível cuidar da milionária “logística do campeonato”, que envolve o transporte, hospedagem e alimentação dos jogadores e integrantes das comissões técnicas dos 12 clubes que participaram da primeira divisão. Era óbvio que os beneficiários não estariam insatisfeitos.

Como revelado anteriormente, a FPF ainda conta com “apoios” extras do governo, como a cessão de ambulâncias e a disponibilização de agentes da segurança pública, como bombeiros e policiais militares, que cuidam da segurança das partidas tanto nas praças públicas, quanto no entorno delas.

E como os clubes afirmam utilizar os recursos repassados pela FPF? Dos doze clubes que disputaram o Campeonato Paraense BANPARÁ de Futebol Masculino em 2021, aplicamos entrevistas semiestruturadas aos presidentes e a presidente das associações esportivas cujas equipes disputaram as semifinais da competição: a) Fábio Bentes, presidente do Remo; b) Graciete Maués, presidenta da

Tuna; c) Hélio Júnior, presidente do Castanhal; d) Maurício Ettinger, presidente do Paysandu. Também foram inclusos no rol de entrevistados, os presidentes das duas equipes que foram rebaixadas para a 2ª Divisão do Campeonato Paraense. São eles: a) Lindomar de Jesus, presidente do Carajás; b) Zeca Gavião, presidente do Gavião Kyikatejê.

Todos os clubes que participaram desta pesquisa afirmaram que investem os recursos no futebol profissional. Ou seja: o dinheiro é aplicado em pagamento de salário de funcionários, jogadores (apesar de não serem vistos, também são funcionários) e integrantes das comissões técnicas, além cobrir despesas fixas e despesas fixas variáveis, como manutenção dos espaços de treinamento, alimentação e suplementação e compra de insumos que são necessários para o dia a dia do clube. A exceção ficou com o Remo. De acordo com o presidente Fábio Bentes, é destinado, por ordem judicial, ao pagamento de dívidas trabalhistas. Logo, os saldos das desastrosas gestões do clube que resultaram em mais de 18 milhões de dívidas trabalhistas são quitadas com recursos pesados pelo governo.

Um adendo é importante: se parte dos são aplicados no pagamento de salários, é importante que se diga que a maioria dos jogadores de Remo e Paysandu não é paraense. Dos 20 jogadores que mais jogaram pelo Remo em 2021, apenas quatro nasceram no Pará: Marlon, Dioginho, Kevem e Lucas Tocantins. Pelo Paysandu, também quatro: Yan, Jhonnatan, Diego Matos e Perema; nenhum dos dois clubes contratou técnicos paraenses para comandarem as equipes no ano corrente. Ou seja: a maior parte do dinheiro pago em salário vai para profissionais que não vivem no estado.

Analisando especificamente os dados de Remo e Paysandu – clubes que detêm as maiores receitas – é possível concluir que para além dos repasses da FPF, a dupla pode atrair mais patrocinadores e captar mais recursos a partir de programas de sócios-torcedores, venda de ingressos e camisas e, no caso do Remo, contrato de cessão de imagem com o Grupo Globo²⁴ por estar disputando a Série B do Campeonato Brasileiro.

²⁴ Desde 2019, a CBF repassa cotas igualitárias aos clubes que aderiram ao acordo coletivo e disputam a Série B do Campeonato Brasileiro. Dos 20 clubes que disputam a competição em 2021, 17 fecharam o acordo e vão dividir 167 milhões. Dessa forma, o Remo recebe cerca de 8 milhões de reais cada um – R\$ 6 milhões de cota para participação e outros R\$ 2 milhões para logística da competição.

No contexto da pandemia, os investimentos da FUNTELPA e do BANPARÁ também foram um socorro para os clubes. Após a realização das entrevistas semi-estruturadas com os presidentes dos clubes, observou-se os recursos disponibilizados pela FPF por meio dos convênios firmados com a FUNTELPA e o patrocínio do BANPARÁ, foi possível gerenciar os impactos financeiros causados pela pandemia. Apesar de não detalharem com precisão os valores repassados, foram unânimes em afirmar que os recursos ajudaram. Como afirma o presidente do Remo, Fábio Bentes, “[...] eu acho que ajuda bastante, chegou a hora certa na pandemia sem bilheteria. Bom valor” (BENTES, 2021, informação verbal).

Apesar de certa conveniência, o presidente do Paysandu, Maurício Ettinger, não concorda com atual modelo de financiamento do campeonato paraense, já que “[...] a gente sacrifica um pouco o governo pra esse campeonato. Eu acho que se a gente fizesse algumas transmissões, procurasse mais associação de transmissões, talvez tivesse mais interesse de patrocinadores particulares [...]” (ETTINGER, 2021, informação verbal).

É a posição de quem tem potencial para atrair mais investimentos na região. Como observa Bourdieu, isso é possível porque estabelecem uma relação, e, por meio dela, os agentes que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, encontram-se dentro da estrutura do campo, em que se produz e reproduz a crença. Ou seja: “[...] garante uma transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que eles encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente energia” (BOURDIEU, 1986, p. 15).

Se o governo paga menos aos outros, como esperar que o mercado pague mais? Para os clubes com receitas menores, os valores são essenciais para a manutenção da atividade futebolística. No caso do Carajás, o presidente Lindomar de Jesus acredita que não teria condições de disputar o campeonato e entra em rota de colisão com a FPF. Ao contrário do que afirmou os agentes que atuam na Federação, Lindomar revela:

O que atrapalhou também nesses últimos dois anos foi a pandemia. Porque quando você tem uma receita de bilheteria, consegue pagar as despesas dos jogos. Toda a logística do jogo: pessoal da federação, arbitragem, em torno de sete a oito mil reais quando você tem estádio. Quando não tem, você gasta mais de dez mil reais numa partida do jogo de futebol. Na verdade, a gente paga pra

federação, né? A gente paga toda a logística. A gente paga por delegado do jogo, a gente paga pro mesário, a gente paga pros árbitros, a gente paga o médico, a gente paga ambulância, a gente paga tudo quando é o mandante (JESUS, 2021, informação verbal).

Historicamente, a dupla “Re x Pa” concentra capital econômico (dinheiro, patrimônio, bens materiais, ou seja, infraestrutura), reproduzido e ampliado pelas relações sociais (torcedores, sócios, conselheiros, beneméritos, grade-beneméritos que podem realizar trocas materiais e simbólicas e garantir aos indivíduos o sentimento de pertencimento a um determinado grupo, no caso, azulino ou bicolor) e culturais (Remo e Paysandu podem-se associar ao que Bourdieu (1986) chama de inflação de títulos, reproduzida massivamente pela mídia em superlativos como os mais importantes e tradicionais, e maiores vencedores do Pará, donos das maiores torcidas), resultando em maior poder simbólico.

As consequências disto são vistas na distribuição dos recursos entre os clubes que participam do campeonato paraense e no número de partidas transmitidas quantidade de partidas transmitidas pela FUNTELPA. Além de receberem mais dinheiro, Remo e Paysandu tem mais visibilidade na mídia. Para o presidente do Remo, Fábio Bentes, a justificativa está na audiência e no número de partidas transmitidas.

É justo considerando duas situações. Primeiro pela audiência, né? No que diz respeito à visibilidade da FUNTELPA. Remo e Paysandu são transmitidos 100% dos jogos, outras equipes é um, dois e a maioria das vezes contra Remo e Paysandu, entendeu? Então, a proporcionalidade é pela visibilidade, né? Pela exposição do time, né? Então a gente entende que é natural ter essa diferença (BENTES, 2021, informação verbal).

Já o presidente do Paysandu, Maurício Ettinger, pondera que a distribuição dos recursos poderia ser mais equânime.

Acho que se a gente tivesse alguma coisa mais igualitária pro campeonato paraense seria mais vantajoso, ou seja, culpa de cobrir novos valores, cada tiraria uma igualdade melhor. Talvez tivesse uma diferença, teria que ser menor do que é hoje em dia (ETTINGER, 2021, informação verbal).

Não é desejável que Remo e Paysandu disputem um campeonato sozinhos (embora já tenha acontecido em algumas edições do campeonato paraense de basquete adulto masculino). Enquanto a participação dos dois outros clubes está condicionada à preparação para as competições nacionais, como Campeonato

Brasileiro e Copa do Brasil, para a maioria das equipes (e, conseqüentemente, para jogadores e comissões técnicas), a 1ª Divisão do Campeonato Paraense é a garantia de receita, emprego e calendário de competições por três meses.

É o caso do time indígena do Gavião. O clube contou com a comunidade para comprar camisas e ajudar em parte dos custos. Afinal, o valor repassado é considerado insuficiente pelo cacique e presidente Zeca Gavião.

É insuficiente. Nós precisamos fazer com que o futebol paraense se torne fortalecido. Observar os filiados. Eu não vejo isso dentro (da FPF). Parece que, se Remo e Paysandu tá com a maior fatia, os outros times pequenos é o resto que sobra praticamente. Precisava melhorar porque não é fácil a gente fazer o futebol. Faz porque gosta mesmo. Eu vejo que é insuficiente, sim (GAVIÃO, 2021, informação verbal).

Além de menos recursos, tem menos visibilidade na mídia. A TV Pública, como também já foi analisado, usa da lógica do mercado para garantir a transmissão de todas as partidas de Remo e Paysandu na 1ª Divisão do Campeonato Paraense e, apenas, alguns jogos dos outros clubes. Com menos espaço na mídia (diga-se de passagem, não apenas na TV Cultura, mas na grande mídia comercial também), os clubes com menos receitas se tornam menos atraentes para o mercado. Por que uma empresa vai patrocinar um time indígena que não tem os jogadores mais caros, as maiores torcidas e grande mídia espontânea nas emissoras de TV locais e nacionais?

Em uma sociedade midiaticizada ou, como Sodré (2006) afirma, sociedade contemporânea/pós-industrial regida pela midiaticiza o, marcada pela virtualiza o das rela oes humanas, um tipo particular de intera oes, que poderia ser chamada de tecno media oes, ou “[...] um dispositivo cultural historicamente emergente no momento em que o processo de comunica o   técnica e mercadologicamente redefinido pela informa o, isto  , por um produto a serviço da lei estrutural do valor, também conhecida como capital” (SODRÉ, 2006, p. 20-21). Ainda de acordo com o autor, a midiaticiza o   uma qualifica o da vida particular que implica na presença do indivíduo no mundo. Na esteira deste pensamento, não há esporte sem média e não há m dia sem esporte. Mais: há um subproduto, o esporte *da* média, como garante Betti (2001). Então, se não há m dia no esporte, não há patrocínio, não há receita.

As reclamações não se restringem aos clubes com menos orçamentos e tempo de fundação, como Carajás e Gavião, fundados em 1997 e 2009, respectivamente. Presientes de clubes seculares, como a Tuna Luso (1905) e o Castanhal (1924) também acreditam que seria justa maior participação não apenas nas cotas repassadas pela FPF, mas também no número de transmissões de partidas pela TV Pública paraense, como afirmam Graciete Maués e Helinho Júnior.

Eu vejo e gostaria que o futebol fosse visto de forma mais igualitária porque o que a gente vê são as diferenças. Existem muitas diferenças. E isso prejudica um pouco o futebol, mas eu tenho cobrado, colocado nas minhas falas. Eu sempre falo isso (...) A Tuna e os clubes do interior tem que lutar por igualdade. Tudo é futebol. Isso tem que acabar. E futuramente, as coisas vão mudar. A Tuna vem pra fazer historia (MAUÉS, 2021, informação verbal).

Nós estamos muito gratos ao Governo do Estado, que todo ano sempre apoiando os clubes, principalmente o futebol paraense. Referente à divisão, a gente tem uma preocupação porque é feita uma divisão muito diferenciada pra Remo e Paysandu, referente ao restante dos clubes que disputam o campeonato. Mas, ele tem o critério deles, é uma questão de diálogo que a gente está tentando fazer que valorize um pouco mais o restante das equipes, até mesmo porque os jogos televisionados estão sendo maiores, referente às cotas que eram passadas por mediante a jogos. Então, o Castanhal tem esse pensamento de buscar diálogo pra buscar um pouco mais essa valorização (JUNIOR, 2021, informação verbal).

Diante da triangulação entre o aporte teórico-metodológico e as técnicas de análise de dados apresentados, é possível inferir que os clubes recebem os recursos repassados pela FPF e destinam ao custeio do departamento de futebol profissional durante o campeonato paraense, a exceção do Remo, que vem coletivizando o pagamento das dívidas trabalhistas por meio de recursos públicos. Nessa lógica, mesmo podendo atrair mais investimentos, Remo e Paysandu não destinam parte dos investimentos públicos nas categorias de base, nem futebol feminino, como acredita o Banpará, banco que tem como missão contribuir para o desenvolvimento do estado.

Os clubes que tem menores receitas e menor visibilidade na grade da TV Pública acabam investindo tudo o que tem no time para garantirem o máximo de competitividade durante o campeonato que tem duração de apenas três mês.

Ainda que o Paysandu tenha um portal da transparência, os demais clubes e, principalmente, a FPF precisam investir em transparência. Sem a transparência dos atos praticados no campo futebolístico, tanto pelos clubes, quanto pela FPF, o futebol paraense fica menos atraente para o mercado. Com menos participação do

mercado nos investimentos, o futebol paraense se torna dependente do governo que, por sua vez, adota mecanismos para tornar a TV Pública uma extensão da assessoria governamental. As regras aqui evidenciadas ocorrem em espaços sociais ou campo, de acordo com Bourdieu (1987). É nele que se internaliza no sujeito regras construídas no campo da socialização, afetando a maneira de ver e vivenciar as relações sociais. Dessa forma, o que determina a existência de um campo e demarca os seus limites, segundo o autor, são:

Os interesses específicos, os investimentos econômicos e psicológicos que ele solicita a agentes dotados de um *habitus* e as instituições nele inseridas. O que determina a vida em um campo é a ação dos indivíduos e dos grupos, constituídos e constituintes das relações de força, que investem tempo, dinheiro e trabalho, cujo retorno é pago consoante à economia particular de cada campo (BOURDIEU, 1987, p. 124).

O *habitus* que estabelece as regras do jogo garante a manutenção das estruturas estruturantes e estruturadas agindo no campo do futebol paraense. Sempre se busca mais recursos, alicerçados na lógica de que o maior, o mais tradicional merece receber a maior parte do dinheiro, consequência do que Bourdieu argumenta como Poder Simbólico, sendo definido como um “[...] poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7).

Remo, Paysandu e FPF acumulam historicamente poder a partir dos capitais econômico, social e cultural, mantendo uma espécie de violência simbólica (BOURDIEU, 1998) contra os clubes, especialmente do interior. Dessa forma, legitimam a cultura dominante que, imposta, é naturalizada pela sociedade, pelo Estado e pela mídia. No caso em tela, FUNTELPA e BANPARÁ.

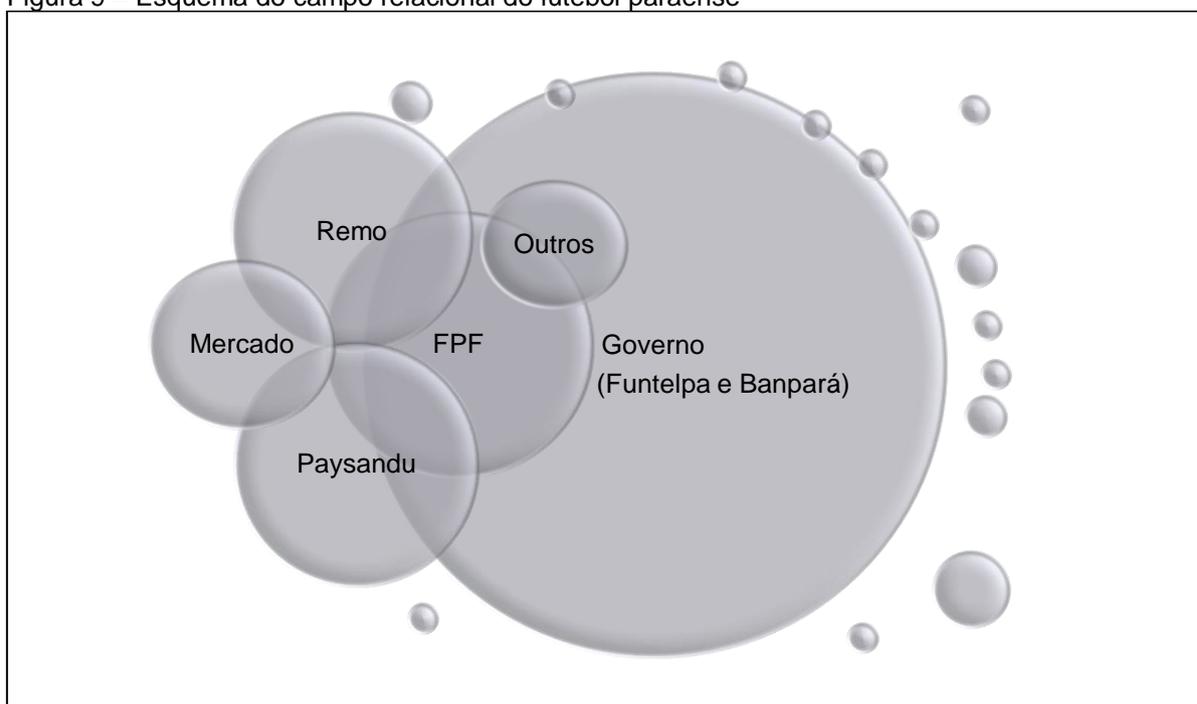
Logo, diante das estruturas estruturadas e estruturantes que atuam no campo do futebol paraense, é possível vislumbrar o desenvolvimento do esporte, a partir das proposições de Vazquez Barquero (2002), quando afirma que o desenvolvimento endógeno pode ser visto como “[...] um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento que leva à melhoria do nível de vida da população” (VAZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 41). Conectando com o futebol, só é possível concluir que o potencial de um estado com tamanho continental, encravado nas complexidades da Amazônia, está nas crianças, no esporte educacional e nas

categorias de base. O caminho exige quebra de paradigmas dominantes que imperam no futebol do Pará. Este trabalho propõe alguns caminhos.

6.7 Reflexões sobre o atual modelo de financiamento e o desenvolvimento do futebol paraense

A partir do método de interpretação proposto por Bourdieu, é possível elaborar um esquema do campo relacional do futebol paraense e os agentes que o compõem. No esquema a seguir (Figura 8), é possível observar onde as relações são mais intensas. Nele, se nota que se que o governo, no campo representado pela FUNTELPA e BANPARÁ, tem uma grande intercessão abarca praticamente toda a FPF. Afinal, como exposto neste trabalho, a maior parte dos recursos da Federação são provenientes de contratos de patrocínio com o banco e convênio de cessão de imagens com a TV Pública paraense.

Figura 9 – Esquema do campo relacional do futebol paraense



Fonte: Elaboração do autor (2021).

Ademais, Remo, Paysandu e os outros (como forma de agrupar em um único subgrupo os demais 10 clubes que disputaram o campeonato paraense em 2021) estabelecem relações com a FPF não apenas por esta representá-los, mas por ser a responsável pelo repasse dos recursos aos clubes. Remo e Paysandu ainda se

conectam com o mercado, haja vista que conseguem captar outras formas de recursos, como venda de camisas, programas de socio-torcedor e patrocínios de empresas, mas fazem intercessão com FUNTELPA e BANPARÁ muito mais do que com o mercado. Porém, estão melhores posicionados que os outros, que dependem do governo para disputarem o campeonato.

O dinheiro do povo em campo para financiar o futebol paraense não é visto unanimemente como a melhor opção. É bom que se diga que é um alento. Afinal, como já foi reiterado neste estudo, o Estado deve investir, em casos específicos, no esporte de rendimento e priorizar as manifestações esportivas educacional e de participação, como prevê a Constituição Federal.

Além disso, vale reiterar também que a Federação deve preservar pela autonomia na organização e promoção do futebol paraense; a TV Pública tem, entre tantas competências na comunicação pública, dar visibilidade ao que as empresas comerciais não mostram; e um banco estatal promover o desenvolvimento econômico e *social* sustentável, ainda que exija como contrapartida visibilidade da marca.

E os clubes? É preciso parar de pensar que os clubes são apenas diversão e entretenimento. Futebol não é apenas alienação, como pensam muitos governantes, e não é apenas negócio, como a diz a maioria dos dirigentes. Os clubes precisam assumir a responsabilidade social que está no estatuto da grande maioria, especialmente na pandemia. É atuar onde o Estado é negligente. O atual modelo não é visto como o melhor caminho por todos, mas segue imperando. Algumas pontuações podem ser feitas a partir das entrevistas, a ver:

a) “Tem uma parcela muito grande do governo” é a visão do presidente do Paysandu, Mauricio Ettinger. Para ele, um caminho é atrair maior participação do mercado, atraído por um aumento no leque de transmissões para além do estado.

b) “Poderia ter outros caminhos” no mercado é a constatação do presidente da FPF, Adelson Torres. Pensando em aumentar a arrecadação da federação, Torres acredita que mais contratos com setor privado resultaria em melhores contratações para os clubes

c) “Os clubes reclamam sempre de dinheiro” foi a percepção do presidente da FUNTELPA, Hilbert Nascimento. Porém, ponderou que os clubes se esquecem de profissionalizar e cuidar do produto para exigir mais recursos, seja do governo, seja do mercado.

d) “Orientação do governo...”, segundo o presidente do BANPARÁ, Braselino Assunção, é ajudar os clubes, mas, depois, deixar que caminhem com os próprios pés. Assunção acredita que, em breve, os clubes terão administração profissional para não dependerem do Estado para bancar as competições que participam.

e) “Outros meios” para o desenvolvimento do futebol paraense, segundo o vice-presidente Paulo Romano, estão no investimento nas categorias de base e na 2ª Divisão do Campeonato Paraense. Para ele, a FPF resolveu o problema da 1ª Divisão e não buscou outras formas de captar recursos.

Pensar em outros meios para que os clubes que vivem reclamando da falta de dinheiro possam trilhar outros caminhos não é simples e exige algumas reflexões importantes, especialmente na perspectiva econômica.

De acordo com o Plano Plurianual (PPA 2020-2023) do Governo do Pará (2019), a região Guajará, que compreende os municípios da Região Metropolitana de Belém (RMB)²⁵, é responsável por 29% do PIB R\$ 39 bilhões. Na composição do PIB, os serviços contribuíram com 55%, a atividade da administração pública com 17%, a indústria com 13%, a agropecuária com 0,2%, e os impostos sobre produtos com 15%.

Em relação ao emprego formal, os três setores que mais empregam na região Guajará são: comércio (92.511), administração pública (149.786) e serviços (186.804), o equivalente a 46% do total do Pará e, com a menor taxa de pobreza entre as regiões, com 20,88%. Por outro lado, na balança comercial, a região tem baixa participação nas exportações, com 2,7% e a segunda maior participação do estado nas importações, com cerca de 13%. Isto se deve ao modesto parque industrial que conta com 1.547 indústrias, gerando 29.907 postos de trabalho formais e participação de 13% do PIB industrial do estado.

Os números mostram, assim, a cidade de Belém, no contexto da Região Metropolitana, especializada em serviços, concentrando boa parte dos empregos e tem incremento de 55% do PIB da região. A renda média da população está em 1.542 reais; 41,53% vivem abaixo da linha da pobreza e cerca de 84% vivem em domicílios sem esgotamento sanitário

²⁵ A Região de Integração (RI) Guajará, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é formada por cinco municípios: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará (PARÁ, 2019).

A dinâmica econômica do Estado mostra uma descentralização da indústria e grande atividade da mineração e do agronegócio são voltadas para o mercado externo. São atividades relacionadas às commodities. O futebol brasileiro tem visto empresas do agro, ainda que timidamente, patrocinarem clubes, a exemplo a Cooperativa Central Aurora Alimentos, um dos maiores grupos agroindustriais de carnes do país, que renovou contrato de patrocinadora da Chapecoense (SC) pelo 14º ano consecutivo. O valor não foi anunciado, mas em 2020, o clube recebeu R\$ 4,5 milhões; A *New Holland Agriculture* anunciou em junho patrocínio ao Juventude/RS.

Com o objetivo de fortalecer e conectar o agro com todos os segmentos da sociedade, a marca de tratores e colheitadeiras sediada em Turim, na Itália, fechou a parceria logo após o retorno do clube de futebol à série A; A Agro Amazônia, com faturamento de R\$ 2 bilhões no ano fiscal de 2020-2021, é uma das principais distribuidoras de insumos presente nos estados Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Pará, Tocantins e Rondônia. Fechou neste ano um contrato de patrocínio com o Cuiabá Esporte Clube. A empresa de origem mato-grossense investirá R\$ 2,7 milhões no clube até abril de 2022. Observa-se que nenhuma delas superou os valores investidos pelo governo, no Pará.

No caso do futebol paraense, a capital especializada em comércio e serviço e o interior voltado para atividades de exportações, características que levam à hipótese de que podem restringir o número de patrocinadores que tenham aportes equivalentes ou superiores aos que são feitos pelo governo. Na outra ponta, onde está a visibilidade, as empresas locais de comunicação tem pouca vocação para transmissões de partidas de futebol. Neste caso, a TV Pública estaria, de fato, complementando uma programação não contemplada pelas emissoras locais. Porém, seguindo a lógica de mercado, pagando valores diferentes para os clubes e priorizando Remo e Paysandu, visando maiores índices de audiência.

O caminho para outras formas de captar recursos para o futebol pode ganhar uma nova pavimentação. Em agosto de 2021, o presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei do clube-empresa (Lei nº 14.193/2021), de iniciativa do senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), por meio do Projeto de Lei nº 5.516/2019, que criou o Sistema do Futebol Brasileiro, mediante tipificação da Sociedade Anônima do Futebol (SAF).

Com a SAF, o departamento de futebol das associações esportivas sem fins lucrativos poderia migrar, por vontade própria, para o modelo de sociedade anônima

e emitir títulos com a regulação dos clubes pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)²⁶. As regras valem apenas para o futebol profissional masculino e feminino. Além disso, os clubes poderiam pedir recuperação judicial, negociar as dívidas por meio da justiça, parcelar dívidas, permitindo a separação das obrigações civis das trabalhistas, sem repassá-las à SAF.

Além dessas benesses, a lei cria uma tributação específica para o futebol, a Tributação Específica do Futebol (TEF). Como as associações são isentas total ou parcialmente de alguns tributos, a ver o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), passariam contribuir com alíquota única de 5% nos primeiros cinco anos da instituição da SAF, que incidiriam sobre a receita bruta – o que inclui aporte de patrocinadores, vendas dos direitos de imagem, bilheteria, assinaturas de programas de sócio torcedor, entre outros. A partir do sexto ano, a alíquota cairia para 4%, porém, passaria a incidir também os direitos econômicos de atletas.

A lei, porém, foi sancionada com vetos pelo Presidente da República, que rejeitou a tributação específica alegando que a medida viola a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Bolsonaro também vetou dois itens que aumentariam a transparência em relação aos proprietários dos clubes: fundos de investimento com participação maior do que 10% sobre o clube-empresa deveriam revelar os nomes dos cotistas e o clube-empresa deveria informar a composição acionária (nomes, quantidades de ações e percentual de cada acionista). O monitoramento em relação aos investidores com participação em vários clubes-empresas ajudaria a combater manipulação de resultados e a lavagem de dinheiro.

Outro ponto vetado foi trecho do texto original que permitia o clube-empresa buscasse recursos no mercado de valores mobiliários (ações, debêntures, cotas de fundos de investimento, contratos futuros e derivados). Além disso, a empresa poderia emitir um tipo de debênture específico para o futebol, no qual não haveria a cobrança do Imposto de Renda (IR) por parte do governo, estimulando seu uso para financiar a atividade. Com os vetos, a lei perde a finalidade. Por isso, o senado

²⁶ Um dos títulos que poderiam ser emitidos são as debêntures-fut, com prazo mínimo de dois anos de vencimento e remuneração mínima igual à da poupança, permitindo-se remuneração variável vinculada às atividades da sociedade.

derrubou os vetos e encaminhou para apreciação da Câmara dos Deputados em outubro de 2021.

É importante que se diga que não havia nenhum impedimento no ordenamento jurídico brasileiro para que os clubes de futebol adotassem regime jurídico diverso, típico das sociedades empresárias. Ou seja, sempre foi lícito que os clubes se estruturassem como Sociedades Limitadas (LTDA) ou Sociedades Anônimas (S. A.). O modelo do *Red Bull Bragantino*, por exemplo, é estruturado sob a forma de Sociedade Limitada.

Há mudanças também, por força de lei, nas regras de comercialização dos direitos de transmissão. O Presidente da República, em setembro de 2021, sancionou a Lei nº 2336/2021, conhecida como Lei do Mandante, que alterou a Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé). A Lei Pelé previa que o direito de transmissão de um evento, no caso, uma partida de futebol, pertencia aos dois clubes, o mandante e o visitante. Ou seja: uma partida só poderia ser transmitida se as duas equipes tivessem, a rigor, contrato com a mesma empresa.

Com o novo regramento, os clubes têm o direito de negociar a transmissão e a reprodução dos jogos quando forem os mandantes independentemente dos contratos firmados pelo visitante. Ou seja, a emissora de TV interessada em transmitir uma partida de futebol precisa negociar apenas com o time mandante, a equipe que joga em casa. Ademais, permite ao clube mandante a transmissão do evento, abrindo possibilidade de obtenção de recursos para as equipes de futebol.

Na prática, os efeitos da Lei do Mandante só poderão ser vistos no Campeonato Brasileiro da Série B de 2022, quando os contratos dos clubes com a TV Globo encerrarão e um novo período de negociação se iniciará. Na primeira divisão, a maioria dos contratos encerra apenas em 2024.

Para além dessas mudanças na legislação, as iniciativas dos clubes em abrir novos mercados para atrair investimentos para o futebol. O Flamengo (RJ), que anunciou a readequação orçamentária deste ano e prevê um *superávit* de R\$ 984 milhões - somando com a premiação da Copa Libertadores já garantida, atingindo a marca de R\$ 1 bilhão, estuda comprar clubes pelo mundo.

O primeiro passo na estratégia do clube carioca seria comprar o Tondela, de Portugal, ainda em 2021. A negociação, que prevê aporte de investidores de cerca de 50 milhões de euros, seria o primeiro passo para o Flamengo se tornar uma espécie de conglomerado de agremiações pelo mundo, ampliando a presença da

marca do clube para além das fronteiras brasileiras que garantem uma base de milhões de torcedores.

Enquanto isso, no Pará, 23 clubes disputam a 2ª Divisão do Campeonato Paraense. Apenas dois clubes garantem o acesso e vão disputar a 1ª Divisão em 2022. O restante das equipes encerrará as atividades após a disputa de uma competição que começou no dia 16 de outubro e está prevista para encerrar na primeira quinzena de dezembro. São mais de 530 jogadores que terão os contratos encerrados no final do ano, sem contar com os 100 membros de comissões técnicas. Para além do Pará, a região norte segue desde 2005 sem nenhuma equipe no Campeonato Brasileiro da Série A. Um esporte que movimenta tantos recursos precisa refletir sobre financiamento e política pública.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, esta pesquisa se arvorava para buscar explicações do porquê a região norte captou cerca de 2% dos recursos captados em projeto na Lei de Incentivo ao Esporte. Com as mudanças ocorridas no cenário político brasileiro, que resultou na extinção do Ministério do Esporte, buscou-se - se é que assim pode-se dizer – segurança científica para estudar o financiamento público no esporte.

A partir de algumas inquietações que não se encerraram com esta investigação, procurou-se entender porque no Pará uma TV Pública transmite partidas de clubes de futebol a partir da liberação milionária de recursos públicos. A partir disso, surgiu, então o problema: como tem se dado a política pública de financiamento do futebol profissional masculino do Pará e as relações entre instituições públicas (Estado) e a TV pública (Cultura/FUNTELPA) no período de 2005 a 2021?

Por essa razão, esta pesquisa se aproximou do futebol paraense com o objetivo principal analisar a política pública de financiamento do futebol profissional masculino do Pará, a partir das relações entre instituições públicas (Estado) e a mídia pública (TV Cultura/FUNTELPA). Em mais de uma década, a Federação Paraense de Futebol recebeu cerca de 70 milhões de reais da SEEL, FUNTELPA e BANPARÁ. A maior parte desse recurso foi repassada aos clubes de forma desigual, justificada pela tradição de Remo e Paysandu, detentores das maiores torcidas do estado. Desigual, também, vem sendo a lógica que a TV Pública adotou para transmitir mais jogos de Remo e Paysandu, dando menos visibilidade aos clubes que disputam o campeonato paraense. Estabelece-se, então, uma estrutura que dificulta o desenvolvimento do futebol paraense por não se exigir investimentos nas categorias de base e no futebol feminino.

Para se chegar a estas conclusões, foi preciso descrever as relações históricas entre Estado e Esporte e as políticas públicas de financiamento do esporte no Brasil e no Pará; caracterizar o papel da TV pública no Brasil e a atuação da TV Cultura/FUNTELPA no financiamento do futebol profissional masculino no Pará e identificar as formas de financiamento e as desigualdades de capitais no financiamento do futebol profissional masculino do Pará e interpreta-las a partir da praxiologia proposta por Bourdieu.

Não à toa, Remo e Paysandu se consolidam como os clubes que mais vencem os campeonatos estaduais. Nos últimos dez anos, a dupla só não foi campeã em 2011 (Independente) e 2012 (Cametá). A tradição e a rivalidade criadas a partir dos festivais esportivos e da mídia ajudam a justificar as desigualdades de capitais e de poderes, exemplificando o *habitus* dos agentes que seguem as regras estabelecidas no que Bourdieu chama de estruturas estruturadas e estruturantes no campo do futebol paraense.

Dessa forma, esta pesquisa tem como relevância social contribuir com o debate sobre a política pública de financiamento do esporte paraense, disponibilizando a esportistas e instituições públicas algumas análises que possam acrescentar novas perspectivas sobre o uso dos recursos públicos e possibilidades de financiamento do esporte.

Este trabalho, longe de ser a palavra final, sugere alguns caminhos após a análise dos dados coletados, a fim de contribuir com o desenvolvimento do esporte paraense a partir da formulação de política pública que observe não apenas o esporte de alto rendimento, como o futebol, mas as outras manifestações esportivas. Dessa maneira, propõe-se, do ponto de vista científico-esportivo, ampliar estudos sobre financiamento de políticas públicas no esporte nas universidades paraenses. Após a pesquisa bibliográfica, pode-se concluir que praticamente inexistem trabalhos acadêmicos que se debrucem sobre análise da aplicação dos recursos públicos no esporte no Pará. Um dos poucos exemplos, para além deste estudo, é o de Moreira (2020), que analisou o financiamento das políticas públicas de esporte no Governo do Estado do Pará, de 2012 a 2016. Por isso, é fundamental que os programas de pós-graduação e de extensão universitária, especialmente das universidades públicas, atentem-se para a necessidade de promover estudos e pesquisas sobre planejamento, gestão, ciências do esporte para profissionais que atuam no campo.

Ao mesmo tempo, uma articulação jurídica-esportiva é fundamental para resgatar um diálogo que praticamente perdeu força em 2015 e se defuntou em 2018 após a extinção do Ministério do Esporte: a criação do Sistema Brasileiro do Desporto, do Sistema Nacional do Esporte e dos Sistemas de Desporto dos Estados, Distrito Federal e Municípios, organizados de forma autônoma e em regime de colaboração, observando o princípio da descentralização, com organização e funcionamento harmônicos de sistemas desportivos diferenciados e autônomos de

cada ente federativo, cujo objetivo é garantir a prática desportiva regular e melhorá-lo o padrão de qualidade. Ou seja, a efetivação do Sistema Estadual do Esporte em consonância com o ordenamento jurídico previsto na Lei nº 9.615/1998 e no Decreto nº 7.984/2013.

Outro ponto importante é a efetivação do FEEL. O fundo criado junto com a SEEL, em 1997, através da Lei nº 6.093/1997, regulamentada pelo Decreto nº 3.084/1998, e alterada pela Lei nº 6.214/1999, estabelece a organização desportiva do Estado do Pará e determina que o FEEL, gerido pela SEEL, garanta apoio financeiro aos programas e projetos constantes da política estadual de esporte e lazer.

O ordenamento jurídico que prevê a composição do Sistema Estadual do Desporto existe. Em tese, no art. 10, a lei prevê que compõem o Sistema Estadual de Desporto e Lazer as secretarias executivas de Esporte e Lazer e de Educação, e o Conselho Estadual de Esporte e Lazer. Este, de fato, existe apenas no papel. O órgão colegiado de caráter normativo e deliberativo, representante da comunidade desportiva paraense, teria 11 integrantes e a incumbência de fazer cumprir os princípios e preceitos da legislação federal e estadual do desporto; fornecer subsídios técnicos para a elaboração do plano estadual do desporto; estabelecer normas, em forma de resoluções, que garantam os direitos, e impeçam a utilização de meios ilícitos nas práticas desportivas no âmbito do Estado; outorgar Certificado do Mérito Desportivo Estadual; acompanhar, orientar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros do Estado, destinado às atividades desportivas; conceder certificado de registro de entidades desportivas; exercer outras atribuições constantes da legislação desportiva (PARÁ, 1999). Nesse sentido, seria possível não apenas fiscalizar a aplicação dos recursos, como deliberar sobre novas leis que possam garantir o financiamento do esporte no Pará.

O Projeto de Lei proposto pelo Deputado Estadual Dirceu Ten Caten (PT) está tramitando na Assembleia Legislativa do Pará desde março de 2021. A intenção é permitir ao contribuinte destinar até 2% do saldo devedor mensal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para do financiar até 80% do valor de projetos esportivos. Se aprovada, a lei se juntará ao pequeno rol de leis no Pará que garantem recursos para iniciativas esportivas, como a Lei Tó Teixeira e Guilherme

Paraense, que, em 2021, teve o edital de chamamento suspenso²⁷ pela Prefeitura de Belém, e o Bolsa Talento, do Governo do Pará, que contempla esportistas de alto rendimento que tenham obtido resultados relevantes em competições locais, nacionais e internacionais. Em nível federal, a Lei de Incentivo ao Esporte também pode destinar mais recursos ao Pará, haja visto que os projetos incentivados estão se concentrando nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Por isso, é importante que as cidades médias no Pará que, de acordo com o IBGE (s. d.), tem entre 100 e 500 mil habitantes, passem a discutir não apenas o Sistema Municipal do Esporte e Lazer, mas leis que possam incentivar práticas esportivas nos municípios. Isto representaria um universo de 17 municípios paraenses para além da capital. Isso exigiria investimentos em formação e qualificação de recursos humanos não apenas para a proposição das leis, mas para a elaboração de projetos que se enquadrem nas exigências previstas no ordenamento jurídico.

Outro ponto que se sugere é um programa estadual de formalização do esporte. De acordo com a Receita Federal, até 2019, o número de Pessoas Jurídicas de natureza privada (399-9), com CNAE principal 93.12-3/00 (Clubes sociais, esportivos e similares), em situação ativa no cadastro CNPJ era 320 presentes em apenas 80 dos 144 municípios paraenses. A Região Metropolitana de Belém é responsável por 89 dessas associações. Mas há um número sem fim de agentes sociais²⁸ que promovem esporte e lazer em áreas periféricas da capital e do interior que não tem recursos para formalizar uma associação, afinal, os gastos estão estimados em mais de dois mil reais. A formalização dessas iniciativas é importante para planejamento e execução de políticas públicas.

²⁷ Segundo a Prefeitura de Belém, a Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer (Sejel) atendeu a uma medida cautelar do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA) que suspendeu o Edital nº 001/2021 de chamamento público para seleção de Projetos Esportivos Amadores de Relevância Social. O Edital trazia cinco faixas de valores destinados aos projetos: R\$ 5 mil; R\$ 10 mil; R\$ 25 mil; R\$ 50 mil; e R\$ 100 mil. As inscrições estavam abertas para atletas individuais, grupos ou entidades legalmente constituídas envolvidas com o esporte amador em Belém. Um dos objetivos do novo edital era propiciar para que grupos de minorias como de mulheres, quilombolas, indígenas, comunidade LGBTQIA+ e ribeirinhos sejam incluídos e contemplados com os recursos.

²⁸ Os agentes sociais são indivíduos agrupados na defesa de interesses comuns de qualquer tipo, e que agem coletivamente na sociedade para conseguir seus objetivos, atuando nas múltiplas instâncias da organização social ou à margem delas. O conceito inclui qualquer situação desse tipo, independentemente do número de indivíduos, de suas formas de organização, da relevância de seus objetivos e da força efetiva que detenham em cada momento (MAGALHÃES FILHO, 2010, p.7)..

Em relação às atividades futebolísticas, é preciso voltar os investimentos para o desenvolvimento das categorias de base no Pará. Se os investimentos do Banpará, por ser um banco de economia mista, exigem como contrapartida apenas visibilidade da marca nas praças esportivas e camisas das equipes, esperava-se da Funtelpa a exigência de investimentos progressivos nas divisões que formam novos atletas para o futebol.

Investir em categoria de base vai muito além da formação de mão de obra para o mercado do futebol. No Pará, não se tem estatísticas sobre o número de garotos e garotas que começam a praticar o esporte como lazer, no contra turno da escola, ainda na primeira infância. A quantificação é importante. Mas, sobretudo, garantir o acesso dessas crianças ao esporte é fundamental para o exercício pleno da cidadania. Ou seja, a função social dos clubes não deveria ser perdida de vista pela necessidade de formar equipes competitivas nas competições profissionais.

Assim, é desejável que a Federação de Futebol, com os recursos que recebe tanto da CBF, quanto do Governo, promova mudanças consideráveis na realização de competições das categorias de base. O que se propõe aqui é o oposto do que acontece atualmente: o campeonato paraense masculino que ocorre uma única vez no ano e tem curta duração, com baixa participação de clubes do interior.

Nesse sentido, é desejável que a Federação estimule os clubes da capital e do interior a formarem equipes para disputarem campeonatos com fases iniciais regionalizadas e longas voltadas para crianças (leia-se meninos e meninas) de 6 a 15, transmitidas parceria com a TV Pública, como forma de difundir e promover a prática esportiva entre os mais jovens. Além disso, com os recursos públicos recebidos, a FPF deveria investir em infraestrutura para treinamento em cidades médias e qualificação de profissionais por meio da realização de cursos e treinamentos em parceria com universidades e instituições relacionadas ao esporte. Mas, para que se consiga atrair mais investimentos do mercado, é preciso desenvolver mecanismos de transparência e governança.

Com essas mudanças, seria possível promover mais jogos e maior experiência aos atletas. A partir dos 16 anos, a FPF e os clubes deveriam promover a participação das equipes em competições regionais e nacionais, proporcionando em troca de vivências que vão trazer não apenas rendimento em campo, mas cultura e cidadania para os jovens.

O futebol paraense (e é bom que se diga do Norte e Nordeste do Brasil) precisa se articular em torno de soluções para a inserção precoce em projetos que CBF realiza para desenvolver o futebol. No site da Confederação, é possível encontrar competições que compõem um programa chamado Liga de Desenvolvimento. São campeonatos voltadas para as categorias sub-13 masculino e sub-14 e sub-16 femininos. Nas três competições que serão realizadas em dezembro de 2021, apenas clubes dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal participaram.

Hoje, a realidade é outra. A CBF organiza, em nível de categoria de base masculino, a Copa do Brasil nas categorias sub-20 e sub-17 e o Campeonato Brasileiro também nas categorias sub-20 e sub-17. O Estado Pará só teve, em 2021, representante na Copa do Brasil sub-20. O Bragantino disputou a competição, mas foi eliminado, logo na primeira fase, após ser goleado por 5 a 1 para o ABC, clube de Natal/RN. A tradicional Copa São Paulo de Futebol Juniors, promovido pela Federação Paraense de Futebol, vai retomar a tradicional Copa São Paulo em janeiro de 2022. Bragantino e Castanhal serão os representantes do Pará na maior competição de categoria de base do mundo, que existe há mais de 50 anos. Na última edição, realizada em 2020, o Pará teve Carajás, que foi eliminado na primeira fase, e Desportiva Paraense – clube empresa de Marituba –, que até passou para a segunda fase, mas foi eliminada pelo Oeste/SP por 2 a 1.

Onde estão Remo e Paysandu, os clubes que mais receberam recursos públicos, que não estão disputando essas competições? As respostas para estas questões exigiriam outra pesquisa. Mas, não há como negar, que após a análise das entrevistas, os clubes do interior – A Tuna é da capital, mas está inclusa – foram o grupo de clubes que sofrem com a violência simbólica e, dentro da estrutura do futebol paraense, acabam compactuando com a desigualdade de recursos recebidos, principalmente no campeonato paraense.

Por muitos anos, a TV Globo, que ainda detém o maior portfólio de jogos do futebol brasileiro, promoveu desigualdade na distribuição de recursos usando uma lógica de mercado que se entranhou no país e serviu como justificativa para tal: quanto mais audiência e mais torcedores, mais dinheiro na conta. Em virtude disso, Flamengo e Corinthians lideravam, no Rio e em São Paulo, assim como Remo e Paysandu lideravam, no Pará. A diferença é que a TV Globo, por mais que se discorde, é uma empresa de comunicação e, por ser empresa, tem compromisso

com lucros. A TV Pública do Pará não tem essa prerrogativa, logo, não pode usar como justificativa.

Dessa forma, este trabalho sugere: cotas iguais para os clubes que participam do campeonato paraense, independentemente de audiência ou número de jogos transmitidos. A decisão de passar mais ou menos jogos não é do clube do interior, mas sim, da gestão da Funtelpa, que não tem um conselho curador para apreciar pautas como esta. Mas, os clubes precisam de mais recursos para fazer mais investimentos.

Fazer mais investimentos, neste caso, não é contratar mais jogadores para disputar o campeonato estadual ou pagar dívidas de gestões passadas com dinheiro público, como acontece no Clube do Remo. Investimentos de parte do que se recebe do dinheiro do povo são sinônimos do que é desejável para o desenvolvimento do futebol: centro de treinamento, qualificação de profissionais e ampliação das categorias de base, especialmente as de idade mais inferiores, como sub-12, sub-10 e sub-8. Se tal exigência não partir do Governo, através do Banpará e da FUNTELPA, fiscalizado pela FPF, não tende a dar certo. É um pacto que precisa ser feito e assumido como compromisso.

Hoje, o *habitus* dos cartolas visa lucros (mesmo que estejamos falando de associações esportivas sem fins lucrativos) imediatos, com contratações e vendas de jogadores que possam render retornos milionários aos clubes em curto período de tempo. Porém, investir na função social do clube, contribuindo para a promoção da prática do esporte e lazer como direito de todos, pode resultar em times mais competitivos a médios e longos prazos. Se for para apenas se ter lucros, não há razão para o Estado abrir mão dos impostos das associações esportivas.

Garantir mais recursos não apenas a Remo e Paysandu significa tornar o campeonato paraense mais atrativo do ponto de vista do mercado. Com mais recursos para os outros 10 clubes, pode garantir mais competitividade ao futebol paraense, tornando o campeonato mais equilibrado. É difícil propor isto diante da estrutura estruturada e estruturante existente no futebol paraense em que as regras do jogo dos agentes que formam esse campo é garantir a manutenção da hegemonia da dupla Re x Pa detém no futebol. Enquanto isso, o desenvolvimento parece ter batido na porta de outros estados.

O futebol paraense, que teve o primeiro campeão brasileiro da Série D em 2009, vê o futebol cearense ter três representantes do interior na Série C 2022, junto

com o Paysandu. Por que a comparação com o futebol cearense? O futebol paraense detém três títulos da segunda divisão nacional (Paysandu em 2001 e 1991; Tuna em 1985), o cearense um (Fortaleza em 2018). Quais as razões para essa ultrapassagem? Hoje, as realidades são bem distintas. Enquanto o Paysandu disputa pelo terceiro ano consecutivo a Série C e o Remo retorna para a Série B após 13 anos, Ceará e Fortaleza fazem campanha invejável na Série A do Campeonato Brasileiro e, na história recente, alcançaram resultados expressivos. O Ceará foi campeão da Copa do Nordeste e disputou a Copa Sulamericana em 2020, O Fortaleza foi campeão da Copa do Nordeste e disputou a Copa Sulamericana em 2019.

O que aconteceu no futebol cearense? Além da gestão profissionalizada, com remuneração para os profissionais que trabalham em vários departamentos dos clubes, Ceará e Fortaleza deram um passo importante ao implantarem regras de compliance, termo originado do verbo em inglês *to comply*, que significa agir de acordo com uma regra, uma instrução interna, um comando ou um pedido, ou seja, estar em “compliance” é estar em conformidade com leis e regulamentos externos e internos.

Portanto, manter uma instituição em conformidade significa atender aos normativos dos órgãos reguladores, de acordo com as atividades desenvolvidas pela sua empresa, bem como dos regulamentos internos, principalmente aqueles inerentes ao seu controle interno. O que os cearenses estão dizendo é: Além de manter as informações seguras e seu negócio sempre funcionando, as organizações precisam mostrar, e comprovar, para o mercado que estão adotando as boas práticas. Para isso as organizações precisam estar em conformidade, ou em compliance.

O que tem feito a Federação Paraense de Futebol para garantir mais transparência no futebol? E os clubes? O Paysandu lançou o portal da transparência no site oficial do clube. Mas como isto é utilizado? O governo não poderia exigir mais transparência com o uso público dos recursos?

Outro mecanismo importante para a gestão do futebol é fair play financeiro. Foi colocado em prática na Europa, especialmente no futebol espanhol. Mas, será que todas as práticas que são implementadas na Europa vão necessariamente dar certo nos clubes do Pará? A perspectiva decolonial ajuda a romper com o pensamento colonialista. Os clubes paraenses precisam encontrar, endogenamente,

os caminhos para o desenvolvimento de um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local, utilizando o potencial de desenvolvimento que leva à melhoria do nível de vida da população, incluindo a esportiva. É preciso melhorar a capacidade de competir no mercado local e globalizado. Ou seja: é necessário investir em estratégias que venham a valorizar os potenciais locais de desenvolvimento, na tentativa de inseri-lo num contexto globalizado. Para se chegar às divisões superiores, é necessário investir no paraense, na região, nas categorias de base.

O dinheiro público arrecadado do povo deveria ter essa função. A Constituição Federal vem sendo atropelada há mais de uma década. O que era pra ser em caso específico, virou regra e vem se consolidando como uma política pública canhestra. O dinheiro do povo deveria entrar em campo para financiar o desenvolvimento do futebol paraense e não reproduzir desigualdades históricas. Se a última vez que um clube paraense disputou a Série A foi em 2005, a política precisa ser reavaliada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, B. S.; MARCHI JÚNIOR, W. O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 73-92, 2010.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia de Letras, 2008. p. 26-71.
- ATHAYDE, P.; MASCARENHAS, F.; SALVADOR, E. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 37, n. 1, p. 2-10, 2015.
- BALZANO, O. N.; MUNSBERG, J. A. S.; SILVA, G. F. Futebol como ferramenta e estratégia decolonial: contribuições “outras”. In: SEMANA CIENTÍFICA DA UNILASALLE, 14., 2018, Canoas. **Anais [...]**. Canoas: UNILASALLE, 2018. 9 p.
- BALZANO, O. N.; SILVA, G. F. Futebol a maior expressão popular do Brasil: movimentos decoloniais. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, São Paulo, v. 10, n. 38, p. 314–328, 2018.
- BARBANTI, V. O que é esporte? **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 54–58, 2012.
- BARBEIRO, H.; RANGEL, P. **Manual do jornalismo esportivo**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2011.
- BELÉM. **Decreto Municipal n.º 35416, de 25 de junho de 1999**. Regulamenta a Lei n.º 7.850, 17 de Outubro de 1997, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a realização do Município de Belém. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, [1999].
- BELÉM. **Lei n.º 8022, de 10 de julho de 2000**. Dispõe sobre a criação, composição, composição, competência e funcionamento do conselho municipal de esporte e lazer de Belém e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal de Belém, [2000].
- BERNARDES, C. Apenas dois partidos no regime militar. **Camara.leg.br**, Brasília (DF), 01 out. 2006, 09:52. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/90158- apenas-dois-partidos-no-regime-militar/>. Acesso em: 11 fev. 2021.
- BERWANGER, A. M. B.; PRIOR, J. Maiores públicos do futebol do Norte. **Rsssfbrasil.com**, [S. l.], 2013. Disponível em: <https://rsssfbrasil.com/miscellaneous/attendn.htm>. Acesso em: 22 fev. 2021.
- BETTI, M. Esporte, televisão e espetáculo: o caso da TV a cabo. **Conexões**, Campinas, v. 1, n. 3, p. 74-91, 1999.

BETTI, M. Esporte na mídia ou esporte da mídia. **Motrivivência**, n. 17, p. 1-3, 2001.

BONI, V.; QUARESMA, J. Aprendendo a entrevistar : como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 68-80, 2005.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 1984.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da razão**. 9. ed. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. A secretaria. **Gov.br**, Brasília (DF), [S. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/composicao/orgaos-especificos/esporte>. Acesso em: 6 set. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Brasília (DF): Câmara dos Deputados, [1941]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 4 abr. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional 109/2021. Brasília (DF): Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Brasília (DF): Presidência da República, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11438.htm. Acesso em: 24 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008**. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. Brasília (DF): Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Estado, Estado-nação e sociedade Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas**, 2012. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/>

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BUCCI, E. É possível fazer televisão pública no Brasil? **Novos Estudos**, São Paulo, n. 88, p. 5-18, 2010.

BUCCI, E.; CHIARETTI, M.; FIORINI, A. M. Indicadores de qualidade nas emissoras públicas – uma avaliação contemporânea. **Série Debates CI**, Brasília, n. 10, p. 1-36, 2012.

BUENO, L. **Políticas Públicas do Esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. 2008. 296 f. Tese (Doutorado em em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração Pública de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

BUENO, W. C. Chutando prá fora: os equívocos do jornalismo esportivo brasileiro. *In*: MARQUES, J.; CARVALHO, S.; CAMARGO, V. (org.). **Comunicação e esporte: Tendências**. Santa Maria: Pallotti, 2005. p. 216.

CAMARGO, G. G. A. Do evolucionismo cultural de Morgan, Tylor e Frazer ao nascimento da antropologia da dança. **Revista "O Teatro Transcende"**, Blumenau, v. 23, p. 110-123, 2018.

CAPRARO, A. M. Mario Filho e a “invenção” do jornalismo esportivo profissional. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 213-224, 2011.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina. *In*: SORJ, B.; CARDOSO, F. H.; FONT, M. (org.). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. p. 4-20

CARNEIRO, F. H. S. *et al.* A matriz do financiamento público federal do esporte no Brasil. *In*: CARNEIRO, F. H. S.; MASCARENHAS, F. (org.). **O financiamento público do esporte no Brasil: análise e avaliação do Governo Federal**. Curitiba: Editora CRV, 2021. p. 21-49

CARNEIRO, F. H. S.; ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F. Era uma vez um ministério do esporte...: seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 01-22, 2019.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. 2. ed. Campinas: Papius, 1988.

CASTELAN, L. P. **As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)**. 2011. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, F. F. Comunicação, identidade e TV pública no Pará. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 149-167, 2012.

CASTRO, S.; POFFO, B.; SOUZA, D. O financiamento do esporte de alto rendimento no Brasil: uma análise do programa “Brasil no Esporte de Alto Rendimento” (2004-2011). **Revista Brasileira de Ciência e Movimento: RBCM**, Taguatinga, v. 24, n. 3, p. 146-157, 2016.

CINEGRAFISTA cai de uma altura de cinco metros e Re-Pa feminino é paralisado. **Oliberal.com**, Belém, 04 out. 2020, 10:49. Disponível em: <https://www.oliberal.com/esportes/cinegrafista-cai-de-uma-altura-de-cinco-metros-e-re-pa-feminino-e-paralisado-1.312395>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. Confederação Brasileira de Futebol tem como principal objetivo liderar e promover a prática esportiva do futebol no Brasil. **Cbf.com.br**, Rio de Janeiro, 21 maio 2018, 22:25. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/institucional/index/a-cbf>. Acesso em: 3 mar. 2021.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. Flamengo é o líder do ranking nacional de clubes 2021 da CBF. **Cbf.com.br**, Rio de Janeiro, 01 mar. 2021, 18:40. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/noticias/index/flamengo-e-o-lider-do-ranking-nacional-de-clubes-2021-da-cbf>. Acesso em: 1 mar. 2021.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. Fundo de Legado da Copa do Mundo começa por Belém do Pará. **Cbf.com.br**, Rio de Janeiro, 06 jul. 2014, 17:42. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/selecao-brasileira/noticias/selecao-masculina/fundo-de-legado-da-copa-do-mundo-comeca-por-belem-do-para>. Acesso em: 13 fev. 2021.

CEDRO, M. Bourdieu entra em “campo”: o futebol como espaço autônomo de interações, disputas, posições e consagrações. **Tempos Gerais - Revista de Ciências e História**, São João del-Rei v. 3, n. 2 p. 9-26, 2014.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al.* (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 295-316

COELHO, G. M. Vida intelectual e sociabilidade urbana na Belém da belle époque da borracha (1890-1910). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais [...]**. São Leopoldo: Unissinos, 2007. 10 p.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2014.

DEJAVITE, F. A. A notícia light e o jornalismo de infotimento. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007, Santos. **Anais [...]**. Santos: Intercom, 2007. 15 p.

DINIZ, C. C. **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Economica Aplicada, 1995. 46 p.

DINIZ, C. C. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Belo

Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

DUNNING, E; ELIAS, N. **A busca da exitação**: desporto e lazer no processo civilizacional. Lisboa: Difel, 1992.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Conselho curador. **Ebc.com.br**, Rio de Janeiro, 09 dez. 2015, 00:00. Disponível em: <https://www.etc.com.br/conselho-curador>. Acesso em: 20 jun. 2021.

ESCOBAR, A. **Más a llá del tercer mundo**: globalización y diferencia. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2012. 277 p.

FERREIRA, R. L. Políticas para o esporte de alto rendimento: estudo comparativo de alguns sistemas esportivos nacionais visando um contributo para o Brasil. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15; CONGRESSO INTERNACIONAL DE CÊNCIAS DO ESPORTE, 2., 2007, Recife. **Anais [...]**. Recife: Congresso Brasileiro de Ciência do Esporte, 2007. 11 p.

FREY, K. Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília (DF), v. 21, p. 211-259, 2000.

FRIZZO, G. Crise do capitalismo, política ultraliberal e a extinção do ministério do esporte. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 01-16, 2019.

GAUDENCIO, I. R. P. **Diversão, rivalidade e política**: o RE x PA nos festivais futebolísticos em Belém do Pará (1905-1950). 2007. 174 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

HELAL, R. Futebol e comunicação: a consolidação do campo acadêmico no Brasil. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 11–37, 2011.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto: Universidade de Algarve, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Amazônia Legal. **ibge.gov.br**, Brasília (DF), [S. d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/vegetacao/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 mar. 2021.

JAMBEIRO, O. A regulação da tv no brasil: 75 anos depois, o que temos? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 13, n. 24, p. 85-104, 2008.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago

Editora, 1976.

LACERDA, N. O campo do planejamento urbano e regional: da multidimensionalidade à transdisciplinaridade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 77-93, 2013.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003. p. 310.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

LEAL FILHO, W. A nova televisão brasileira. **Revista Adusp**, p. 55–59, 2008.

LEITE, F. R. S. **Participação social e radiodifusão pública no Pará**: um estudo de caso do Conselho Curador da FUNTELPA nos anos de 2009 e 2010. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

MAGALHÃES FILHO, F. Agentes Sociais no Paraná. **Revista Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 7-33, 2010.

MALULY, L. O jornalismo esportivo e a técnica de reportagem. *In*: MARQUES, J.; CARVALHO, S.; CAMARGO, V. (org.). **Esporte e comunicação**: tendências. Santa Maria: Pallotti, 2005.

MARTIN-BARBERO, J. Televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção. *In*: RINCÓN, O. (org.). **Televisão pública**: do consumidor ao cidadão. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2002.

MATIAS, B. A necropolítica esportiva do governo Bolsonaro (2019-2020). **Motividência**, Florianópolis, v. 33, n. 64, p. 1-20, 2021.

MELO, V. A. O futebol sob a ótica das ciências sociais. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 54, n. 4, p. 467-467, 2014.

MENDEL, T. **Serviço público de radiodifusão**: um estudo de direito comparado. Brasília (DF): UNESCO, 2011.

MINAYO, M. C. S. *et al.* **Métodos, técnicas e relações em triangulação**. Rio de Janeiro: FioCruz, 2005.

MONTEIRO, J. M. **10 lições sobre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2018.

MOREIRA, F. S. **Financiamento das políticas públicas de esporte no Governo do Estado do Pará**: (2012-2015). 2020. 231 f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

MOREIRA, W. **Revitalização do Conselho de Esporte e Lazer de Belém do Pará**. Belém: Prefeitura de Belém, 2005.

MOURÃO, K. A. D. C.; AMIN, M. M. A política nacional de desenvolvimento regional (PNDR) como instrumento de gestão do desenvolvimento econômico da amazônia legal. *In: COLÓQUIO ORGANIZAÇÕES, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE*, 8., 2017, Belém. **Anais [...]**. Belém: UNAMA, 2017. 1-16 p.

NOEL-BAKER, F. **Manifesto sobre o esporte**. Tóquio: Conselho Internacional de Educação Física, 1964. Disponível em: <https://revistadeeducacaofisica.emnuvens.com.br/revista/article/view/2340/2527>. Acesso em: 27 set. 2020.

OLIVEIRA, R. **Jornalismo esportivo/entretenimento: a construção identitária das edições carioca e paulista do Globo Esporte**. 2013. 254 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Carta internacional da educação física e do esporte**. Paris: UNESCO, 1978.

ORTIZ, R. Introdução: a procura de uma sociologia da prática. *In: BOURDIEU, P. Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-36.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OTONDO, T. Experiência - TV Cultura: a diferença que importa. *In: RINCÓN, O. (org.). Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2002.

PARÁ. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Pará**. Belém: Assembleia Legislativa, 2021.

PARÁ. **Lei nº 6.093, de 3 de dezembro de 1997**, 1997.

PARÁ. **Lei nº 6.214, de 28 de abril de 1999**. Altera dispositivos da Lei nº 6.093, de 03 de Novembro de 1.997, que estabelece a organização desportiva do Estado do Pará, e dá outras providencias. Belém: Belém: Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, [1999]. [a]

PARÁ. **Lei nº 6.215, de 28 de abril de 1999**. Dispõe sobre a criação da Secretaria Executiva de Esporte e Lazer, e dá outras providências. Belém: Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, [1999]. [b]

PARÁ. **Lei nº 7.119, de 31 de março de 2008**. Cria o programa bolsa talento, destinado aos atletas, pará-atletas, técnicos e quias, e dá outras providencias. Belém: Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, [2008].

NUNES, L. Campeonato Paraense de Futebol começa dia 27 com transmissão da TV Cultura e patrocínio do Banpará. **Agenciapara.com.br**, Belém, 11 fev. 2021,

14:39. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/25075/#:~:text=Alta audiência na TV Cultura,acompanhado a transmissão pela TV..> Acesso em: 11 fev. 2021.

PARÁ. **Acórdão n.º 56.534**. Pedido de rescisão. Belém: Tribunal de Contas do Estado do Pará, [2017].

PIERANTI, O. P.; MARTINS, P. E. M. A Radiodifusão Como um Negócio: Um olhar sobre a Geração do Código Brasileiro de Telecomunicações. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, São Cristóvão, v. 9, n. 1, p. 1-14, 2007.

PINTO, M. O jornalismo enquanto campo social e domínio de formação. **Comunicação e Sociedade**, [S. l.] v. 12, p. 75-95, 1999.

PIZARRO, J. O. Decolonialidade e futebol: a quebra da lógica periferia-centro. *In*: CONGRESO URUGUAYO DE CIENCIA POLÍTICA, 5., 2014, Montevideu. **Anais [...]** Montevideu: Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 2014, p. 7-10.

PIZARRO, J. O.; RIAL, C. S. M.; RIGO, L. C. Decolonialidade e futebol: a quebra da lógica periferia-centro. **Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, Santa Vitória do Palmar, v. 2, n. 1, p. 50-69, 2020.

QUEIROZ, A. **Conferência Nacional do Esporte**: documento final. Brasília (DF): Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/conferencias-2/571-i-conferencia-nacional-de-esporte>. Acesso em: 20 ago. 2021.

QUINTERO, P.; FIGUEIRA, P.; ELIZALDE, P. C. Uma breve história dos estudos decoloniais. **MASP Afterall**, São Paulo, v. 3, p. 1-12, 2019.

RIBEIRO, A. **Os donos do espetáculo**: a história da imprensa esportiva do Brasil. São Paulo: Terceiro Tempo, 2007.

SANTAELLA, L. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. **Famecos**, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 23-32, 2003.

SANTOS, M. Elogio da lentidão. **Folha.uol.br**, São Paulo, 11 mar. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mas/mas1103200109.htm>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SARRETA, C.; CRESCENTE, L. Desenvolvimento endógeno. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM RESÍDUOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; - CICLO DE CONFERÊNCIAS SOBRE POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL, 2004, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ICTR; NISAM, 2004. 9 p.

SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE. Ministério da Cidadania. Histórico. **Arquivo.esporte.gov.br**, Brasília, [S. d.]. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/area-restrita/52-ministerio-do->

esporte/institucional/o-ministerio/historico. Acesso em: 10 fev. 2020.

SEITZ, O. A Caixa e o futebol brasileiro. **Oliverseitz.wordpress.com**, [S. l.], 10 jan. 2019. Disponível em: <https://oliverseitz.wordpress.com/2019/01/10/a-caixa-e-o-futebol-brasileiro/>. Acesso em: 20 out. 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SODRÉ, M. Eticidade, campo comunicacional e midiatização. *In*: MORAES, D. (org.). **Sociedade midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

SOUZA, A. N.; LUZ, C. R. M. A EBC e a Comunicação Pública no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 1-15, 2020.

SOUZA, C. Dossiê. **Caderno CRH**, Salvador, v. 16, n. 39, p. 11-24, 2003.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20–45, 2006.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, São Paulo, v. 40, p. 27-53, 2006.

TOLEDO, L. H. DE. **Lógicas** no futebol dimensões simbólicas de um esporte nacional. 2000. 341 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. Uma floresta urbanizada? legado e desdobramentos de uma teoria sobre o significado da cidade e do urbano Amazônia. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 89–108, 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

TUBINO, M. **Um novo conceito de esporte**. São Paulo: Editoria Brasiliense, 1993.

TUBINO, M. Movimento esporte para todos: da contestação do esporte de alto nível a atual promoção da saúde. **FIEP Bulletin**, Foz do Iguaçu, v. 73, n. 3, p. 24–29, 2003.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.